Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO EM PSICOLOGIA

Humanizar as relações humanas no SUS: uma análise da Política Nacional de Humanização a partir do Materialismo Histórico e Dialético

CAMPO GRANDE/MS, 2022

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Humanizar as relações humanas no SUS: uma análise da Política Nacional de Humanização a partir do Materialismo Histórico e Dialético

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa Processos Psicológicos e suas Dimensões Socioculturais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Professora Dra. Renata Bellenzani.

CAMPO GRANDE/MS, 2022

ODUVALDO CAVALHEIRO FARO JÚNIOR

Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aprovada em 28 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Renata Bellenzani
(UFMS) – Presidente

_____

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
(UCDB) – Examinadora externa

_____

Prof. Dr. Alberto Mesaque Martins
(UFMS) – Examinador interno

_____

Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache
(UFMS) – Suplente

Para os meus pais

Para a minha filha

Para todos os momentos desta vida que escolhi viver

Mas, sobretudo, para todos os momentos nos quais não tive escolha.

Em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

SUMÁRIO

Resumo (p. 08)

Introdução e delimitação do problema de pesquisa (p. 09)

Cap. 1: O método de pesquisa e os pressupostos marxianos (p. 15)

Cap. 2: Sociedade burguesa, tardo-capitalismo e neoliberalismo: o mundo hoje (p. 27)

Cap. 3: O trabalho em saúde sob o regime do Grande Capital (p. 40)

Cap. 4: A desumanização no setor saúde e as políticas de humanização no Brasil (p. 50)

Cap. 5: A literatura crítica das políticas de humanização: uma revisão narrativa (p. 72)

Cap. 6: Uma análise crítica da PNH a partir do Materialismo Histórico e Dialético (p. 80)

Tópico I: Os quatro sentidos de humanização e o humanismo marxista (p. 80)

Tópico II: O problema imposto à PNH pelas categorias do Estado burguês e da emancipação política (p. 94)

Tópico III: O problema imposto à PNH pelas categorias da totalidade e da individuação (p. 118)

Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria (p. 127)

Tópico V: Uma releitura crítica do Documento Base e das Cartilhas após o desvelamento dos problemas impostos à PNH (p. 152)

Tópico V. 1: A questão da parcialidade setorial (na saúde) e institucional da PNH (p. 153)
Tópico V. 2: A questão da singularidade (p. 154)
Tópico V. 3: A questão da solidariedade e da vinculação positiva (p. 156)
Tópico V. 4: A questão da ênfase na subjetividade (p. 157)
Tópico V. 5: A questão da produção de sujeitos (p. 159)
Tópico V. 6: A questão da ênfase na ´´concretude´´ dos sujeitos e do trabalho (p. 160)

Tópico V. 7: A questão da desigualdade socioeconômica na PNH (p. 162)
Tópico V. 8: A questão da clínica tradicional enquanto causalidade fundamental para a desumanização do setor saúde (p. 164)

Tópico VI: Contribuições da Psicologia aos problemas que se impõem à PNH: Psicologia Tradicional e Psicologia Sócio-Histórica enquanto caminhos em contraposição (p. 165)

Considerações Finais (p. 176)

Referências (p. 187)

RESUMO

O trabalho visa dissertar sobre a Política Nacional de Humanização (PNH), o seu histórico como política e a sua elaboração em um contexto marcado pelo domínio inequívoco do neoliberalismo e do tardo-capitalismo. Ao lado da contextualização do trabalho em saúde sob o capitalismo, e da própria situação do capitalismo atual, o objetivo da pesquisa é questionar e apontar os limites da proposta política e ideal de humanização dos serviços de saúde substanciada na letra da PNH. Para a análise crítica desta política de saúde, propomos um estudo teórico em que seus documentos oficiais e os textos dos intelectuais representantes da PNH serão analisados à luz da teoria política e social de Marx, Engels e outros estudiosos marxistas que pensaram a questão do Estado de direito, democrático, representativo e burguês, hoje amplamente dominante no Brasil. Outras categorias marxiano-marxistas serão apresentadas com fins de questionar as limitações das políticas de humanização, tais como: alienação, reificação, fetichismo da mercadoria, emancipação política e humana. A própria noção de humanização apresentada pela PNH é cotejada com a noção de emancipação humana que vem sendo elaborada desde o jovem Marx e lhe foi muita cara, assim como para o humanismo marxista. Para a Psicologia, para o SUS, assim como para a luta política, julgamos ser fundamental o debate sobre o que consiste a humanização do homem; e, também, sobre como tornar o trabalho em saúde mais significativo, mais prazeroso e, podemos dizer, mais humanizador.

Palavras-Chave: Materialismo Histórico; Emancipação Humana; Política Nacional de Humanização.

INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Sempre se escreve de algum lugar. Nossas vidas são condicionadas por um certo número de lugares: ao lado do evidente lugar geográfico, o subjetivo-pessoal e, de igual modo, o lugar histórico-social.

As três últimas manchetes de jornal que li, justo por agora[1], revelam ou indicam os lugares que me trespassam - esses involuntariamente, sem o meu consentimento:

1. "Governo planeja mais tempo de congelamento salarial de servidores em todo o país" (cf. odia.ig.com.br);
2. "Fim da estabilidade e redução salarial de servidores serão prioridades na Câmara" (cf. instams.com.br) e,
3. ´´Auxílio sim, desmonte não! Orçamentos da Saúde e Educação são conquistas do povo brasileiro e não podem ser mexidos´´ (cf. abrasco.org.br).

Estes enunciados evidenciam que não vivemos no período Neolítico, num feudo ou numa social-democracia robusta e consolidada. Pelas manchetes e por seus meios de reprodução subtendem-se um dado grau de desenvolvimento tecnológico, a existência do Estado e de instituições políticas e, mais especificamente, a proposta de contrarreformas que decerto não são dos interesses dos trabalhadores (tendemos a agrupar essas contrarreformas sob o nome de neoliberalismo ortodoxo).

Tecnologia (refinadas mídias de informação digital), Estado e Neoliberalismo. Quantos homens[2] viveram e morreram sem conhecer nenhum desses! Nós que agora vivemos, não sei até que ponto somos os afortunados…

Vivemos sob outra contingência, difícil de não se notar e dela não dizer nada: a pandemia por COVID-19 que vem dizimando milhões de vidas em todos os continentes. Além da morte, vivemos na incerteza sobre as sequelas que

[1] Escrito em 07 de fevereiro de 2021.

[2] Ao longo da presente dissertação, utilizamos as expressões *homem/homens* para fazermos referência à humanidade como um todo, necessariamente e concretamente composta por homens e mulheres. Optamos por esta via devido ao uso tradicional de homem/homens com o sentido assinalado e também para não repetir, julgamos desnecessariamente, formas como *homem e mulher* ou *homens e mulheres* ao longo de todo o texto.

permanecem nos "recuperados", na data incerta e sob o ritmo lento da vacinação e num país em que as políticas públicas de saúde para o combate da peste sempre foram as mais sofríveis. Como disse M. Löwy (2020): políticas de darwinismo social, morram os que têm por destino morrer e vivam os fortes e ´´atléticos´´! [3]

No momento, contamos 246.006 [4] mortos, só em nosso país. Talvez não seja necessário dons divinatórios para intuir corretamente que somos brasileiros e quem escreve também o é.

O meu nome é Oduvaldo, mestrando em Psicologia, 31 anos[5]. Atualmente, sou trabalhador da política de Assistência Social, já tendo atuado na política de saúde por meio de trabalho em um hospital de Campo Grande-MS. Outra experiência relevante foi o estágio pela universidade, de dois anos, em uma clínica de internação psiquiátrica, na mesma cidade.

Nesse caminho, entrei em contato com alguns textos da política de saúde brasileira e cotejei-os com a aspectos da realidade dos serviços e dos trabalhadores de saúde, que essas experiências prévias me possibilitaram tomar conhecimento. Havia incompatibilidades, dissonâncias, entre o texto e a vida, entre as propostas e diretrizes e sua materialização. Talvez possa dividir estes momentos em três conceitos que emergiram na minha prática como estagiário ou como profissional de Psicologia:

1. Nos estágios finais da graduação percebi que o conceito de *clínica ampliada* estava sendo usado como uma clínica que se faz fora do consultório, em espaços não tradicionais, fora do tradicional consultório psicológico e seu *setting* clássico. Sendo assim, uma intervenção psicológica numa instituição para surdos ou num hospital seria necessariamente clínica ampliada, de *espaço* ampliado.
2. Posteriormente e já graduado em Psicologia, levei a cabo uma especialização na modalidade de Residência Multiprofissional. A "formação na prática" prometida pelas residências ensinaram-me que o *acolhimento*

[3] Menção a uma fala de Jair Bolsonaro, num pronunciamento oficial e televisionado, em que ele disse, entre outras sandices, estar tranquilo em relação ao COVID-19 por ele ter ´´histórico de atleta´´.
[4] Escrito em 21 de fevereiro de 2021. Atualização acrescentada em 07/11/2022: no Brasil, morreram 688 mil pessoas por COVID-19.
[5] Escrito em 21 de fevereiro de 2021.

significava uma recepção calorosa de um paciente recém-internado. Recepção em que quase toda equipe se reúne para ouvi-lo, logo de entrada. Pelo menos era assim que a proposta político-estatal de acolhimento era entendida, nomeada e efetuada. Era assim o costume, o rito hospitalar.

3. Já na preparação para o mestrado, na leitura de alguns textos da área da Saúde Coletiva, autores (as) tais como a Rosana Onocko-Campos (2003) me informavam: o conceito de *humanização,* em muitos lugares - e não deveria suceder assim - estava mergulhando na superficialidade, em "intervenções cosméticas" e não cumprindo aquilo a que se propunha: uma revolução essencial no modo de pensar e fazer dos clínicos.

Com estes três conceitos-chave (clínica ampliada, acolhimento e humanização), todos propalados nos textos oficiais da política e, de igual modo, nos textos acadêmicos, tomei a consciência de que na prática cotidiana as ações parecem distantes do que os conceitos almejam; as ações de saúde estão aquém dos conceitos em si.

Tais conceitos, noções, ideias…, aos meus olhos, sofriam com a grave redução de seus alcances, abrangência e de sua eficácia, de sua eficácia restauradora. Por quê?

O que deveríamos fazer para, de fato, ampliar a clínica, humanizá-la e tornar os encontros em saúde acolhedores? Talvez a resposta certa seria a divulgação, o ensino apostólico dessas ideias para assim mobilizar a vontade das pessoas… mas será desse modo? Mais cursos, capacitações, apelos e exortações para as consciências - a conscientização - resolveria o problema da desumanização no setor saúde? Esta dissertação se viu às voltas com a questão sobre como, de forma real e efetiva, humanizar essas relações sociais. À esta questão voltaremos algumas vezes.

Outra preocupação iminente deste estudo foi operar uma análise historicizadora e crítica. Concordamos com o psicólogo salvadorenho Ignácio Martín-Baró (1997) e nas linhas já escritas iniciamos o eterno trabalho de diagnóstico histórico-social que o autor recomendava aos psicólogos.

Para Martín-Baró (1997) faz-se fundamental o psicólogo conhecer a conjuntura histórica específica em que vive para, e só assim, planejar a sua intervenção profissional. Esse procedimento é parte imanente do compromisso

social do psicólogo e da Psicologia. No caso do autor (1997), em seu artigo intitulado *O Papel do Psicólogo,* ele identificou três aspectos essenciais de seu tempo e de sua localidade geográfica - a América Central, a saber: a) a injustiça social estrutural, b) as guerras revolucionárias e c) a perda da soberania nacional dos povos centro-americanos, sob o canhão do imperialismo.

A crítica baroniana (1997) à Psicologia Tradicional conduz-se por algumas vias. Uma via é o fato de que os serviços psicológicos existem quase exclusivamente para os setores mais abastados da sociedade - a crítica sobre a acessibilidade da Psicologia. A outra via - para nós, na presente dissertação, de extrema importância - refere-se ao fato de a Psicologia centrar-se nas ´´raízes pessoais dos problemas´´ (p. 13), esquecendo-se das determinações histórico-sociais imanentes a toda atividade humana.

Sendo assim, a vida em uma dada sociedade converte-se em uma espécie de natureza, uma vida natural em uma sociedade tida como eterna e a única possível. Diante desta sociedade e de suas exigências ´´objetivas´´, resta ao indivíduo buscar as soluções para os seus problemas de maneira individual, apoiando-se em si e em suas capacidades naturais e méritos próprios (MARTÍN-BARÓ, 1997). A Psicologia serve a esse indivíduo, ao indivíduo burguês, atomizado, e apartado dos interesses mais gerais.

Considerando essas duas vias críticas à Psicologia, a crítica de sua extensão como profissão (a clientela a que atende, os favorecidos) e a crítica ao seu enfoque teórico-metodológico individualista e subjetivista, ´´não é de se estranhar que a Psicologia esteja servindo aos interesses da ordem social estabelecida, isto é, que se converta em um instrumento útil para a reprodução do sistema´´ (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 13).

Na contramão de parte considerável da Psicologia dita científica, a Psicologia aburguesada, esta dissertação de mestrado terá o seguinte compromisso: procurar entender a conjuntura social e política brasileira e considerá-la quando refletir sobre o papel do psicólogo no Brasil contemporâneo. Mais especificamente, as relações sociais de produção de saúde e o trabalho em saúde serão enfocados.

E ainda: o objeto deste estudo será a Política Nacional de Humanização e a própria ideia nela contida: a humanização e a desumanização do trabalho em saúde e de seus agentes. E mais: nosso intento é efetuar uma crítica às políticas de humanização. Uma crítica pensada a partir do Materialismo Histórico e Dialético.

Em uma das reuniões virtuais (foi assim sob a pandemia por COVID-19) em que professor e alunos fazem as disciplinas do mestrado, apontei, talvez de forma bastante desajeitada, a minha intenção de pesquisar criticamente a política de humanização para uma professora do programa. E também para meus colegas, assim como eles também falaram de seus projetos. Ou seja, uma atividade comum na pós-graduação *stricto sensu*.

A reação da professora foi a de estranhar. Ela contou a todos nós que algumas doenças a acompanhavam e que em suas consultas os médicos quase não lhe olhavam a cara. Não perguntavam como estava e como se sentia, para além dos sintomas físicos. Não tinham tempo ou interesse para escutar e articular os fatos de sua biografia pessoal e considerá-los. Mal ouviam-na. Ela me inquiria, então, como poderia ser possível que eu intentasse fazer uma crítica às políticas de humanização. Como alguém poderia ser "contra" a humanização da assistência em saúde?

Diante das considerações da professora, na presença dos colegas, provavelmente eu tenha ficado mais sem jeito do que antes. Na rapidez do momento, ensaiei algumas frases numa tentativa de justificar o problema de pesquisa. Esta dissertação será a explicação, a fundamentação e o prolongamento, o mais claro possível, desta temática retratada de forma pálida e insegura para a professora.

A estimada professora respondeu a minha tímida justificativa, sem entrar em maiores detalhes, ressaltando que eu iria precisar de muita *dialética* para desenvolver e tratar da problemática. Nisso, estamos de acordo. Mais adiante tecemos considerações sobre as implicações do pensar dialético na presente pesquisa e também sobre o próprio significado de *crítica* segundo uma visão dialética (na seção que discorre sobre o método).

Destarte, na presente dissertação de mestrado efetuamos uma crítica, partindo dos achados do Materialismo Histórico e Dialético, crítica das políticas de humanização como políticas públicas de saúde no Brasil. O objeto da crítica não é a evidente *necessidade* de se humanizar a assistência à saúde. O objeto da crítica consiste em repensar e delimitar os limites de uma política de Estado - as políticas de humanização - e seu potencial em mudar as relações de trabalho (desumanizadas) reproduzidas na e pela sociedade.

Julgamos que este debate no qual comparamos as políticas de humanização, de um lado, e o pensamento marxiano-marxista, de outro, faz-se bastante fecundo, pois:

a) na produção marxista também se teoriza acerca dos processos de humanização-emancipação do homem e da sociedade humana e,

b) no pensamento marxiano e marxista se desenvolvem, em várias dimensões e em diferentes momentos históricos, críticas à capacidade de humanização-emancipação por meio de intervenção estatal-burguesa; por meio de propostas ´´idealistas´´; e por meio de legislação ou reformas que não alteram as condições concretas de trabalho ou a própria estrutura e organização concreta dada ao trabalho pelo capitalismo vigente.

Dessa forma, o intuito é utilizar-nos de categorias marxianas de análise, tais como: a distinção entre emancipação política e emancipação humana; as diferentes faces da alienação do trabalho sob o capital; o trabalho, a práxis e a autoatividade; e a apresentação do comunismo, segundo Marx e Engels, como o único meio de efetivação da emancipação humana e da humanização substantiva.

Para essa crítica não do *fim* mas sim dos *meios*, realizamos uma análise dos documentos oficiais das políticas de humanização. Grosso modo, expomos os fundamentos dessa política, a sua concepção de homem e de humanização; comparamos a concepção de homem e de humanização da política com as concepções de homem e de humanização de Marx, Engels e outros autores; analisamos o neoliberalismo e suas políticas à luz do pensamento político marxista; constatamos o caráter global e desumanizador imanente ao capitalismo, e como este modo de produção obstrui a humanização do homem.

Por fim, reiteramos uma outra antropologia para a humanização do homem - e do trabalhador de saúde -, embasada nos delineamentos da Psicologia Sócio-Histórica e não mais na concepção liberal de homem, concepção esta que subjaz às políticas de humanização. Vemos como necessária essa ´´substituição antropológica´´ caso se ambicione verdadeiramente mudar o *establishment* do trabalho e, consequentemente e mais especificamente, do trabalho em saúde. Sumariamente, esse será o caminho percorrido nas próximas dezenas de páginas.

CAPÍTULO 01:
O MÉTODO DA PESQUISA E OS PRESSUPOSTOS MARXIANOS

De acordo com Baffi (2002), existem, basicamente, quatro gêneros de pesquisa, a saber: a pesquisa teórica, a metodológica, a empírica e a pesquisa prática. Ainda que a autora ressalve que diferentes gêneros podem coexistir em graus variados dentro do mesmo estudo, as pesquisas podem ser categorizadas e pensadas usando-se esses quatro gêneros.

No caso da presente proposta, trata-se de uma *pesquisa teórica*. Nessas palavras Baffi (2002, p. 01) caracteriza essa modalidade de pesquisa:

> Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de re-construir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção. O conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa.

Seguindo a Netto (2011a), pode-se afirmar a diferença entre instrumentos (ou técnicas) de pesquisa e o método (ou concepção metodológica) propriamente dito. O *instrumento* desta pesquisa será a análise bibliográfica, configurando assim uma revisão da literatura: documentos oficiais da política de humanização, textos acadêmicos vinculados à PNH e obras da teoria marxiana e marxista serão os fundamentos para as reflexões e proposições da presente pesquisa.

Já quanto ao *método* da pesquisa, tal será o Materialismo Histórico e Dialético. As leituras, as interpretações dos textos e as reflexões propostas terão como pressupostos a concepção de homem e de mundo da teoria marxista.

Concordamos com o que diz Dowbor (2017, p. 13) ´´melhor do que pretender apresentar “apenas os fatos” é declarar logo de início nossas convicções e valores, porque isso ajuda muito o leitor a se situar´´. Nesta pesquisa, também partimos de pressupostos claros e definidos, pressupostos teórico-metodológicos que servirão de lente para interpretar e articular os fenômenos sociais em tela.

A ciência hegemônica foi construída, na modernidade, com a noção-ideal de neutralidade. O cientista, na busca permanente da verdade natural e social, deve buscar livrar-se de valores e julgamentos morais sobre a realidade que está

pesquisando. Esta é uma das características próprias da *cientificidade* da ciência moderna (TONET, 2013; GOMES, 2017). Sem isso, o seu estatuto científico fica comprometido. Um exemplo cristalino disso é o que dizem Eva Lakatos e Marina Marconi (1990, p. 23) quando conceituam o que é a Sociologia:

> Estuda o homem e o meio humano em suas interações recíprocas. A Sociologia não é normativa, nem emite juízos de valor sobre os tipos de associação e relações estudadas, pois se baseia em estudos objetivos que melhor podem revelar a verdadeira natureza dos fenômenos sociais. A Sociologia, desta forma, é o estudo e o conhecimento objetivo da realidade social.

O Materialismo Histórico não compartilha integralmente desta concepção. No campo de saber inaugurado por Marx, há uma importante separação entre objetividade - compreender a realidade e seus processos *tais como eles são* - e, por outro lado, a neutralidade. Somos objetivos, mas não neutros (TONET, 2013). Buscamos conhecer "a vida como ela é" e, ao mesmo tempo, avaliá-la eticamente e por meio de valores humanistas. Tomamos partido em dada situação. É por isso que podemos, ao fazer ciência, falar de humanização ou de desumanização do homem e defender transformações sociais.

Também sabemos que qualquer ciência, principalmente mas não exclusivamente, as ciências do homem e da sociedade que se orgulham de sua objetividade *e* neutralidade tende a ser, no fim das contas, uma ciência *conservadora* das relações materiais em voga. Isto é claro, também, quando da discussão que fazemos a respeito da medicina e do trabalho em saúde[6].

Marx e Engels assentaram as bases de uma forma radicalmente nova de produzir ciência e filosofia. Em um livro visto por Althusser (GORENDER, 2001) como o operador de um *corte epistemológico*[7], os autores alemães propuseram uma

[6] Esta discussão pode ser encontrada no capítulo 3: o trabalho em saúde sob o regime do Grande Capital, nesta dissertação.

[7] Não concordamos com a concepção e as consequências da teoria do corte epistemológico althusseriano. O que estamos de acordo sobre *A Ideologia Alemã* é o que dissemos no corpo do texto, a saber: o nascimento do materialismo histórico, formulado no texto mencionado. O problema da teoria do corte é que ´´[...] separando o pensamento do "jovem Marx" do pensamento do "velho Marx", implica negar a filosofia hegeliana como componente do pensamento maduro do autor. De nosso ponto de vista, isto é uma subvalorização do pensamento de Hegel, maior expressão das elaborações teóricas da burguesia progressista, e também uma grosseira simplificação do pensamento do próprio Marx´´ (GOMES, 2013, p. 12).

nova forma de materialismo e uma nova forma de analisar o devenir da história e dos homens *na e sob a história*.

Neste livro intitulado *A ideologia Alemã*, Marx e Engels esclarecem os seus pressupostos e pontos de partida - tal como recomenda Dowbor e outros. Assim dizem eles (2001, p. 10):

> As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois, verificáveis por via puramente empírica.

Em um texto da mesma época de *A Ideologia…* , a saber, as famosas *Teses sobre Feuerbach*, Marx (2001) anuncia a elaboração de um materialismo radicalmente novo, diferente do de Feuerbach e dos demais materialistas que figuram ao longo de toda a História da Filosofia. No materialismo de Marx (2001, p. 99), e coadunando com a citação direta anterior, a objetividade aparece, pela primeira vez, como *práxis*, como prática social e histórica:

> A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias - o de Feuerbach incluído - é que as coisas, a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do objeto ou da contemplação; mas não [são tomados] como atividade sensível humana, práxis, não subjetivamente [...]. Feuerbach quer objetos sensíveis realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva.

O pensador alemão elaborou, original e gradativamente, o Materialismo Histórico e criticou o materialismo naturalista e mecanicista, tendo este surgido já bem cedo na História da Filosofia, entre os filósofos pré-socráticos. Podemos, inclusive, afirmar que o materialismo de Marx é a síntese superadora entre o materialismo mecanicista e as formas de idealismo existentes, principalmente o idealismo hegeliano, conforme o próprio Marx propõe em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos (2010a).

O método marxiano de interpretação dos fenômenos da realidade é, como dissemos, o Materialismo Histórico e Dialético. O Materialismo Histórico consiste em afirmar que o modo de produção econômico e as classes sociais dele decorrentes

formam a base da história política e ideológica de toda e qualquer época da história[8]. E por isso, como dizem Marx e Engels (2012), toda a história tem sido a história das lutas entre classes antagônicas (escravo *versus* homem livre; servo *versus* senhor feudal; proletariado moderno *versus* burguesia). Em poucas palavras, o modo de produção econômico é um forte determinante das relações sociais e das transformações históricas.

Alves (2010) trata do método marxiano de maneira bastante clara. Há diferença teórica entre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético, embora os dois costumam ser aplicados em uma pesquisa conjuntamente. No dizer de Alves (2010, p. 01): ´´O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história.´´

Adiante em seu texto (2010), encontram-se enumerados os princípios do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético. Adaptamos o que o autor elencou ao longo de seu artigo ao quadro que se segue:

Os seis princípios do Materialismo Histórico	Os quatro princípios do Materialismo Dialético
1) a negação da autonomia e, portanto, do primado das idéias na vida social; 2) o compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta, em oposição à reflexão filosófica abstrata; 3) a concepção da centralidade da práxis humana na produção e a reprodução da vida social, em conseqüência disso; 4) a ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação das relações sociais, na história humana; 5) a ênfase na significação da natureza para o homem, que evolui de uma concepção presente nas obras iniciais de Marx que concebe o homem como essencialmente unido à natureza para uma concepção de homem essencialmente oposto à natureza, e dominando-a; 6) a preferência pelo simples realismo cotidiano e o compromisso, que se desenvolve gradativamente, com o realismo científico,	(1) a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas (fragmento transcrito da p. 01).

[8] Engels, em uma nota no Manifesto Comunista (2012), ressalta uma única exceção: no comunismo primitivo de sociedades antiquíssimas havia a propriedade comunal de terras e outros bens coletivos. Não há nesse tipo de sociedade classes sociais nem, portanto, interesses antagônicos entre classes diferentes.

através do qual Marx vê a relação homem-natureza como internamente assimétrica, em que o homem é essencialmente dependente da natureza enquanto esta, no essencial, independe do homem (fragmento transcrito da p. 03).	

Konder (2017) contrapõe dialética e metafísica para mostrar que a última concebe a realidade (e a verdade, o homem, a sociedade etc.) como instâncias ideais, imutáveis, anistóricas. Por sua vez, a *essência* da dialética, como o autor (2017) assim designa na última página de seu propedêutico livro sobre o conceito, seria o interpretar-transformar constante dos mundos externos e internos. A metafísica foi amplamente hegemônica no medievo, já a dialeticidade ressurgiu na modernidade, não unicamente, mas principalmente a partir do pensamento hegeliano.

Karl Heinrich Marx, desde muito jovem estudioso de Hegel, incorporou criticamente o proceder dialético em seu nascente método de pesquisa da sociedade burguesa - sendo esta o seu objeto de estudo. Assim foi sendo elaborado, a partir de outras influências teóricas e da própria originalidade de Marx, o método materialista histórico-dialético.

A dialética pode ser vista também como ação política crítica, o que ocorre quando somos ativos na confecção da história, atuando na intencionalidade de transformar a realidade social. Tal empreendimento só pode ser feito, como diz Konder (2017), quando portamos o espírito crítico diante das situações objetivadas no mundo, das conjunturas dadas. Ele vai além: é necessária também a autocrítica constante porque além de interpretar-modificar o mundo, devemos sempre colocar sob análise as nossas próprias pressuposições e ferramentas teóricas.

E isso por este simples motivo: a própria realidade social é cambiante e fluída. A *teoria* social marxiana, como lembra Netto (2011a), deve ser a reprodução ideal (na mente do pesquisador) do movimento real do objeto (o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa que nele se embasa). Assim, não pensar a teoria significa condená-la ao museu de antiguidades; significa um descompasso entre o que há no mundo e o que se pensa sobre ele.

Tudo está em contínuo movimento e, assim sendo, na tradição hegeliana e marxista, a dialética significa estas duas coisas: o próprio movimento real como

também o método necessário para apreender tal movimento (NETTO, 2011b). Há, nessa direção, em *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (2001, p. 107), uma expressão fortíssima e, por isso, encontra-se *riscada* nos manuscritos originais: ´´não conhecemos senão uma ciência, a da história´´.

Gorender (2001) nos diz que os autores alemães não eram ignorantes em relação à profundidade, pluralização e nível de especialização a que as ciências já haviam chegado em meados do século XIX. Não é esse o significado da expressão riscada. Os autores ´´queriam, no entanto, proclamar a dialética (portanto, a história) em todas as regiões do real´´ (GORENDER, 2001, p. XXVIII).

Consoante à dialética presente em tudo e todos, Marx e Engels (2001, p. 107) continuam, no trecho riscado, afirmando que a história pode ser analisada sob dois aspectos, a saber: a história da natureza e a história dos homens - as quais se interpenetram, desde que o homem surgiu em face da natureza.

O método dialético marxiano também resulta em implicações quando analisamos um conceito, uma noção ou uma ideia. Marx e Engels fundamentaram uma maneira de se pensar os conceitos bastante diversa da filosofia metafísica e da lógica formal tradicional. Na lógica materialista e dialética, os conceitos não devem ser pensados de maneira estática, estanque e muito menos idealizados (MARTINS, 2006).

Ao contrário das ideias metafísicas e solidificadas de, por exemplo, Deus, natureza humana ou alma, Marx e Engels ensinam que teoria e prática social devem se retroalimentar permanentemente e, com o surgimento de novas práticas, as teorias devem ser repensadas. Se esse exercício dialético não for levado a cabo, a atuação torna-se leiga e a teoria fica velha, ultrapassada e não correspondente ao real (ALVES, 2010).

Dessa forma, Marx e Engels ensinam que deve haver o processo de *fluidificação* dos conceitos, que devem ser entendidos por meio de *determinações reflexivas*. Os conceitos (e a teoria) hão de ser fluidos porque a própria realidade concreta e social está em constante transformação (KONDER, 2017).

Já a ideia de determinação reflexiva é um ataque direto às contraposições metafísicas (bem *versus* mal, certo *versus* errado, corpo *versus* alma, indivíduo *versus* sociedade, etc). Uma análise dialética de um conceito exige o entendimento

de que ele não pode ser pensado sem o seu oposto e que ambos são as duas faces da mesma moeda, são pares inseparáveis e unidades contraditórias (KONDER, 2017).

Martins (2006, p. 35) ao explicitar a lógica dialética e como ela se contrapõe à lógica formal tradicional - que segue o princípio da exclusão e por isso cria dualismos dicotômicos - , a autora reafirma que a lógica marxiana não reconhece opostos confrontados exteriormente mas concebe esses opostos ´´como interiores um ao outro, no que reside um dos mais importantes preceitos da lógica dialética, denominado identidade dos contrários.´´

Assumindo a perspectiva dialética do conceito, alguns estudos surgiram no Brasil com o intuito de teorizar a respeito do par de opostos humanização-alienação na área da Saúde Coletiva e do trabalho em saúde. Podemos citar como pioneiros nesses estudos os professores Rogério Gomes e Lilia Schraiber.

Segundo Gomes (2017) e Gomes e Schraiber (2011), abordar os fenômenos do setor saúde a partir da dialética humanização-alienação é importante para compreendê-los em sua complexidade e movimento (e, portanto, não faz sentido dizer humanização *ou* alienação, mas sim processo de humanização-alienação). Como está em Gomes e Schraiber (2011, p. 347), uma abordagem crítica ´´nos obriga à apreensão dos vários movimentos e planos inter-relacionados a essa temática na forma de uma totalidade complexa´´.

Retomemos, aqui, o episódio relatado sobre a mencionada professora[9], e o que ela, possivelmente, teve o intento de dizer com a ressalva de que eu necessitaria de muita *dialética* para realizar uma análise crítica da PNH. Ela não explicitou nem se alongou em sua sugestão, como já foi dito, porém nas linhas seguintes tentaremos dar a resposta. Já adiantamos: para esse intento percorremos o *princípio da contradição*, o conceito de *superação dialética* e, de igual modo, a noção de *crítica* no marxismo. Todos os três guardam íntimas relações entre si.

Sell (2017, p. 49) ressalta, segundo o pensamento dialético, que a realidade está em contínua transformação porque tudo o que existe é intrinsecamente contraditório, ou seja, ´´sua existência já contém em si sua própria negação´´. Já

[9] Episódio relatado em Introdução e delimitação do problema de pesquisa, nesta dissertação.

reconhecemos anteriormente que tudo está em movimento. Agora acrescentamos: cada ser existente é posto em movimento pelas tendências antagônicas que o animam e o impelem para estágios novos de seu desenvolvimento.

É a contradição que move todas as coisas. A este princípio é dado o nome de *princípio da contradição*. Sendo assim, continua Sell (2017, p. 49):

> Entre os exemplos citados por Hegel para entender a contradição está o exemplo da flor. Como tal, uma flor é a negação da semente e, por sua vez, ela é negada pelo fruto. Neste caso estamos diante de transformações que são explicadas pela *superação* contínua das oposições geradas em cada um destes momentos do processo (grifo nosso).

Conforme grifamos acima, a superação dialética das oposições presentes em todo ser, incluindo a sociedade, é a causa do movimento deste mesmo ser. Esta é uma ideia hegeliana que foi incorporada ativamente por Marx. E como ficará claro posteriormente, a ideia de *crítica*, em Marx, foi também influenciada pelo ensinamento hegeliano acerca da superação dialética.

A palavra alemã utilizada por Hegel - *aufheben* - para portar a noção da superação dialética possui o significado de *suspender*. Como lembra Konder (2017), a palavra alemã possui três sentidos diferentes: a) negar, anular, cancelar, como em ´´suspender uma reunião´´, b) erguer algo e manter erguido, como em ´´suspenso no ar´´, c) elevar a qualidade, fazer a passagem de algo para um plano superior.

Konder (2017) segue afirmando que Hegel utiliza a palavra com os três sentidos diferentes *simultaneamente*, para descrever o processo de superação dialética. Sendo assim, a superação é a *negação* de uma dada realidade, a *conservação* de parte da realidade negada e a *elevação* da realidade a um nível superior e mais complexo. Konder (2017, p. 18) dá o exemplo do processo de trabalho enquanto um processo de superação dialética:

> a matéria-prima é "negada" (quer dizer, é destruída em sua forma natural), mas ao mesmo tempo é "conservada" (quer dizer, é aproveitada) e assume uma forma nova, modificada, correspondente aos objetivos humanos (quer dizer, é "elevada" em seu valor). É o que se vê, por exemplo, no uso do trigo para o fabrico do pão: o trigo é triturado, transformado em pasta, porém não desaparece de todo, passa a fazer parte do pão, que vai ao forno e – depois de assado – se torna humanamente comestível.

As ideias de contradição e de superação dialética contribuíram metodologicamente nos estudos de Marx, também através da construção da concepção de *crítica*. Trabalhos importantes de Marx carregam a palavra ´´crítica´´ desde o seu título ou subtítulo. Alguns exemplos: O Capital: Contribuição à Crítica da Economia Política; Crítica ao Programa de Gotha; Glosas Críticas marginais ao artigo ´´O rei da Prússia e a reforma social´´, de um prussiano, etc.

Em seu livro já citado sobre o método de Marx, José Paulo Netto esclarece o que significa o termo, tão caro e repetido pelo próprio Marx. Nas palavras de Netto (2011a, p. 18):

> Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de "crítica", de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o "bom" do "mal". Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. É assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier et. al.).

Partindo dessa acepção de crítica, o nosso intuito não é descartar em bloco a produção teórica sobre a humanização da saúde substanciada na PNH e em seus intelectuais. O nosso objetivo é procurar os condicionamentos e os limites da política de humanização tal como tem sido proposta pela PNH e seus intelectuais. Não fizemos observações de que a PNH ´´não serve para nada´´ ou que ela esteja fadada unicamente ao fracasso.

Com isto em mente, nosso objetivo ao longo desta dissertação é procurar apontar as *contradições* e contribuir para o debate acerca das formas de *superação dialética* das políticas de humanização. Obviamente, não partimos de um pressuposto religioso de que algo - um dogma - simplesmente não deva ser questionado. Outrossim, devemos lembrar que esta concepção dialética de crítica parece ser o que a nossa professora propôs, corretamente, no caso relatado anteriormente.

Outra nota metodológica digna de menção é a primazia da objetividade (*práxis* social objetivada, realidade social) sobre a subjetividade. No processo histórico, a objetividade costuma ser o polo regente na relação dela com a subjetividade e os sujeitos singulares. Tonet (2013, p. 86) assim expressa esta relação entre realidade social e consciência:

> Subjetividade e objetividade são dois momentos – em termos ontológicos – de igual estatuto. O que não os coloca em pé de igualdade quando se trata da questão do que é fundado e do que é fundante. Neste momento a consciência encontra o seu campo de escolha delimitado pelas possibilidades postas objetivamente, assumindo, pois, o posto de momento fundado. Do mesmo modo, não os iguala, em termos de importância ao longo do processo de autoconstrução do ser social. Há momentos, por exemplo na Revolução Francesa e na Revolução Russa, em que o papel decisivo pertence à consciência e não às condições materiais. Contudo, só a análise concreta de cada caso pode verificar como se dá a relação entre esses dois momentos.

Esta descrição faz-se importante para a compreensão tanto do método de Marx quanto também para os nossos propósitos nesta dissertação. Para compreender o processo histórico e a reprodução social dos sujeitos, o marxismo autêntico confere primazia à objetividade justo também para combater toda forma de idealismo e voluntarismo.

O idealismo filosófico é a postura na qual o sujeito se sobrepõe ao objeto. Esta é uma forma de pensar a história e a sociedade superdimensionando o papel criador do sujeito, da subjetividade, da ideia. O idealismo concebe a realidade objetiva e a própria sucessão histórica como resultados do pensamento, menosprezando os fatores objetivos e materiais na determinação do homem e da história (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

A abordagem metodológica de Marx é materialista, no sentido de dar prioridade para a prática social objetivada, para as relações sociais realmente existentes e que se encontram postas num dado momento histórico. Esta prioridade dada à objetividade diante da subjetividade, porém, não é absoluta. Se fosse, poderíamos acusar Marx de determinismo e de mecanicismo. Por isso optamos por transcrever a descrição bastante acurada de Ivo Tonet, logo acima.

Na verdade, e ao longo da história moderna, algumas simplificações do marxismo deram a ele o caráter determinista e mecanicista, a partir de uma primazia

absoluta da objetividade diante do pensamento e da capacidade do sujeito de criação e de influência sobre a sociedade e sobre a história. Konder (1969, p. 66), por exemplo, comenta a respeito da teorização de Kautsky, sendo ela repleta de *sociologismo,* reputando o Kautsky como um teórico típico do movimento operário da Segunda Internacional:

> Na análise dos conflitos políticos, das contradições ideológicas e da evolução cultural, Kautsky tal como Plekhânov, entre outros, tendia sempre a reduzir o movimento criador dos homens às condições da sua gênese sócio-econômica. Os homens da Segunda Internacional haviam assimilado unilateralmente do marxismo a sua dimensão determinista e subestimavam a importância concreta da iniciativa e da ação inovadora dos revolucionários, subestimavam o papel da subjetividade na criação histórica. Coube a Lênin, tanto na teoria como na prática, romper com esse esquema, que empobrecia o marxismo e reduzia a concepção marxista da história a um mero "determinismo econômico" (conforme a terminologia ingênua de Paul Lafargue).

Os homens não apenas reproduzem indefinidamente o já posto e dado. Se assim fosse, não haveria revoluções e rupturas ao longo da história; também não haveria dialética. Também a consciência não é uma derivação mecânica da realidade objetiva, podendo a consciência criticar a realidade e propor novos caminhos, ainda inexistentes. O Materialismo Histórico e Dialético ensina a *determinação recíproca* entre a realidade objetiva e a subjetiva, ainda que, na maior parte do tempo e do processo histórico, a prioridade recaia realmente sobre a objetividade.

Segundo Lessa e Tonet (2011), dizer que o mundo humano é uma síntese entre ideia e matéria pode levar ao equívoco de cancelar a prioridade da matéria sobre a ideia. Esta prioridade da matéria se verifica de duas formas:

a) A matéria é anterior à ideia; a natureza existia antes de os homens, e as suas consciências, surgirem na face da Terra e,
b) No que se refere propriamente à história humana, "as determinações materiais (que são fundadas prioritariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas) constituem o momento predominante no desenvolvimento das ideias. É a existência social dos homens que determina as suas consciências, e não o inverso" (2011, p. 42). O item b) é especialmente importante para as nossas reflexões nesta dissertação.

Para encerrar esta breve exposição metodológica, uma última nota. Em um momento posterior da presente dissertação, a saber, nos diferentes Tópicos do capítulo sobre *uma análise crítica da PNH a partir do Materialismo Histórico e Dialético*, utilizamo-nos da palavra ´´categoria´´ para designar vários fundamentos da crítica à PNH.

Consoante aos comentários aqui desenvolvidos sobre a prioridade da realidade objetiva na teoria social e no método de Marx, devemos clarificar que o termo *categoria* não se refere a ideias aprioristicamente concebidas e fixadas independentemente da realidade. Pelo contrário, conforme as palavras de Marx, reproduzidas por De Carvalho (2012, p. 163): ´´as categorias expressam formas de ser, determinações da existência´´. Alguns exemplos de categorias lá desenvolvidas: Estado burguês, emancipação política, reificação, fetichismo da mercadoria, etc.

CAPÍTULO 02:
SOCIEDADE BURGUESA, TARDO-CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO: O MUNDO HOJE

Em um empreendimento de pesquisa, no âmbito de um programa de pós-graduação em Psicologia, entendemos ser essencial o correto manejo do tempo em que se vive e das características societárias que se desenrolam em determinada conjuntura histórica.

Nenhum construto psicológico (mente, comportamento, inconsciente, etc.) encontra-se encapsulado, muito menos a atuação de psicólogos se dá na Lua - na verdade, nem este ´´satélite natural´´ escapa da intervenção e da *práxis* humana. O homem e a sua psicologia são formações históricas e toda atuação profissional ocorre em resposta a determinadas demandas sociais; se outra fosse a sociedade, outras seriam as suas demandas e outras seriam as suas profissões.

Optamos por discorrer sobre a sociedade contemporânea, como um todo, antes de adentrar, mais especificamente, na temática da humanização-desumanização no setor saúde por dois motivos:

a) pela inspiração baroniana (1997) de nossa tarefa primária ser o diagnóstico sócio-histórico e, só depois disso, pensar as nossas atuações e objetivos profissionais na sociedade e,

b) por entendermos que a desumanização expressa no setor saúde está organicamente vinculada com a sociedade em que vivemos; e que as propostas institucionais de humanização estão, por sua vez, vinculadas tanto com a evidente desumanização quanto com esta mesma sociedade em tela.

Todos vivemos na sociedade burguesa. A partir do século XI (com o que se estuda nas escolas com o nome de *Renascimento Comercial e Urbano*), a classe burguesa passa pelo período de franca ascensão econômica, política e ideológica. A expansão do comércio e de suas mercadorias seguiu a partir de níveis locais para níveis nacionais, com a criação dos Estados Modernos, e depois para níveis continentais, na Europa e, posteriormente, com o estabelecimento de um mercado mundial após as ditas Grandes Navegações e a ´´descoberta´´ de Novos Mundos (LESSA; TONET, 2011).

Paralelamente a este processo multissecular de expansão, as forças produtivas também foram sendo potencializadas, permitindo uma acumulação maior entre os burgueses. Revoluções políticas, como as inglesas e a francesa, foram realizadas para retirar o Antigo Regime e seus monarcas absolutistas de diante da classe que ascendia - burguesia *versus* nobreza - e que almejava também o poder político, ao lado do poder econômico.

Nos séculos XVIII e XIX (1776 - 1830), ocorreu, primeiramente na Inglaterra, a tão decisiva Revolução Industrial. E, como relembram Lessa e Tonet (2011, p. 63): ´´Após a Revolução Industrial, a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e amadureceram também as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado´´.

O capitalismo é este fenômeno moderno, tipicamente moderno, em que são reproduzidas as relações entre estas duas classes que, não sendo as únicas, são as classes sociais fundamentais. Coadunando com o já dito, cabe transcrever Pereira e Gioia (2007, p. 165):

> Somente se emprega o termo "capitalismo" quando se trata de uma sociedade moderna, "(...) onde a produção maciça de mercadorias repousa sobre a exploração do trabalho assalariado, daquele que nada possui, realizada pelos possuidores dos meios de produção" [...] A transformação da matéria-prima em produtos é feita pelo trabalhador, que vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. O capitalista é dono dos meios de produção (matérias-primas, ferramentas, etc.). e se apropria dos produtos acabados. A sociedade capitalista tem como elementos fundamentais a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca.

Nos dias de hoje, o capitalismo e a sociedade que se fundamenta nesse modo de produção da existência - a sociedade burguesa - possuem uma configuração diferente das configurações do passado, devido à própria *dialética* imanente às relações sociais e às forças produtivas. Estas diferenças e tendências novas não inauguram outra coisa que não seja o capitalismo, um modo de produção outro, pois as características básicas do sistema capitalista, como as supramencionadas, permanecem, em grande medida.

A face do capitalismo que possuímos hoje tem claros contornos da financeirização crescente e, por causa da financeirização e para aprofundar a financeirização, adotamos regimes político-econômicos chamados de neoliberais.

Neoliberalismo e a financeirização do capitalismo são processos que possuem muita afinidade recíproca e que se retroalimentam.

A doutrina neoliberal tem sido amplamente implementada desde o Consenso de Washington. Como relembra Wolff (2010), a conjuntura dos anos 70, 80 e 90 do século passado, a saber: a decadência político-econômica da União Soviética, a América Latina domada e endividada, os trabalhadores desmobilizados e despolitizados e a consequente queda do poder sindical, a crise dos modelos keynesianos do chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*)… formaram a conjuntura histórica que possibilitou a *agressiva reação burguesa* expressa por meio do referido Consenso - reação burguesa de que somos vítimas até hoje.

O Consenso de Washington, firmado em 1989, tem sido, para muitos países, um dogma a ser seguido, uma cartilha segunda a qual se deva rezar e viver (WOLFF, 2010). McChesney (2010) está de acordo e diz que o neoliberalismo é a doutrina política e econômica que define os nossos tempos. Após isso, o autor (2010, p. 7) afirma que:

> Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia globais nas últimas duas décadas[10], seguida, além da direita, por partidos políticos de centro e por boa parte da esquerda tradicional. Esses partidos e suas políticas representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de menos de mil grandes empresas.

Dessa forma, o neoliberalismo é, também, uma aguda expressão do que é chamado no marxismo de *individualismo burguês*, conceito que trataremos posteriormente. Como se sabe, o neoliberalismo ocorre contra o interesse da maioria, contra a proteção social a ser exercida por um Estado que deveria proporcionar políticas públicas de saúde, educação, transporte, moradia, lazer, assistência social, etc. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Para os neoliberais, todas as necessidades relativas a estes campos, essenciais para a dignificação da vida humana, devem ser satisfeitas junto ao mercado, não pelo Estado, mas sim enquanto mercadorias que se compram e

[10] Originalmente escrito em 1998.

vendem - a saúde, a educação, etc. como valores de troca, localizado no capitalismo de serviços, com o objetivo de gerar acumulação e mais *status* para os privilegiados.

Por que, então, a maioria, a imensa maioria, é levada bovinamente a aceitar esta situação? Um fator muito importante é a dominação ideológica, tão capilarizada e disseminada graças aos meios de comunicação de massa. Associado a isto, está a própria fragilidade dos sistemas públicos de educação, lugares onde o ensino crítico é solapado das classes que mais precisam dele[11].

Como diz McChesney (2010), retirando alguns acadêmicos e membros da alta comunidade de negócios, o termo neoliberalismo é muito pouco conhecido para a maioria das pessoas. Os meios de comunicação são diretamente financiados pelas grandes empresas, portanto não podem fazer críticas a elas (DOWBOR, 2017). O que vemos nestes meios, todos os dias, é a crítica aos políticos, à corrupção política e à máquina pública, à debilidade do Estado de portar-se seriamente...; enquanto isso, a corrupção dos capitalistas e o sistema econômico *per se* passam como insuspeitos diante dos olhos das pessoas.

A agenda neoliberal não poderia figurar como agradável aos olhos das classes médias e baixas, pois elas usufruem com muita frequência de serviços públicos de saúde, educação, transporte, moradia, assistência social, etc.

A debilidade da educação pública e crítica associada ao trabalho mistificador dos grandes meios de comunicação geram poderosas teias ideológicas que aprisionam as classes desfavorecidas e impedem a luta política que poderia mudar a realidade social. Analisando a realidade brasileira e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, Almeida (2019, p. 208) relaciona neoliberalismo e ideologia da seguinte forma:

> Diga-se, contudo, que a crítica ao Estado feita pelas camadas média e baixa (...) não dispensa as exigências de serviços públicos na saúde, educação, segurança, saneamento etc. O discurso a favor do "Estado mínimo" ancora-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público mais do que no apoio às agendas neoliberais, que têm pouco apelo popular. Não por acaso, são frequentes as alianças estratégicas entre liberalismo econômico e conservadorismo moral como forma de melhorar o desempenho eleitoral.

[11] Autores citados na presente dissertação tratam desta problemática na educação, autores como Dermeval Saviani, Newton Duarte e Marilda Facci.

McChesney (2010) afirma que o neoliberalismo é o capitalismo ´´sem luvas´´, ou seja, desregulado, puro, sem a efetivação de direitos sociais, sem a contrapartida de iniciativas públicas visando o bem-estar social. O neoliberalismo só poderia existir numa época de onipotência dos grandes empresários, rentistas e banqueiros e, por outro lado, de escassa resistência e organização dos trabalhadores. Na verdade, os trabalhadores de cidadãos passam a ser meramente consumidores e concorrentes entre si mesmos.

Neste contexto de insuspeição e de dominação de classe, há as práticas nefastas de redução de impostos para os ricos, legalização progressiva da destruição do Planeta e de seus recursos, desmantelamento dos direitos sociais e até mesmo chegamos ao ridículo das ´´bolsas-empresário´´ e ´´bolsas-banqueiro´´ dentro do mesmo contexto no qual o Estado desinveste em políticas sociais ´´congelando os gastos públicos´´ (DOWBOR, 2017).

Na área da saúde, a macrotendência neoliberal configura muitas das propostas e transformações, nas últimas décadas. Na verdade, há uma evidente contradição entre os princípios populares e democráticos do SUS, por um lado, e a realidade neoliberal, por outro[12]. O neoliberalismo tende a sufocar as ações em saúde no país: o crônico subfinanciamento, tendências às privatizações no interior do SUS, o movimento de fortalecimento da ´´saúde suplementar´´, a contratação de leitos privados com verba pública, etc. (GOMES, 2017).

O capitalismo neoliberal também é, defende McChesney (2010), além de um fenômeno político e econômico, um fenômeno cultural[13]. O neoliberalismo, historicamente falando, costuma se associar às democracias eleitorais formais (eleitoralismo) dentro das quais os espaços coletivos para discussão e decisão são em grande medida enfraquecidos.

Mesmo nestes espaços coletivos, em *decadence*, a discussão política é quase sempre reduzida a questões menores, pois não se discute a capacidade do

[12] A contradição entre os princípios do SUS e a realidade socioeconômica é comparável com a contradição entre os princípios da PNH e a realidade social vigente.

[13] O neoliberalismo enquanto fenômeno cultural impõe limitações estruturais para as propostas ´´democratizantes´´ e de ´´protagonismo´´ da PNH. As assertivas semelhantes a esta serão encontradas no Tópico V: Uma releitura crítica do Documento Base e das Cartilhas após o desvelamento dos problemas impostos à PNH, adiante.

deus Mercado de organizar a sociedade e distribuir justamente os recursos - é a democracia numa casca de noz. Os partidos políticos possuem as mesmas políticas em prol das grandes empresas e os movimentos sociais, de igual modo em *decadence*, não os questionam (McCHESNEY, 2010).

Sob o neoliberalismo, se agudiza uma cidadania despolitizada, marcada pela apatia diante das questões sociais. Neste sistema, se considerarmos a relação entre indivíduo e comunidade, há o verdadeiro apagamento da comunidade em favor do indivíduo. Há o superdimensionamento do indivíduo fazendo com que a sociedade se torne um ´´cada um por si e Deus contra todos´´.

O individualismo é sentido tanto pelo enfraquecimento dos partidos populares, dos sindicatos e dos movimentos sociais como também pela flagrante competição e concorrência entre as pessoas. Ao invés de lutarem por um bem comum, as pessoas lutam pelo bem de si: como microempresas (Você S/A ou Você RH) concorrem com todos com o objetivo de alcançar o *self made man*, com muito mérito e iniciativa própria! O que resta é o que aponta McChesney (2010, p. 11, 12):

> Para que a democracia seja efetiva é necessário que as pessoas se sintam ligadas aos seus concidadãos e que essa ligação se manifeste por meio de um conjunto de organizações e instituições extramercado. Uma cultura política vibrante precisa de grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações de moradores, cooperativas, locais para reuniões públicas, associações voluntárias e sindicatos que propiciem formas de comunicação, encontro e interação entre os concidadãos. A democracia neoliberal, com sua idéia de mercado *über alles*, nunca tem em mira esse setor. Em vez de cidadãos, ela produz consumidores. Em vez de comunidades, produz *shopping centers*. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes.

Netto (2012) compara as relações de produção da sociedade burguesa com outros modos de produção de nosso passado histórico e, partindo disso, se engaja em desmistificar o que foi chamado de *nova pobreza* - a descoberta por alguns de uma suposta nova miséria social, tanto em países centros do capitalismo, com Estados de Bem-Estar Social constituídos no pós-Segunda Guerra, quanto em países capitalistas periféricos.

Para esse mesmo autor (2012), o modo capitalista de produção é, *per se*, produtor e mantenedor da questão social, da pobreza e da desigualdade. Netto

(2012, p. 206) salienta que ´´a questão social é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar´´. E isto ocorre devido ao caráter essencialmente exploratório do modo de produção capitalista.

Netto (2012) reconhece que, e não poderia ser diferente, a exploração do homem pelo homem não nasce com o capitalismo moderno. A exploração não se inaugura no capitalismo, todavia a *questão social* sim. Isso ocorre pelo fato de que nas sociedades pré-capitalistas a escassez se dava pelos motivos que não existem mais sob o capitalismo. Assim José Paulo Netto (2012, p. 206) explicita esse movimento de rupturas e continuidades históricas a partir do surgimento do modo capitalista de produção:

> A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precederam largamente a ordem burguesa); o que é distintivo deste regime é que a exploração se efetiva no marco de contradições e antagonismos que a tornam suprimível sem a supressão das possibilidades mediante as quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário – redução da produção de riquezas (ou seja, a produção de bens e serviços necessários à vida social, a produção de valores de uso). Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso.

É por esse motivo que a questão social somente ocorre no capitalismo: somente neste sistema se poderia suprir as necessidades de todos e de todas, contudo, isso não é realizado[14]. Sob o regime do Capital, há a miséria em meio a tanta abundância e produção de riqueza como nunca se viu antes. Por essa razão e

[14] Ladislau Dowbor (2017, p. 22) reafirma que ´´Não há nenhuma razão objetiva para os dramas sociais que vive o mundo. Se arredondarmos o PIB mundial para 80 trilhões de dólares, chegamos a um produto *per capita* médio de 11 mil dólares. Isto representa 3.600 dólares por mês por família de quatro pessoas, cerca de 11 mil reais por mês. É o caso também no Brasil, que está exatamente na média mundial em termos de renda´´.

outras, muitos dos autores situados entre os ´´clássicos do marxismo´´ - aí inclui-se o próprio Marx - não possuíam esperança em relação às *reformas* do modo hegemônico de produção (tentativas de se *humanizar* o capitalismo e as relações sociais dele provenientes).

Em Dowbor (2017), pode-se encontrar um diagnóstico preciso e claro (o autor se comprometeu a não falar o ´economês´) da atual e poderosa hegemonia do capitalismo sobre todas as coisas, incluindo a hegemonia de poucos e grandes capitalistas sobre os diferentes Estados nacionais e suas leis e políticas públicas - sendo estas últimas de pretenso interesse coletivo.

Dowbor (2017) denomina o capitalismo financeirizado e rentista de *Capital Improdutivo*. A lógica do capitalismo produtivo e industrial, em que se produz sapatos, charutos, carros etc; no qual há fábricas que empregam seus trabalhadores; em que parte do lucro é reinvestido no processo de produção não deixa de existir, mas passa a perder a centralidade diante do capitalismo improdutivo.

O Capital Improdutivo é aquele proveniente do rendimento de aplicações financeiras. Nada é produzido (sapatos, charutos, carros, etc.); não há a criação de novos empregos e de salários; e ainda, o enorme montante ganho é guardado à salvo de impostos em paraísos fiscais. Desta forma, há uma quantia gigantesca de Capital que escapa aos Estados nacionais e do financiamento de políticas de interesse coletivo. A lucratividade, em muitos casos, passa a ser maior e mais fácil para a especulação do que para a produção (DOWBOR, 2017).

À forma tradicional de extração da mais-valia, que ocorre numa empresa produtiva pela exploração do trabalhador, soma-se, cada vez com maior frequência, a extração da mais-valia por outros meios, mais sofisticados e relacionados com a financeirização do capitalismo: o endividamento público e privado, ´´em cada compra ou transação, seja através dos crediários, dos cartões, tarifas e juros abusivos, seja na estrutura injusta da tributação´´ (DOWBOR, 2017, p. 246).

Com isto em mente, podemos afirmar que todos, trabalhadores produtivos ou não, sofrem processos acentuados de mais-valia. A mais-valia se estendeu e pesa sobre todos. Por isso, até mesmo um defensor da democracia burguesa como Martin Wolf (2019, p. 02) pode definir o capitalismo rentista como sendo "uma economia na qual o mercado e o poder político permitem que privilegiados extraiam grande parte dessa renda de todos os outros".

Wolf (2019) sustenta que o rentismo impede os ideais da democracia liberal de se realizarem. Segundo ele, nesta configuração do capitalismo, vigente hoje, há o predomínio de uma nova Trindade, não mais Pai, Filho e Espírito Santo, mas sim o crescimento lento da produtividade, a agudização das desigualdades sociais e as crises financeiras constantes. Estes resultados - a Trindade - fizeram com que Wolf (comentarista-chefe de economia do jornal inglês *Financial Times*) deixasse de ser um neoliberal para se converter num keynesiano.

Dowbor (2017) demonstra o *modus operandi* do capitalismo contemporâneo e algumas estatísticas surpreendentes. Atualmente, cerca de 800 milhões de pessoas no mundo passam fome, *não têm o que comer*. Com o acirramento da desigualdade social mundial a partir de 1970 e 80 - resultado da política neoliberal e financeirização crescente da economia - a concentração de renda só cresce até os dias atuais. A situação no mundo é tal que 1% da população mais rica possui mais do que os 99% restantes.

O autor (2017) ainda arrola os graves problemas ambientais, a rápida e crescente destruição do planeta com vias à maior acumulação pela extrema minoria e, esta, ainda, uma minoria pouco produtiva, visto que utiliza o Capital acumulado não para fabricar bens ou mercadorias para o consumo, mas sim para lucrar com aplicações e rentismo. Assim diz Dowbor (2017, p. 22), num tom provocador, a respeito dessa situação global contraditória e desumanizadora:

> Na realidade, a desigualdade atingiu níveis obscenos. Quando oito indivíduos são donos de mais riqueza do que a metade da população mundial, enquanto 800 milhões de pessoas passam fome, francamente, achar que o sistema está dando certo é prova de cegueira mental avançada. Essas oito famílias donas de fortuna produziram tudo isso? Ou simplesmente montaram um sistema de apropriação da riqueza por meio de papéis? E como isto é possível? São donos de papéis financeiros que rendem.

Dowbor (2017), como mencionado acima, demonstra a ainda atual ineficácia dos Estados nacionais que, reduzidos à servidão ao poderoso sistema financeiro mundial, são levados a agir em dissonância dos verdadeiros interesses da população. As medidas políticas neoliberais, implementadas desde a década de 80, visam justamente reduzir o papel regulador do Estado sobre o Capital globalizado, sobre as transações financeiras transnacionais e sobre a vasta riqueza acumulada por banqueiros e rentistas.

Se as medidas neoliberais foram sendo implantadas nos Estados Unidos e em países da Europa na década de 80, no Brasil foi a década de 90 a década da virada neoliberal. Na década de 80, o Brasil em reação à ditadura militar contou com uma esquerda mobilizada que atrasou, por aqui, os planos dos liberais e suas contrarreformas. O processo de luta pela redemocratização do país culminou na nova Constituição que possuía uma clara feição social-democrata (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2019).

Mas… a situação brasileira não iria destoar da tendência mundial por muito tempo. O que sucedeu a todos nós é o que Ghiraldelli Júnior (2019, p. 12) sintetiza:

> [...] tão logo veio Collor, nunca mais paramos de mudar a Constituição, adaptando-a crescentemente aos desígnios do neoliberalismo e da institucionalização da vitória do capital fictício. De Collor a Bolsonaro, sem qualquer recuo com Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer, nosso país caminhou firme em uma mesma trajetória para chegar aonde chegamos, no crepúsculo de uma era, o fordismo. Entramos finalmente no pós-fordismo, que, em outros lugares, está assinalado no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Os resultados concretos desta *teologia política* neoliberal são nefastos, para o Brasil e também para os outros países. Julgo interessante a expressão teologia política, pois as propostas neoliberais e seus defensores exigem a confiança na proposta sem se fundamentarem na realidade dos fatos e no que tem ocorrido. É uma reedição do antigo *credo quia absurdum* de Tertuliano (a verdadeira fé deve ir além da inteligência, do entendimento). Arbache (2003, p. 30, 31) arrola as consequências desta teologia política:

> Não somente no Brasil, mas em outros países em desenvolvimento em que foram introduzidas políticas liberais em linha com o chamado "Consenso de Washington", não se verificou redução do desemprego e da desigualdade de renda. Ao contrário, os resultados mostram que a desigualdade manteve-se estável ou até piorou, e que o desemprego elevou-se, notadamente entre os trabalhadores de menor nível de escolaridade. Ademais, observou-se substancial crescimento de atividades informais e piora nas relações e condições de trabalho, as quais resultariam da terceirização, subcontratação, instalação de "maquiladoras", dentre outros fenômenos observados.

A conjuntura é tal que István Mészáros (2020) utiliza-se da expressão *crise estrutural do Capital* para qualificá-la. O autor observa a história do capitalismo de

forma panorâmica e salienta que, no passado, o capitalismo movia-se por ciclos, ora de expansão, ora de crise e recessão. De modo diferente destes períodos de expansão e crise, algo novo vem ocorrendo com o capitalismo mundial. Desde o início dos anos 1970, o capitalismo não mais se reproduz por tais ciclos, mas sim pela permanência de uma crise duradoura: trata-se de um *depressed continuum*.

O capitalismo desde 1970 é caracterizado, então, com ´´a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente´´ (ANTUNES, 2011, p. 12). Esta crise profunda e prolongada do sistema capitalista desencadeou medidas para manter a acumulação e a taxa de lucro, ainda que à custa de todos. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva certamente estão entre as medidas políticas e sociais necessárias para a tentativa de recuperação do sistema, em crise profunda.

Neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva[15]... todos estes movimentos próprios e necessários ao regime do Capital, à sua sobrevivência e para a manutenção ou aumento da taxa de lucro das grandes empresas e bancos em tempos de crise estrutural do sistema (NETTO; BRAZ, 2012).

O que há de comum em todos estes processos é a inversão desumanizadora que põe o lucro e a acumulação à frente das necessidades humanas, inclusive à frente das necessidades humanas básicas - tal como a saúde, por exemplo, diante da qual temos que a posição de classe dos indivíduos facilita ou obstrui uma vida com mais ou menos saúde e o acesso aos serviços de saúde (GOMES, 2017).

O capitalismo possui, nele próprio, os feitos e efeitos desumanizantes que infirmam a vida dos homens e de sua comunidade. Trata-se da estrutura econômico-social responsável pela inversão que põe a acumulação acima do homem, ou o ´´ter acima do ser´´ - segundo a clássica proposição marxista (FROMM, 1967). Neste modo de produção que emoldura a sociedade moderna, ocorre o que Antunes (2011, p. 11) descreve:

> [...] tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-societais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente.

[15] Comentários sobre o fenômeno da *reestruturação produtiva* foram tecidos no Cap. 3: O trabalho em saúde sob o regime do Grande Capital, na presente dissertação.

Netto (2012) enfatiza o aspecto desumanizador e alienante do capitalismo e do tardo-capitalismo. Este autor (2012, p. 202) em seu ensaio denominado *capitalismo e barbárie contemporânea* introduz o seu texto da seguinte maneira:

> [...] o tardo-capitalismo (o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural) esgotou as possibilidades civilizatórias que Marx identificou no capitalismo do século XIX e, ainda, que tal exaurimento deve-se a que o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo (conforme o caracteriza István Mészáros). Este esgotamento, que incide sobre a totalidade da vida social, manifesta-se visivelmente na barbarização que se generaliza nas formações econômico-sociais tardo-capitalistas.

Na sociedade do Capital, o mote estrutural para a reprodução social é a valorização do Capital, e não a satisfação das necessidades humanas. Ou, dito em outras palavras, "a não-humanidade socialmente construída passa a ser o momento predominante da reprodução social" (LESSA, 2016, p. 128).

Numa sociedade onde o Capital - a não-humanidade socialmente construída - domina a vida cotidiana dos homens, e onde, de igual modo, as necessidades humanas encontram-se secundarizadas, sendo *conditio sine qua non* para satisfazê-las o dinheiro, resulta em óbvio que toda a sociedade encontra-se basilarmente desumanizada. A valorização da não-humanidade acarreta necessariamente a desumanização do homem; tal valorização produz como corolário a desvalorização do homem.

Em seu Documento Base (2010a), a PNH ensina que a humanização significa a valorização de todos os atores na área da saúde. Contra esta valorização da PNH se opõem entraves objetivos pela sociedade do Capital. Neste tensionamento, na área da saúde e fora dela, a objetividade social prevalece, obviamente.

Esta é a conjuntura histórica do planeta e do Brasil. É nesta sociedade que surgem e ressurgem as práticas consideradas desumanizadas, em todos os setores da atividade humana. Esta conjuntura, juntamente com as categorias teóricas

marxiano-marxistas, nos ajudam a entender o porquê e o formato da desumanização do homem. Ao mesmo tempo, a análise conjuntural e as citadas categoriais nos auxiliará a repensar as propostas de humanização que emergiram no início do século XXI como parte do processo de construção do SUS. É esta mesma conjuntura determinada - capitalista - que condiciona largamente o trabalho em saúde, conforme veremos a seguir.

CAPÍTULO 03:
O TRABALHO EM SAÚDE SOB O REGIME DO GRANDE CAPITAL

Antes de focalizar a PNH e uma leitura marxista da PNH, cremos ser proveitoso algumas considerações mais gerais sobre o trabalho em saúde e leituras críticas que se tem feito dele, leituras estas que partem dos pressupostos da teoria social de Marx.

Faz-se necessário esclarecer o que será evidente ao longo de toda esta exposição sobre o trabalho em saúde. Tal trabalho não se encontra, nem nunca se encontrou, encapsulado, isolado das tendências históricas e gerais de um determinado período. Sob o capitalismo, o trabalho em saúde adquire configurações e formas de ser que são condicionadas pelo mencionado modo de produção. Por isso, a afirmação de Waitzkin (1980, p. 01) é rigorosamente materialista e histórica:

> O ponto de vista marxista questiona se os melhoramentos mais importantes no sistema de saúde podem ocorrer sem transformações profundas na ordem social mais ampla. Um avanço neste campo - um postulado que também é aceito por muitos não-marxistas - é que os problemas do sistema de saúde refletem os problemas da sociedade como um todo e não podem ser separados destes.

Pelo mesmo ponto já destacado - a determinação social do trabalho e do trabalho em saúde - também estamos de acordo com Waitzkin (1980, p. 01) na descrença de que ´´melhoramentos mais importantes no sistema de saúde podem ocorrer sem transformações profundas na ordem social mais ampla´´. Por isso, também, desconfiamos da *humanização setorialista* proposta pela PNH.

Há 150 anos atrás, a produção de saúde e o setor de serviços não traziam mais-valia para o Capital. Através da indústria em franco desenvolvimento, comprava-se e vendia muito mais coisas do que serviços. Ao longo de sua história, o capitalismo passa a investir, visando o lucro, na produção de serviços, assim como já havia investido na antiga produção de bens. A área da prestação de serviços, hoje, é crucial para a renda capitalista. Se o industrialismo produzia sapatos, charutos, chapéus, etc., o capitalismo posterior passa a explorar, também,

a prestação de serviços, tais como, a saúde, a educação, o entretenimento… (DOWBOR, 2017).

Esta é, como veremos adiante, uma característica de base do regime do Capital: a transformação de tudo em mercadoria, em objeto que se compra e vende, visando ganhos pessoais. A saúde, estamos enfocando ela, adquire o estatuto de mercadoria: trabalhadores são explorados, empresas de saúde são fundadas, indivíduos enriquecem “vendendo saúde” e, por essa ser *mercadoria*, o acesso aos serviços de saúde passa a ser facilitado, obstruído ou barrado de acordo com a posição de classe do indivíduo que deles precisa (GOMES, 2017).

Dadas estas correlações entre o trabalho em saúde e o sistema capitalista, podemos perceber que a produção de saúde segue a produção e o trabalho de maneira geral: a substituição do modelo artesanal pelo fabril[16], a especialização do trabalho e a consequente fragmentação do objeto de trabalho, o desenvolvimento de tecnologia de ponta, a perda dos meios de produção pelos trabalhadores, o assalariamento progressivo, a perda da noção de todo do processo produtivo, etc.

Assim, o trabalho em saúde está organicamente vinculado com o trabalho e, para dizer de forma mais específica, o trabalho em saúde contemporâneo segue as tendências gerais do trabalho sob o capitalismo. O trabalho em saúde possui suas especificidades, mas essas não lhe coroam com autonomia diante do trabalho emoldurado pela ordem social capitalista (SCHÜHLI, 2020).

A influência do *Complexo Médico Industrial* e também a do *Complexo Médico Financeiro* se fazem sentir na área da saúde e têm sido objeto de estudo. Resumidamente, podemos dizer que estes setores, mesmo ambos dentro da esfera da reprodução do Capital, possuem interesses divergentes, contraditórios. Como diz Schühli (2020, p. 80):

> De um lado, o Complexo Médico Industrial que necessita realizar seus lucros pelo consumo cada vez maior de recursos da indústria

[16] Relacionada a esta ´´industrialização da saúde´´, vemos surgir transformações na cadeia produtiva com importantes repercussões subjetivas: ´´A especialização progressiva e as produções científico-tecnológicas tendem a homogeneizar as formas de agir, subordinando a esfera subjetiva do trabalho e restringindo-a a práticas menos reflexivas. Isso não se reduz apenas à máquinas e equipamentos, mas também aparece na definição de protocolos e rotinas técnicas´´ (SCHÜHLI, 2020, p. 104). Este autor também menciona em seu texto as importantes críticas que se tem feito ao *taylorismo* na medida em que esse modelo capitalista de gestão tem influenciado a organização do trabalho em saúde.

> do setor, de outro, a necessidade de seguros e planos de saúde de restrição do acesso a essas mercadorias, para que o serviço prestado seja de baixo custo.

Assim, temos, por um lado, a necessidade de *racionalização* do uso de procedimentos e de tecnologias (expresso nos serviços de saúde tão claramente por meio de mecanismos de auditoria e controle) e, por outro lado, os lucros obtidos pela venda e consumo dos procedimentos e tecnologias em saúde enquanto mercadorias.

A influência direta destes ´´dois complexos´´ pesam sobre as necessidades percebidas pelos usuários e também sobre as formas como os serviços de saúde organizam o trabalho. Os usuários, bastante menos preocupados com os custos, esperam que lhes sejam aplicados os melhores procedimentos e tecnologias - as relações com os profissionais assumem um caráter procedimental e instrumental próprios da medicina tecnológica (SCHÜHLI, 2020; GOMES, 2017).

Em outras palavras, considerando também os avanços técnico-científicos da medicina tecnológica e a progressiva reificação das relações sociais, cria-se o predomínio do *trabalho morto* sobre o *trabalho vivo em ato* e das *tecnologias duras* e *leve-duras* sobre as denominadas *tecnologias leves.* A *dimensão profissional*, de igual modo, também é superdimensionada diante da *dimensão cuidadora* (FRANCO; MERHY, 2006; SCHÜHLI, 2020).

Diante destas tendências desumanizadoras, as propostas para a humanização da saúde, nos trabalhos de Emerson Elias Merhy, é, quem sabe podemos dizer nestas palavras, fazer a *roda girar para trás*, por intermédio de uma reforma na composição técnica do trabalho: enfatizar a importância do trabalho vivo em ato e das tecnologias leves (relacionais e comunicacionais). Assim, a dimensão cuidadora deve ser uma dimensão importante e comum a todas as profissões da saúde, sendo a chamada dimensão profissional constituída pelas especificidades técnicas de cada profissão (FRANCO; MERHY, 2006; SCHÜHLI, 2020).

Historicamente falando, na área da saúde e considerando os vínculos e encontros que ocorrem nesta área, há o empuxo em direção à instrumentalização crescente em detrimento das práticas de cuidado. O manejo majoritariamente técnico e ´´neutro´´ dos encontros na saúde e a vinculação dirigida para o procedimento, e não para a pessoa, se dão concomitantemente a outras tendências, conforme diz Schühli (2020, p. 80):

> [...] Fragmentação dos atos sobre o usuário, dividido por várias unidades de produção, e à perda de eficácia global no conjunto das práticas em saúde, mesmo ganhando em termos focais, leva a um movimento consumista dos usuários, para compensar a baixa efetividade.

A instrumentalização[17] e o consumismo de procedimentos médicos e de saúde foram estudados por Schraiber (*apud* Schühli, 2020, p. 120) sob a expressão ´´crise dos vínculos de confiança´´. O fenômeno é fundamentado pela maior valorização de práticas centradas em tecnologias materiais - maior valorização conferida tanto por usuários quanto pelos profissionais de saúde. Se não utilizar-se destas tecnologias, o médico fica desacreditado pelos consumidores de saúde.

Com a interpolação e interposição dos recursos tecnológicos entre os usuários e profissionais de saúde, o trabalho em saúde tem se tornado cada vez mais impessoal e despersonificado. Pelo lado dos profissionais, as práticas passam a um alto grau de padronização e de protocolização, reduzindo os agentes a meros aplicadores de procedimentos e diminuindo também a participação subjetiva e criativa dos sujeitos em seu processo de trabalho. Algo bastante parecido com o que C. Dejours e E. Abdoucheli (1994) chamaram de *repressão da vida fantasmática*, a partir do trabalho operário em indústrias.

Já pelo lado dos usuários dos serviços de saúde, os consumidores, a ´´confiança vai sendo transferida para a tecnologia material, gerando um fetiche dos equipamentos e a expectativa do uso dos elementos intermediários como indicação de uma boa prática´´ (SCHÜHLI, 2020, p. 120). Conforme salienta este autor (2020, p. 120, 121) o resultado dessa inversão é o seguinte:

> Os agentes vão se tornando um meio na relação do usuário com a tecnologia, assim como os usuários tornam-se meios na relação dos agentes com seu conhecimento e com as engrenagens empresariais para o exercício da profissão (os seguros-saúde, por exemplo).

Podemos chamar a inversão na qual as pessoas ficam reféns de suas criações e produtos (no caso aqui, as tecnologias e procedimentos médicos) de

[17] A razão instrumental é algo inerentemente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo, conforme diz Figueiredo (2021).

alienação[18]. Os sujeitos das práticas em saúde passam a ser cada vez mais as coisas, as produções humanas ao invés dos próprios humanos. As relações sociais levadas a cabo entre profissionais e usuários adquirem o caráter de provisoriedade e fragilidade. Deste modo, as bases materiais - *capitalistas* - da sociedade fundamentam o fenômeno da alienação e este se expressa ´´não somente face aos produtos do trabalho, mas também, em relação à própria atividade e aos outros seres humanos´´ (SCHÜHLI, 2020, p. 127).

Esta mercantilização e coisificação dos vínculos e dos serviços de saúde estão correlacionados à totalidade social dentro da qual estes vínculos e serviços são produzidos e reproduzidos. Conforme transcrevemos de Schühli (2020, p. 77), a totalidade social presente carrega em si as seguintes *macrotendências*:

> O capitalismo amplia as necessidades pela forma-mercadoria, restringindo-as àquelas que podem ser supridas por mercadorias, restringindo as necessidades a necessidades materiais e substituindo valores éticos e estéticos pelo valor de adquirir mercadorias [...]. O "ser" vai cada vez mais sendo substituído pelo "ter", as relações sociais se reificam, o trabalho morto vai sendo valorizado em detrimento do trabalho vivo, tendo como resultados um reforço da propriedade material, da competitividade e do individualismo[19].

Esta totalidade é determinante sobre suas partes, assim como, a feudalidade e as suas teologias, que eram afinadas aos interesses das classes dominantes, exerciam determinação sobre as práticas de produção de saúde e doença na Idade Média. Em nossos tempos, *os tempos modernos*, as práticas de saúde estão sendo cada vez mais determinadas pela produção e consumo de *mercadorias médicas* provenientes da indústria (máquinas, equipamentos, instrumentos, medicamentos, etc), consumo este afinado aos interesses dos capitalistas da saúde.

Existe um debate, interessantíssimo, acerca da neutralidade ou não das práticas médicas e de saúde no quesito de fortalecer ou não um dado sistema econômico e político. Há autores que defendem que as práticas de saúde, por se

[18] Aprofundamentos sobre a temática da alienação serão dados posteriormente, no Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria.

[19] Como podemos ver, o capitalismo possui também determinações sobre a ética e a estética; sobre a política também, conforme ficou claro no ´´Cap. 2: Sociedade burguesa, tardo-capitalismo e neoliberalismo: o mundo hoje´´, na presente dissertação. A determinação ética-estética-política do capitalismo é um forte empuxo contrário à aposta ética-estética-política da PNH. Sobre esta aposta da PNH, *vide* o capítulo seguinte.

basearem em avanços científicos e tecnológicos, são neutras do ponto de vista das ´´inclinações ideológicas´´ e políticas, e de projetos para a sociedade ou para a manutenção ou não de determinada sociedade (DOURADO, 2012).

Dizem também que a medicina - representante mais antiga e mais analisada nas pesquisas sobre o trabalho em saúde - é uma prática anterior ao próprio capitalismo e não uma das criações deste. E também, a *função* da medicina seria a mesma em todas as épocas passadas até o dia de hoje: o combate às doenças e a manutenção da saúde. Todos estes fatores, pensam os positivistas, corroboram a tese da *independência da medicina em relação a vieses ideológicos e projetos políticos* (DOURADO, 2012).

Outros autores percebem a *parcialidade* da medicina e apontam que ela contribui para a reprodução do sistema capitalista. Se ela não nasceu sob o capitalismo, ela possui uma forma de ser vinculada organicamente com a forma de ser do sistema social vigente. Ao lado de cumprir a função social de prevenção e cura de doenças, a medicina também tem o papel de contribuir para a conservação do capitalismo e, de igual modo, para a vantagem que a classe dominante tem sobre as demais classes sociais.

Após uma revisão bibliográfica acerca da função social da medicina na reprodução da sociedade de classes capitalista, Dourado (2012, pp. 12-19), na busca por uma sistematização, categorizou as funções em cinco linhas gerais - com as quais estamos de pleno acordo, concordando, assim, com a visão de que a prática médica não é imparcial mas sim reprodutora da ordem:

a) Normatização
b) Consumo de mercadorias do complexo médico-hospitalar
c) Reprodução da força de trabalho
d) Contenção Social
e) Realização de mais-valia diretamente através da exploração do trabalho do médico.

A descrição de cada uma destas funções é encontrada nas páginas mencionadas acima. No momento, cabe especificar outras determinações sociais das transformações do trabalho em saúde. Estas determinações têm a ver com o

neoliberalismo e com a reestruturação produtiva, movimentos do grande Capital que impactam diretamente o setor saúde.

Gomes (2017) explicita tais transformações. No mesmo espírito de Behring e Boschetti (2016), citadas pelo mesmo motivo mais adiante, o autor (2017, p. 94 e 95) reafirma a contradição presente entre a Constituição brasileira de 88 e a realidade socioeconômica nacional e internacional[20]:

> Ao fim da década de 1980, apresenta-se um cenário contraditório no Brasil. Por um lado, o movimento de contestação à ditadura empresarial-militar consubstancia-se em uma constituição cidadã fundamentada em políticas públicas universais. Por outro lado, esse é o momento em que se irradiam dos países capitalistas centrais para o restante do mundo as diretrizes neoliberais (...).

Esta conjuntura geral determinará características fundamentais dos serviços de saúde no Brasil, tais como (GOMES, 2017):

- A tendência, que acompanha todos os governos desde então, de manter um *Estado mínimo* para as políticas sociais e um *Estado máximo* para a acumulação do Capital;
- O constante subfinanciamento das políticas de saúde, o que significa, na prática, ´´o abandono dos conceitos de universalidade, integralidade e igualdade´´ (2017, p. 95);
- A focalização dos serviços de saúde nos mais pobres, por meio da atenção básica, enquanto que, por outro lado, ocorre o estímulo para os serviços privados entre as pessoas com maior renda. Na prática, isto implica no definhamento da universalização da política de saúde e do SUS;
- A tendência à privatização do sistema de saúde nas áreas mais lucrativas para o Capital. Como diz o autor (2017, p. 95): ´´Na atenção secundária e terciária [...], aproximadamente 70% da assistência ocorre em serviços privados. Esses níveis do sistema consomem a maior parte do orçamento público da saúde´´.
- A concentração de Capital nas grandes empresas médicas, inclusive estrangeiras, e o progressivo desaparecimento das pequenas empresas;

[20] De forma análoga, há contradições entre os princípios e valores da PNH e a realidade social e econômica.

- O financiamento com verba pública do Complexo Médico-Industrial e da indústria farmacêutica.

Gomes (2017) salienta também que as transformações ocorridas com o advento do neoliberalismo não abarcam somente a organização das políticas e serviços - tal como exemplificamos acima. O *trabalho em saúde* também foi diretamente afetado; e é a este conjunto de transformações do mundo do trabalho, paralelas ao surgimento do neoliberalismo, que chamamos de *reestruturação produtiva*. Internamente ao campo da saúde, a reestruturação produtiva manifesta-se da seguinte forma (GOMES, 2017):

- Tendência à expansão da jornada de trabalho, associada ao fato de o trabalhador ter mais de um emprego. O que impulsiona estes movimentos, dentre outros fatores, são as reduções salariais;
- A ´´flexibilização´´ dos direitos trabalhistas. As terceirizações, por exemplo, avançam nos serviços de saúde, tanto no setor público quanto no privado, o que permite maior exploração do trabalho;
- Intensificação do ritmo de trabalho, por meio de diversos mecanismos, tais como: aumento de tarefas num dado período de tempo, redução da força de trabalho diante de crescente demanda, eliminação de poros improdutivos no trabalho, etc.;
- Relacionados a esta intensificação do ritmo de trabalho, implantação de formas de gestão que propiciam tal intensificação, como por exemplo: a substituição de remuneração fixa por remuneração variável (condicionada ao alcance de metas e frequência no trabalho), o salário por procedimento, a implantação de princípios *toyotistas* de gestão da *qualidade total* em serviços de saúde, etc.

Logo adiante, Gomes (2017, p. 96) arremata afirmando o que se segue a respeito dos serviços públicos de saúde:

> A esfera estatal não escapa incólume a essa dinâmica de subsunção à mercantilização e às diretrizes da reestruturação produtiva. As terceirizações e a flexibilização de direitos trabalhistas são cada vez mais frequentes nos serviços públicos. Muitas vezes esse processo

> acontece por meios particulares, como as novas formas privadas de gestão dos serviços públicos - fundações e empresas públicas de direito privado -, organizações sociais (OSs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e semelhantes. Além disso, cabe salientar a permanência da conformação dos produtos do trabalho na forma de procedimentos - expressão da forma mercadoria nos serviços de saúde - em detrimento da conformação da assistência com base no cuidado.

Dos Santos e Da Silva (2020), a título de um exemplo recente da influência do Grande Capital sobre a saúde, analisam o papel de organizações internacionais sobre o governo pós-golpe de 2016, de Michel Temer. Os autores (2020) comentam a pressão exercida pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial da Saúde no sentido de se aprofundar contrarreformas no setor saúde, visando aos interesses do capital imperialista e financeiro.

Contudo, estes autores (2020), embora enfoquem o período Temer, também não deixam de apontar que, nos governos petistas de Lula e Dilma, governos de ´´esquerda´´, documentos do Banco Mundial forneceram diretrizes neoliberais e subsidiaram a implementação de mudanças na gestão do SUS.

Segundo Dos Santos e Da Silva (2020), os organismos internacionais, pertencentes ao capitalismo imperialista e financeiro, têm lutado para o desmonte do SUS em alguns sentidos específicos: focalização do SUS somente nos mais necessitados (fim de sua universalidade); privatização de instâncias e serviços do SUS; congelamento dos gastos públicos e captura da verba pública para o fomento da iniciativa privada - o velho e já citado Estado mínimo para as políticas sociais e Estado máximo para banqueiros e empresários.

Dadas todas estas observações sobre o trabalho em saúde sob o Capital, pensamos que podemos afirmar que a PNH é uma tentativa de implementar os princípios dos SUS - integralidade, universalidade, equidade - *apesar de e sem mexer* nas determinações sociais e históricas que pressionam o setor saúde. Naturalmente, a PNH não pode fazer frente ao mundo. É somente na Bíblia que Davi vence Golias.

A PNH não pode fazer frente ao Capital, nem o Estado político existe para tal função. Comentando sobre as ações estatais, as políticas de saúde e os diferentes sistemas de saúde existentes no mundo, Waitzkin (1980, p. 13, 14) afirma que:

> A intervenção estatal enfrenta certas restrições estruturais. Resumindo muito simplesmente, estes limites restringem a intervenção do Estado à políticas e programas que não conflituem com os fundamentos do processo econômico capitalista, baseado no lucro privado, ou com os interesses concretos da classe capitalista durante períodos históricos específicos.

A PNH é um exemplo destas políticas.

O Capital, como procuramos demonstrar, conforma e dá a tônica geral da sociedade em que vivemos. No setor saúde não é diferente. As políticas de saúde, os serviços de saúde e o trabalho em saúde andam a reboque dos movimentos do Grande Capital. O nosso objetivo aqui, após a exposição do trabalho em saúde na contemporaneidade, é demonstrar como a totalidade social - capitalista - condiciona as transformações setoriais no campo da saúde. Há esta correlação ineliminável entre a totalidade e as suas partes, como bem ensina o Materialismo Histórico (KONDER, 2017; NETTO, 2011a).

Neste trabalho, seguindo o mesmo raciocínio explicitado no parágrafo acima, procuramos enfatizar a determinação existente entre a desumanização no campo da saúde (particularidade) com a desumanização social geral (totalidade). E, dando um passo adiante, procuramos também apontar as limitações de uma proposta de humanização do setor saúde (particularidade) que negligencia a necessidade evidente da humanização da própria totalidade social. A desumanização é uma determinação sócio-histórica; se um dia houver humanização substantiva, ela também será uma determinação da totalidade social.

Após a exposição das *macrotendências* sociais fora e dentro do setor saúde, neste capítulo e no pregresso, podemos afirmar que a PNH é uma das *microtendências* que procuram fazer frente à totalidade social desumanizada. Esta assertiva será retomada adiante. Agora, enfocaremos as políticas de humanização tais como foram propostas oficialmente, pelo Estado, e academicamente, por seus intelectuais.

CAPÍTULO 04:
A DESUMANIZAÇÃO NO SETOR SAÚDE E AS POLÍTICAS DE HUMANIZAÇÃO NO BRASIL

De acordo com o Dicionário *On-line* de Língua Portuguesa (2019), a palavra humanização é um substantivo feminino que significa: ´´ação ou efeito de humanizar ou humanizar-se; tornar-se mais sociável, gentil ou amável´´. O verbete também expressa que humanização é sinônimo de educação, socialização e civilização e tem como antônimo a palavra desumanização.

Quando procuramos a palavra humanizar no mesmo dicionário aprendemos que ela provém do francês *humaniser* e que possui acepções diferentes, as quais transcrevemos abaixo:

> a) Atribuir caráter humano a; conceder ou possuir condição humana: a narrativa humanizava os psicopatas; algumas entidades espirituais se humanizam na figura do ser humano; b) Tornar-se benéfico; fazer com que seja tolerável; humanizar-se: humanizar um ofício, uma doutrina; o governo humanizou-se quando ouviu o povo; c) Tornar-se civilizado; atribuir sociabilidade a; civilizar-se: humanizar uma pessoa incivil; o Papa se humanizou através do convívio com os fiéis; d) Domar animais (regionalismo). Disponível em: https://www.dicio.com.br.

Quais dessas acepções guarda maior relação com a humanização proposta no campo da Saúde Coletiva brasileira? Os profissionais de saúde devem obter a condição de humanos? Ou devemos torná-los benéficos, ou como diria o dicionário Ferreira (1999) no verbete sobre humanizar, afáveis e tratáveis? Os profissionais do setor saúde já não são todos civilizados e humanos? Ou seriam eles animais a serem amansados?

Ao falar sobre humanização, é difícil não lembrar também da noção de humanismo desenvolvida ao longo da história da Filosofia Ocidental. Consultamos o dicionário de Filosofia de Japiassú e Marcondes (2001, p. 96), onde encontramos uma bela definição de humanismo, a qual transcrevemos abaixo:

> (do lat. humanizas) Movimento intelectual que surgiu no Renascimento. Lutando contra a esclerose da filosofia escolástica e aproveitando-se de um melhor conhecimento da civilização greco-latina, os humanistas (Erasmo, Tomás Morus etc.) se esforçaram por

> mostrar a dignidade do espírito humano e inauguraram um movimento de confiança na razão e no espírito crítico. Por uma espécie de deslocamento, o termo "humanismo" tomou dois sentidos particulares: a) na filosofia, designa toda doutrina que situa o homem no centro de sua reflexão e se propõe por objetivo procurar os meios de sua realização; b) na linguagem universitária, designa a idéia segundo a qual toda formação sólida repousa na cultura clássica (chamada de humanidades). Numa palavra, o humanismo é a atitude filosófica que faz do homem o valor supremo e que vê nele a medida de todas as coisas. Herdeiro de Kant, o humanismo contemporâneo, sobretudo dos existencialistas e de certas correntes marxistas, define o homem como o ser que é o criador de seu próprio ser, pois o humano, através da história, gera sua própria natureza.

Alguns autores do campo da Saúde Coletiva brasileira refletiram sobre o humanismo filosófico e sua relação com a saúde. De acordo com a análise de Minayo (*apud* GARCIA et. al.; 2009), o humanismo teria influenciado a produção teórica da saúde sobretudo de três maneiras: a) reconhecimento da alteridade e da humanidade do usuário; b) questionamento da lógica de mercado como valor e motivação predominante para o trabalho em saúde e, c) crítica da ciência racionalista que objetifica os indivíduos.

Puccini e Cecílio (*apud* GARCIA et. al.; 2009) relembram que o humanismo clássico consiste no entendimento de que a dignidade humana é o valor supremo e que deve, portanto, ser defendida contra ataques de qualquer ordem, sejam políticos, religiosos, econômicos, etc.

Segundo Gomes (2017) e também Gomes e Schraiber (2011), a discussão sobre os aspectos desumanizantes dos serviços de saúde começou na década de 1950 e, posteriormente, ganhou notoriedade na década de 1970, sobretudo com os estudos da Sociologia Médica norte-americana.

Os estudos desta primeira geração sobre a desumanização recaem sobre os traços autoritários na relação entre médicos e pacientes. Estes últimos, por sua condição de fragilidade devido à doença e desconhecimento sobre como manejá-la, acabam enredados em relações nas quais - devido também às características do outro polo, da medicina tecnicista - estavam suprimidos o seu protagonismo e autonomia. O usuário do serviço de saúde é, então, transformado em coisa; passa a ser despersonalizado (tornado não pessoa).

Assim sendo, segundo estes estudos, o movimento desumanizador tem sido nutrido por meio da própria medicina moderna, tecnicista e biomédica. A medicina, ela mesma, é vista como uma causa da desumanização na área da saúde e isso devido ao seu *modus operandi*: os sujeitos tornam-se apenas alvo da técnica, a qual deve ser aceita dogmaticamente (GOMES, 2017).

O sujeito, desta forma, perde suas qualidades propriamente humanas de liberdade, decisão, iniciativa, subjetividade, singularidade, etc., assumindo o papel de objeto. A medicina tecnicista, embasada no modelo biomédico, objetifica e coisifica os seus pacientes (GOMES, 2017).

Gomes (2017) a partir da leitura de S. Deslandes (2006), insere em seu texto uma sistematização na qual são arroladas onze práticas produtoras de desumanização nos serviços de saúde. Por tratar-se de uma forma bastante concreta de enxergar o problema da desumanização no setor saúde, julgamos adequado reproduzir aqui, *ipsis litteris*, a forma como essas onze práticas aparecem no livro de Gomes (2017, p. 18):

> • a prática de tratar as pessoas como coisas, isto é, o usuário dos cuidados de saúde visto como objeto, e não como sujeito na intervenção clínica;
> • a desumanização pela tecnologia, expressando o papel substantivo que os instrumentos passam a representar nas práticas e suas implicações sobre o vínculo profissional-usuário;
> • a desumanização pela experimentação, ressaltando as implicações éticas em pesquisas com seres humanos;
> • o ver a pessoa como problema, referindo-se à frequente redução da pessoa à sua patologia, descaracterizando-a como ser social, sobretudo, a nosso ver, em quadros assistencialmente complexos e que não se ajustam às terapêuticas biomédicas tradicionais em que o caso de assistência difícil se transforma em paciente difícil;
> • o tratamento dos usuários como pessoas de menor valor, envolvendo a discussão das várias formas de hierarquização valorativa dos sujeitos com base em critérios diversos de discriminação;
> • a prática com pessoas isoladas, compreendendo fenômenos como despersonalização, reclusão, solidão e não reciprocidade entre doentes e seus cuidadores;
> • a prática de tomar as pessoas como recipientes de cuidados subpadronizados, referindo-se à temática da precarização dos serviços em razão de diversas determinações;
> • a prática de obstrução da autonomia dos usuários em seus momentos de cura/tratamento;
> • a valorização da objetividade e neutralidade biomédicas, responsável pela constituição de relações frias e desumanas com os usuários;

> • a valorização de ambientes de cuidado em suas conformações estéreis e desumanas; e
> • práticas que mais tarde se tornariam temas caros à bioética, relativas à responsabilidade profissional na preservação da vida.

Para alguns autores, conforme apontamos, a clínica médica tradicional é, em boa medida, a responsável pela desumanização-coisificação-objetificação constante nos serviços de saúde. A clínica médica tradicional seria reducionista e, como salientado por Campos (2003), a criação de uma cultura de comunicação e também de condições institucionais afetariam diretamente a qualidade e a ampliação da clínica praticada no país (a assim chamada Clínica Ampliada[21]).

Mas antes, no que consistiria a clínica ´´não ampliada´´ e produtora de desumanização? Esta modalidade clínica tem recebido o nome de clínica tradicional ou também, conforme nomeia Campos (2003), clínica oficial ou clínica clínica.

A clínica tradicional, fundamentada no modelo biomédico, centra-se na doença e no diagnóstico fisiopatológico, atuando a partir do esquema queixa-conduta. O diagnóstico é concebido como uma regularidade, um princípio universalizante: existiria, dessa forma, o hipertenso, o diabético, o esquizofrênico, etc. A crítica que se faz a esta clínica é que a *pessoa concreta e a singularidade pessoal* do hipertenso, do diabético, etc., encontram-se bastante secundarizadas diante do quadro nosológico estabelecido (BRASIL, 2008a; CAMPOS, 2003).

A crítica prossegue: a clínica embasada no modelo biomédico se operacionaliza a partir de uma redução ao biológico, à doença e à sua cura. São deixados em segundo plano, nesse modelo, a dimensão psicossocial, o sujeito e o seu contexto de vida e, de igual modo, as esferas da prevenção de doenças e, principalmente, a promoção de saúde (DE MARCO, 2009).

A clínica tradicional trabalha a partir do especialismo - fragmentação do organismo em diversas partes[22] sendo que a cada uma cabe um especialista diferente, perdendo-se assim a visão do todo. Esta clínica não incentiva a autonomia do *paciente*, a ele cabe apenas ser objeto de uma intervenção e não

[21] Comentários adicionais sobre a ampliação da clínica serão fornecidos mais adiante, neste mesmo capítulo.

[22] O objeto da biomedicina é a máquina biológica cujas leis de funcionamento de suas diferentes peças precisam ser investigadas para que possam ser reparadas. A metáfora que compara o corpo a uma máquina é comum no discurso tradicional e explicita a desconsideração pelos fatores subjetivos e sociais presentes nessa modalidade clínica (DE MARCO, 2009).

negociar ou optar por seu próprio tratamento ou procedimento do qual será alvo (DE MARCO, 2009; ALVES, 2011).

Outra característica desta modalidade clínica é que a figura principal é o profissional médico e o seu *locus* principal é o hospital (modelo hospitalocêntrico). O conceito de saúde é o conceito negativo de saúde: a saúde é concebida não em sua positividade, mas sim como *ausência de doença*. E, por fim, a clínica médica tradicional efetua uma cisão entre corpo e mente, por consequência da influência do pensamento cartesiano e positivista em sua constituição (ALVES, 2011).

A clínica tradicional possui, nela própria e em sua constituição, características reducionistas e desumanizantes. Trata-se de uma consequência óbvia, um corolário, a ideia de que para humanizar as relações sociais da área da saúde é necessário alterar o modo de ser e de operar da clínica tradicional. Por isso, diz Campos (2005, p. 399): "a humanização da clínica e da saúde pública depende de uma reforma da tradição médica e epidemiológica".

Ao lado das características próprias da clínica tradicional, identificamos um outro fator que, segundo estes autores, atua enquanto causalidade da desumanização percebida no setor saúde. Campos (2005) aproxima-se da temática da desumanização afirmando ser esta *consequência da concentração de poder* e das implicações que a concentração de poder tem sobre as relações - agora desumanizadas - onde a alteridade deveria ser reconhecida, mas não é. Assim diz o autor (2005, p. 399):

> tende-se a qualificar de desumanas relações sociais em que há um grande desequilíbrio de poder e o lado poderoso se aproveita desta vantagem para desconsiderar interesses e desejos do outro, reduzindo-o a situação de objeto que poderia ser manipulado em função de interesses e desejos do dominante.

O desequilíbrio de saber e de poder enseja as condições para o abuso de saber-poder. Este processo também é descrito por Gomes (2017, p. 17), ao afirmar que a questão do saber-poder foi um dos principais enfoques dos primeiros estudos que abordavam a desumanização no setor saúde, aqueles realizados a partir de 1950 pela Sociologia Médica norte-americana:

> A primeira geração dessas críticas se dedicou predominantemente à análise do traço autoritário da relação médico-paciente. A significação de alguém como objeto, como coisa passível de manipulação, sua despersonalização, somada à condição de fragilidade advinda do estado de sofrimento, incorreria na obstrução da autonomia e do discernimento diante de um sujeito monopolizador de poder em razão de sua legitimidade técnico-científica.

Partindo do pressuposto de que é o desequilíbrio de poder nas relações sociais que criam as condições para a desumanização, o passo que Campos (2005) dá em seguida é afirmar a importância da democratização das relações e das instituições, por meio de estratégias tais como a gestão compartilhada e a ampliação da clínica - estratégias, entre outras, inseridas no corpo da Política Nacional de Humanização (PNH).

Com as políticas de humanização, observamos que o caráter desumanizador dos serviços de saúde obteve reconhecimento institucional por parte do Estado brasileiro. Entendemos o surgimento das políticas de humanização como uma *reação* ao conhecimento comum de que as relações sociais atinentes ao setor saúde estavam degradadas (GOMES, 2017). Ou, para dizer de outra forma, e na linguagem de Campos (2005), a humanização é um *conceito-sintoma*.

Agora, partiremos para uma exposição acerca da Política Nacional de Humanização, as suas origens e alguns debates a respeito dela - a partir de seus documentos oficiais e principais representantes.

A Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do Sistema Único de Saúde (PNH), proposta em 2003, também chamada de *HumanizaSUS*, foi apresentada como uma política transversal na área da saúde pública brasileira. Assim sendo, todos os serviços, projetos e programas do SUS devem se pautar a partir da PNH. Trata-se do eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS (BRASIL, 2004).

Em um texto rubricado pelo Ministério da Saúde, por este encomendado à consultora Olga Oliveira, encontramos alguns detalhamentos da época do surgimento desta política. A seguinte citação direta contextualiza bem o espaço e tempo em que esta política foi sendo institucionalizada no Ministério da Saúde - denominado abreviadamente no texto por MS - (OLIVEIRA, 2010, p. 05):

> Em Março de 2003, foi lançada pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização-PNH ou HumanizaSUS, durante o XXº Seminário Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e I Congresso Brasileiro de Saúde e Cultura de Paz e Não Violência, realizado em Natal/RN (17 a 20 de março/ 2003). Divulgada para dentro do MS na Oficina Nacional "HumanizaSUS: Construindo a Política Nacional de Humanização, na Semana de Humanização, no MS, nos dias 19 e 20 de novembro de 2003. Para o SUS, na 12ª Conferência Nacional de Saúde, eventos que ocorreram em novembro deste mesmo ano. Pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que é composta de representantes do MS, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais e do Conselho Nacional de Secretários Municipais, em 18.03.2004. Naquela época, a Política localizava-se na Secretaria Executiva (SE) do MS e posteriormente foi transferida para a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), onde permanece até o presente momento.

A PNH, tal como apresentada pelo Ministério da Saúde, é uma aposta com as seguintes implicações: a) Ética. É necessária a mudança de atitude de todos os envolvidos (gestores, trabalhadores e usuários), tornando-os corresponsáveis pelos serviços de saúde; b) Estética. O processo de produção de saúde é, em boa medida, uma oportunidade para a invenção, para a criação, e; c) Política. Diz respeito à organização social e institucional das práticas na rede do SUS (PASCHE; PASSOS, 2008).

Cabe lembrar que o SUS é fruto dos movimentos e lutas sociais do processo de redemocratização do país na década de 80. O direito à saúde é parte importante das conquistas de direitos sociais do povo brasileiro. As leis orgânicas da saúde, que criaram o SUS em 1990, embasaram-se na então recentemente promulgada Constituição Federal de 1988. Essa Carta Magna, contrapondo-se ao que havia até então, definia a saúde como um direito de todos e um dever do Estado brasileiro (GARCIA et. al.; 2009).

A nova Constituição ressaltava que os serviços de saúde deveriam se pautar em três princípios e fundamentos: a universalidade, a equidade e a integralidade. E que, por meio de políticas públicas, o Estado assumia o compromisso de reduzir os riscos de doenças e outros agravos e também promover, proteger e recuperar a saúde de seus cidadãos (GARCIA et. al.; 2009).

O novo aparato legal brasileiro retrata a saúde como diretamente influenciada por vários fatores determinantes e condicionantes, dentre eles: a alimentação, a

moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, o acesso ao lazer, a educação, etc. Assim, a garantia de saúde depende, de maneira estreita, da garantia de outros direitos sociais (GARCIA et. al.; 2009).

Considerando os princípios básicos e a própria história do nosso setor público de saúde, as políticas de humanização são apresentadas por seus proponentes como uma estratégia ímpar para tornar concretos os princípios e aumentar a resolutividade do sistema sanitário brasileiro (GARCIA et. al; 2009).

Antes da proposta da humanização como um conceito-valor que realiza o atravessamento em todas as práticas sanitárias do Brasil, o conceito foi sendo introduzido desde os anos 2000, até culminar na PNH em 2003. De acordo com Pasche e Passos (2008), o tema da humanização apareceu, ainda que timidamente, durante a 11º Conferência Nacional de Saúde, ocorrida no ano 2000.

De 2000 a 2002 surgiram algumas políticas relevantes, que visavam humanizar a atenção e abordavam a saúde do trabalhador: o Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar (PNHAH), a humanização do parto e da saúde da criança. Por esta época, surgiram os primeiros Comitês de Humanização em hospitais brasileiros (PASCHE; PASSOS, 2008). Estas iniciativas, então fragmentadas, uma vez reunidas e ampliadas, culminaram na formulação da PNH, entendida e proposta para ser uma política *transversal* a todo o SUS.

Deslandes (2004) fez alguns apontamentos interessantes sobre o uso do termo ´´humanização´´ no setor saúde. Ela analisou os documentos elaborados até então e argumentou que, apesar da humanização servir de base para muitas iniciativas na saúde pública, ainda não se possuía uma definição clara do conceito. Assim, a humanização seria, na visão da autora (2004), mais uma vaga diretriz de trabalho, um movimento por parte de trabalhadores, do que realmente um aporte teórico-prático robusto.

A proposta de ´´humanizar humanos´´ causou estranhamento entre profissionais de saúde. Deslandes (2004) examinou o então PNHAH e destacou alguns eixos discursivos no que diz respeito à compreensão do termo em questão. Nos documentos oficiais do PNHAH, a humanização surge associada: a) à política contrária à violência, b) aos atendimentos de qualidade, nos quais haveria a

articulação entre a tecnologia e o bom relacionamento profissional-usuário, c) à melhoria das condições de trabalho e, d) à ampliação da capacidade de comunicação entre profissionais e usuários.

Campos (2005) sugere que a humanização é uma substância com dimensões e faces diferentes. Ele utiliza as seguintes expressões para caracterizá-la: conceito-sintoma, conceito-diretriz, conceito-valor, conceito-síntese e conceito-experiência. Também ressalta que a ideia de humanização se relaciona estreitamente com dois conceitos que marcaram o seu percurso como pesquisador e sanitarista: a saúde Paidéia e a defesa da vida.

Ainda no mesmo artigo, importante para nós nesta dissertação por oferecer a visão do autor sobre a correlação entre a PNH e a sociedade contemporânea, Campos (2005) comenta sobre a possibilidade, a acusação de alguns, de a humanização ser um modismo, uma demagogia e, até, uma *solução simplista* para os problemas estruturais e fundamentais do SUS. Seguindo a essa lógica, a lógica dos “acusadores”, seria um erro pressupor que os serviços precários do SUS são dessa forma por causa de atitudes erradas dos próprios profissionais de saúde.

Para Campos (2005), e segundo ele, sem ignorar as questões estruturais brasileiras - que também são construções sociais e, portanto, passíveis de mudança - falar em humanização da atenção e da gestão do SUS é importante. Isto porque é uma proposta que confere ênfase ao sujeito, retirando-o da condição de objeto manipulável ou de corpo/máquina da clínica biomédica. Novamente, vemos a clínica biomédica representada como um elemento crucial para a desumanização das relações sociais atinentes ao setor saúde.

Ainda em Campos (2005), encontramos outras palavras sobre as propostas de humanização em suas relações com o mundo contemporâneo. Ele afirma que as políticas de humanização são um contraponto ao *status quo* do mundo, esse lugar competitivo e violento.

Ao se preocupar com a organização de serviços mais humanamente qualificados, a humanização produziria, segundo esse autor (2005, p. 400), uma ´´tensão paradigmática´´ no setor público porque caminha na contramão do pragmatismo, da racionalidade e de interesses puramente econômicos ou políticos

(todos esses atributos tão marcadamente arraigados neste mundo vil, segundo o mesmo autor).

Assim, diante de todo o exposto, podemos indagar: o que, afinal de contas, significa o termo *humanização* nos textos das políticas de humanização?

Logo na introdução do artigo de revisão integrativa de literatura efetuada por Moreira et. al. (2015) são feitas algumas considerações interessantes sobre o significado deste termo - humanização - , conceito este objeto de muitas esperanças, a nosso ver quase messiânicas. Nas palavras dos autores (2015, p. 3232):

> O conceito de humanização é polissêmico, engloba inúmeros enunciados e é permeado por imprecisões. Entretanto, as formas de perceber ou entender humanização não se dissociam de suas práticas. A humanização pode ser compreendida como um vínculo entre profissionais e usuários, alicerçado em ações guiadas pela compreensão e pela valorização dos sujeitos, reflexo de uma atitude ética e humana. Em outro sentido, a humanização é associada à qualidade do cuidado, que incluiria a valorização dos trabalhadores e o reconhecimento dos direitos dos usuários. Algumas produções acadêmicas compreendem que a humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) abrange: condições de trabalho, modelo de assistência, formação permanente dos profissionais, direitos dos usuários e avaliação do processo de trabalho.

E ainda, logo adiante no texto do artigo (p. 3232), é dito que:

> A construção de um sentido possível para a expressão *Humanização da Saúde* se enuncia na PNH em um novo posicionamento, segundo o qual um homem comum, um ser humano em sua existência concreta, em sua diversidade normativa e nas mudanças que experimenta nos movimentos coletivos. Para os formuladores da PNH, a humanização não se restringe a *ações humanitárias*, nem é realizada por seres humanos imbuídos de uma *bondade supra-humana* na feitura de *serviços ideais*. A nova humanização é um resultado de novas práticas no modo de se fazer o trabalho em saúde, levando-se em conta o trabalho em equipe adicionado a uma troca de saberes, incluindo os usuários e os profissionais (grifo dos autores).

Na primeira edição do Documento Base da PNH, numa passagem que viria a ser suprimida em versões posteriores, a humanização em saúde é definida da

seguinte forma (BRASIL, 2004, p. 06): ´´Humanizar é, então, ofertar atendimento de qualidade articulando os avanços tecnológicos com acolhimento, com melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais´´.

Julgamos relevantes comentários adicionais acerca do significado e das implicações teóricas do termo humanização nestas políticas de saúde, pois como já dissemos e apontamos outrora, esta palavra é um tanto imprecisa, podendo significar diversas coisas e, de igual modo, suscitou questionamentos em diferentes trabalhadores da saúde.

Onocko-Campos (2003) em um artigo intitulado ´´reflexões sobre o conceito de humanização em saúde´´ teve como objetivo problematizar tal conceito, que seria utilizado na fase piloto do PNHAH[23]. Também fez parte de seu intuito refletir sobre as teorias que serviram de esteio para a construção da concepção de humanização em saúde (as *influências epistemológicas* que constituem o conceito e influenciaram a sua construção).

Onocko-Campos (2003) enfatiza que a pergunta teleológica é indispensável na prática sanitária cotidiana. Qual a finalidade de uma intervenção? A quem ela serve e de que modo? Trata-se, assim, do ´´para quê´´ do trabalho. Ressalta também que, no contexto da humanização e contrariando a posição tradicional de recursos humanos, os profissionais devem ser fins da organização e não somente meios. A organização de saúde deve preocupar-se com a satisfação e a liberdade dos trabalhadores.

Como fundamentos sobre os quais a política de humanização foi erigida, Onocko-Campos (2003) evidencia os pensamentos de Cornelius Castoriadis, Gastão Campos e de Emerson Merhy. Menciona em especial os conceitos de *práxis*, *clínica ampliada* e *trabalho vivo em ato* desses autores, respectivamente. Todos os conceitos referidos têm em comum o reconhecimento de que não existe ação puramente técnica e que o trabalho consiste de encontros pessoais e singulares[24].

[23] O texto foi elaborado a partir da apresentação da autora no 1° Seminário do PNHAH, no ano 2000, e publicado posteriormente.
[24] Este é o forte aspecto *vis-à-vis* da humanização da PNH, que será criticada nos capítulos posteriores da presente dissertação.

Já outra autora, tão reconhecida quanto Onocko-Campos na área da Saúde Coletiva, menciona outras referências intelectuais que teriam servido de esteio teórico para a formação da concepção de humanização no Brasil. Deslandes (2004) sugere que, apesar de certa imprecisão conceitual, acredita ser viável afirmar que existem afinidades entre o conceito de humanização do PNHAH e as filosofias de Gadamer e Habermas.

Ainda sobre o conceito de humanização e a ambiguidade da proposta de se "humanizar humanos", Garcia et. al. (2009, p. 72) argumenta que ´´a palavra humano aparece, então, como adjetivo contrapondo-se ao adjetivo desumano, e não como substantivo, contrapondo-se a não humano´´. A humanização na área da saúde, então, teria como objetivo manejar a *desumanidade* praticada por *seres humanos* (e não por seres não humanos).

Porém, toda a questão é mais complexa. Segundo a análise de Onocko-Campos (2004), essa correlação (e contraposição) entre a proposta de humanização, por um lado, e as atitudes desumanas, por outro, não deixa de apresentar problemas conceituais. Pois, no fundo, as atitudes de negligência, maldade, desprezo, iatrogenia, etc. são tão humanas quanto as atitudes de zelo, bondade, diligência, empatia etc.

Nesse sentido, Campos (2005, p. 399) cita este mesmo texto de Onocko-Campos e comenta o seguinte a respeito dele:

> [Onocko-Campos] criticou o viés antropomórfico presente quando denominamos a injustiça, a exploração, o mal e a perversidade como sendo atributos desumanos. A desumanização existente nos serviços de saúde é um produto humano, ainda quando resulte de uma combinação de problemas estruturais com posturas alienadas e burocratizadas dos operadores.

Portanto, segundo estes autores, não haveria sustentação *conceitual* para a proposta de humanizar atitudes que já são ´´humanas, demasiado humanas´´… Onocko-Campos (2004, p. 2, 3), nesse sentido, argumenta que:

> En general asociamos lo humano a un valor positivo en si. Alguien es humanitario cuando se muestra solidario y compasivo, por ejemplo. ¿Y cuando alguien crea intrigas, calumnias o es presa de la pasión de la envidia, no es humano? ¿La violencia, la desigualdad

> social, el abuso de poder, no son fenómenos profundamente humanos? ¿Alguien ya vio su gato con envidia del alimento balanceado del gato del vecino? Para pensar un lugar para el concepto “humanizado” en el hospital, es preciso desestabilizar la noción del sentido común que sustenta lo humano asociado a un valor positivo en si. Somos humanos, demasiado humanos, nunca seremos solamente “buenos”.

Apesar desta ´´ambiguidade teórica´´ referente aos termos humanização e desumanização[25], Campos (2005) e também Onocko-Campos (2003, 2004) defendem as propostas e iniciativas de humanização no setor saúde, por verem nelas, na prática, um potencial de qualificar as relações humanas no sentido da produção de saúde e também no sentido de alterar as formas tradicionais de atenção e de gestão.

Como dissemos anteriormente, segundo Onocko-Campos (2003), o conceito de Clínica Ampliada foi importante para a estruturação do que se chama de humanização nos textos da política de saúde brasileira. Na verdade, nesses textos há o reconhecimento expresso e formal, pelo Ministério da Saúde, da importância do que Gastão Campos conceitua acerca da ampliação da clínica (por meio da produção de Cartilha própria e também por meio do reconhecimento da Clínica Ampliada enquanto uma diretriz da PNH). Por esses motivos, a seguir algumas considerações sobre a assim chamada Clínica Ampliada.

Neste mesmo capítulo, demos algumas indicações gerais sobre a chamada clínica tradicional. Agora passamos a comentar brevemente algumas características da proposta de *ampliação da clínica tradicional*.

Já no século XIX surgem alguns pioneiros no questionamento do modelo biomédico. Posteriormente, na esteira do século XX, a psicanálise e a medicina psicossomática exercem influência muito grande na construção de um novo modelo de clínica na qual há o resgate gradual do psicossocial no campo médico. As reformas psiquiátricas também são consideradas essenciais nesse processo de

[25] Retornaremos a esta questão da ´´ambiguidade conceitual´´, sob uma perspectiva sócio-histórica e diferente dos autores aqui tratados (Gastão e Rosana). *Vide* Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria, nesta dissertação.

ampliação e humanização da clínica tradicional (DE MARCO, 2009; CAMPOS, 2003).

Esta ampliação da clínica, reiteramos, é tida como fundamental para a humanização dos serviços de saúde. Dissemos que a clínica tradicional centra-se nos aspectos biológicos, na doença e em sua cura. A clínica ampliada, tal como proposta por Gastão Campos e depois incorporada em textos oficiais da PNH, não é uma clínica da troca; não consiste em retirar ou substituir a biologia, a doença e a cura por outros elementos. Os elementos enfatizados pela clínica tradicional permanecem na Clínica Ampliada, que adiciona outros elementos ou categorias que devem ser consideradas pelo clínico (CAMPOS, 2003).

Sendo assim, a Clínica Ampliada e Compartilhada concebe o sujeito a partir do geral/regular (diagnóstico médico) e também do singular/pessoal. A Clínica do Sujeito (assim também chamada) desloca a ênfase na doença para a ênfase no *sujeito doente*. Como diz Campos (2003), a doença do doente concreto é o objeto - ampliado - desta clínica. Esta considera a dialética sujeito-doença, ambos são considerados, a existência de um não anula a do outro, ainda que, em momentos diferentes, possa um ou outro ser enfocado a depender das necessidades em tela.

A clínica tradicional faz a doença ocupar o lugar do sujeito. A essência ou a identidade do sujeito passa a ser a *Doença Total*. Já na Clínica Ampliada, a doença é uma parte da existência concreta do sujeito. Dessa forma, na clínica, ao lado da *ontologia da doença* (a doença como entidade, como um tipo-ideal) passa a existir a *fenomenologia do sujeito doente*, em consequência da ampliação da clínica (CAMPOS, 2003).

Onocko-Campos e Campos (2006) defendem que, ao lado da produção de saúde e do combate às doenças, os serviços de saúde tenham como um objetivo balizador trabalhar pelo aumento dos graus de autonomia dos sujeitos e das coletividades. A *autonomia* passa a ser, então, um conceito-alvo dentre as práticas de saúde, agora ampliadas.

Todas as implicações práticas e operacionais destas formulações podem ser encontradas na Cartilha da PNH que versa sobre, concomitantemente, a Clínica Ampliada, o Projeto Terapêutico Singular e as Equipes de Referência e Apoio Matricial (BRASIL, 2008a).

Diante do exposto, encontramos novamente a ideia de que o modelo de pensamento clínico tradicional (o biomédico), operacionalizado pelos profissionais

de saúde, é fundamental enquanto *causalidade* que gera a desumanização das relações sociais, a objetificação dos pacientes. A troca de um modelo clínico por outro e, assim sendo, a substituição da mentalidade e das atitudes profissionais no *setting* terapêutico constituiria a solução, ou pelo menos uma parte importante dela, na visão dos autores citados, para o problema da desumanização.

Um documento oficial que figura com especial importância é o *HumanizaSUS: Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS* (2010a[26]). Uma apresentação mais detalhada deste texto é producente pois ele é o mais geral e também orientador dos demais documentos oficiais. Seu objetivo é assentar as bases fundamentais da política de humanização no Brasil. O texto foi categorizado, pelo Ministério da Saúde, na *Série B, Textos Básicos de Saúde.* Por sua importância, tecemos a seguir uma visão geral - e breve - da Cartilha.

A pergunta precípua é: qual o conceito de humanização neste documento? Pois, este conceito não demora a ser apresentado, da seguinte maneira (p. 8, 9):

> Por humanização entendemos a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores. Os valores que norteiam essa política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários, a construção de redes de cooperação e a participação coletiva no processo de gestão.

Valorização de todos os envolvidos é o objetivo da política, é a própria humanização, independente se trata-se do gestor, do profissional de saúde ou do usuário do sistema. Como deve ocorrer esta valorização? No caso do trabalhador nós temos que: ´´Fomentar estratégias de valorização do trabalhador: promover melhorias nas condições de trabalho (ambiência), ampliar investimentos na qualificação dos trabalhadores, etc.´´ (p. 16). Outras formas de valorizar os sujeitos aparecem ao longo da Cartilha, na verdade, as palavras valorizar e valorização são recorrentes no texto:

[26] Este é o ano da publicação da 4° edição - 4° reimpressão. O Documento Base surgiu primeiramente em 2004, datando, assim, desse ano a sua 1° edição. Há diferenças entre as edições do documento mencionado. Todas as citações deste texto, na presente dissertação, é da 4° edição, salvo quando dito expressamente que não seja da referida edição.

- ´´Valorização da dimensão subjetiva e coletiva em todas as práticas de atenção e gestão no SUS, fortalecendo o compromisso com os direitos de cidadania, destacando-se as necessidades específicas de gênero, étnico-racial, orientação/expressão sexual e de segmentos específicos (população negra, do campo, extrativista, povos indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, assentados, população em situação de rua, etc.)´´ (p. 21).
- ´´Promover ações de incentivo e valorização da jornada de trabalho integral no SUS, do trabalho em equipe e da participação do trabalhador em processos de educação permanente em saúde que qualifiquem sua ação e sua inserção na rede SUS´´ (p. 40).
- ´´Promover atividades de valorização e de cuidados aos trabalhadores da saúde, contemplando ações voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho´´ (p. 41).

A presença do verbo valorizar, na Cartilha, e julgando pelos fragmentos acima e por outros não reproduzidos aqui, está relacionado com os termos: ambiência (condições de trabalho); educação permanente em saúde; dar especial atenção às singularidades e subjetividades; direitos de cidadania; jornada de trabalho integral no SUS; trabalho em equipe; cuidados aos trabalhadores; promoção da saúde; qualidade de vida no trabalho e a criação de uma gestão de serviços em saúde que seja participativa, não verticalizada, descentralizada.

Dessa forma, a humanização significa a *valorização* de todos os sujeitos implicados nos processos de produção de saúde. Como, pois, tornar concreto esta humanização-valorização? Como implementar as relações humanas humanizadas e valorizadas? Ao lado do que podemos pressupor pelo que dissemos no parágrafo anterior, os seguintes itens são vistos como necessários para a operacionalização da humanização do SUS (p. 19, 20):

> O resgate dos fundamentos básicos que norteiam as práticas de saúde no SUS, reconhecendo os gestores, trabalhadores e usuários como sujeitos ativos e protagonistas das ações de saúde; - A construção de diferentes espaços de encontro entre sujeitos (Grupo de Trabalho em Humanização; Rodas; Colegiados de Gestão, etc.); - A construção e a troca de saberes; - O trabalho em rede com equipes multiprofissionais, com atuação transdisciplinar; - O

> mapeamento, análise e atendimento de demandas e interesses dos diferentes sujeitos do campo da saúde; - O pacto entre os diferentes níveis de gestão do SUS (federal, estadual e municipal), entre as diferentes instâncias de efetivação das políticas públicas de saúde (instâncias da gestão e da atenção), assim como entre gestores, trabalhadores e usuários desta rede; - A construção de redes solidárias e interativas, participativas e protagonistas do SUS.

Sendo efetivados e aplicados todos esses fatores, teríamos um SUS humanizado. A mesma questão de tornar concreto um SUS humanizado retorna em diferentes partes da Cartilha, por exemplo, na seção sobre as Estratégias Gerais e também, posteriormente, em Alguns Parâmetros para Orientar a Implantação de Ações/Dispositivos (sendo que, neste último, ao lado de orientações gerais para todo o sistema, especificam-se orientações para a atenção básica, para os serviços de urgência e emergência, para a atenção especializada e para a atenção hospitalar).

Após as orientações de implantação de ações e dispositivos para a atenção hospitalar, segue-se o Glossário HumanizaSUS - este ocupa cerca de um terço de todo o volume da Cartilha e nele são conceituados os principais termos utilizados ao longo da exposição, por ordem alfabética (acolhimento, alteridade, ambiência, apoio matricial, etc.).

No mencionado Glossário, entre seus 41 verbetes (entradas) e quando avançamos para a letra *h*, verificamos que há apenas um verbete iniciando com esta letra, qual seja, *humanização/Política Nacional de Humanização.* Dessa forma, o Glossário ajunta estes termos para em seguida dar a seguinte definição (2010, p. 62):

> No campo da Saúde, humanização diz respeito a uma aposta ético-estético-política: ética porque implica a atitude de usuários, gestores e trabalhadores de saúde comprometidos e co-responsáveis. Estética porque acarreta um processo criativo e sensível de produção da saúde e de subjetividades autônomas e protagonistas. Política porque se refere à organização social e institucional das práticas de atenção e gestão na rede do SUS. O compromisso ético-estético-político da humanização do SUS se assenta nos valores de autonomia e protagonismo dos sujeitos, de co-responsabilidade entre eles, de solidariedade dos vínculos estabelecidos, dos direitos dos usuários e da participação coletiva no processo de gestão.

A PNH e a humanização são retratadas, como pode-se ver, como uma *aposta*. A mesma ideia de aposta é relatada também em artigos que tratam da

humanização do SUS[27]. Consultamos o Dicionário *Online* de Português (2021) e observamos dois sentidos possíveis de *aposta* que podem ser aplicados à PNH. Reproduzimos abaixo os dois:

a) Acordo entre duas ou mais pessoas de opiniões diferentes, devendo quem não estiver certo pagar algo previamente convencionado: ganhar uma aposta, perder uma aposta.
b) Quantia que se paga num jogo visando à percepção de uma soma.

Nós, por um lado, e os teóricos da PNH, por outro, encontramo-nos em posições diferentes da aposta (ou desafio, jogo...) e com expectativas diferentes em relação a ela. A explicitação da nossa posição e dos motivos dela, bem como as nossas ressalvas serão oferecidas posteriormente.

Nesta seção chegamos até as últimas páginas da referida Cartilha sem termos nos ocupado com a própria *estruturação da PNH*. Não encerraremos este breviário sem comentar os princípios; o método; as diretrizes; e os dispositivos da política de humanização.

Pois, começamos pelos princípios da PNH. O que o Documento Base entende por princípios? Princípio é o ´´que causa ou força a ação, ou que dispara um determinado movimento no plano das políticas públicas´´ (p. 23). A PNH possui três princípios a partir dos quais toda ela se desdobra, a saber:

- Transversalidade: visa o aumento do grau de comunicação dentro de grupos e entre grupos. E também significa a transformação dos modos de comunicação já instaurados, no sentido de tornar a comunicação em saúde mais horizontalizada e menos verticalizada.
- Indissociabilidade entre atenção e gestão: a alteração na maneira de cuidar está vinculada à alteração na forma de gerir; ajuntar clínica e política, no sentido de viabilizar que os trabalhadores tenham vez e

[27] *Vide*, por exemplo: PASCHE, Dário Frederico; PASSOS, Eduardo. A Importância da humanização a partir do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis. v. 1, n. 1, jan./jun 2008. Ambos os autores do artigo citado desempenharam papel eminente no delineamento e formulação inicial da PNH no Ministério da Saúde, à época.

voz na gestão dos serviços de saúde. Os processos decisórios não devem se elevar sobre quem executa os serviços.

- Protagonismo, co-responsabilidade e autonomia dos sujeitos e dos coletivos: estes valores e estas palavras perpassam todo o texto do Documento Base. É dito que ´´trabalhar implica na produção de si e na produção do mundo´´ (p. 24), assim os sujeitos são convidados a serem ativos tanto nos tratamentos em saúde como na gestão dos processos sanitários. A imagem do paciente-passivo - que não tem nada a opinar sobre o seu tratamento - e do trabalhador resignado - o qual executa decisões tomadas por terceiros - é negada por esta política de humanização.

Os princípios possuem importância cardeal, matricial, dentro da PNH, pois as outras noções são corolários destes três princípios. O próximo momento é o do *método* da PNH. Aqui, a preocupação recai sobre o como fazer, o modo de fazer (como veremos). O método da PNH é o ´´método da tríplice inclusão´´ (p. 24):

- Inclusão de todos os sujeitos envolvidos nos processos em saúde (gestores, trabalhadores e usuários) visando o fomento da autonomia e co-responsabilidade de todos. O modo de fazer, neste item, é a criação e execução de *rodas*.
- A seguir temos a seguinte inclusão e seus respectivos modos de fazer: ´´inclusão dos analisadores sociais ou, mais especificamente, inclusão dos fenômenos que desestabilizam os modelos tradicionais de atenção e de gestão, acolhendo e potencializando os processos de mudança. Modo de fazer: análise coletiva dos conflitos, entendida como potencialização da força crítica das crises´´ (p. 25).
- E, por fim, a última das três inclusões refere-se à inclusão da coletividade seja como ´´movimento social organizado´´ (p. 25) e/ou como experiência dos trabalhadores em saúde quando inseridos no trabalho grupal (inclusão da relevância da experiência individual diante da coletividade). O privilegiamento da noção de *rede* é o modo de fazer sugerido neste tópico.

Após isso são mencionadas as diretrizes da PNH. As diretrizes são as orientações gerais de determinada política. No caso da PNH, as suas diretrizes foram arroladas no texto do Documento Base, sem seguir após a lista das diretrizes comentários a respeito de seu significado e aplicações na política de saúde. No caso das *diretrizes* e no caso dos *dispositivos* da PNH, os detalhamentos conceituais encontram-se sob o formato de Cartilhas e textos independentes[28]. As seguintes diretrizes foram nomeadas no Documento Base:

- Clínica Ampliada
- Co-gestão
- Acolhimento
- Valorização do trabalho e do trabalhador
- Defesa dos Direitos do Usuário
- Fomento das grupalidades, coletivos e redes
- Construção da memória do SUS que dá certo.

Em relação aos já mencionados dispositivos, por estes ´´entende-se a atualização das diretrizes de uma política em arranjos de processos de trabalho´´ (p. 26). Em nosso entender da definição acima, os dispositivos são formas de se concretizar, no dia a dia dos serviços de saúde, as orientações gerais (diga-se, as diretrizes), os princípios e o método da PNH. Os seguintes dispositivos foram arrolados no Documento Base:

- Grupo de Trabalho de Humanização (GTH) e Câmara Técnica de Humanização (CTH);
- Colegiado Gestor;
- Contrato de Gestão;
- Sistemas de escuta qualificada para usuários e trabalhadores da saúde: gerência de “porta aberta”; ouvidorias; grupos focais e pesquisas de satisfação, etc.;
- Visita Aberta e Direito à Acompanhante;
- Programa de Formação em Saúde do Trabalhador (PFST) e Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP);

[28] Estes textos podem ser encontrados em http://www.saude.gov.br/humanizasus.

- Equipe Transdisciplinar de Referência e de Apoio Matricial;
- Projetos Co-Geridos de Ambiência;
- Acolhimento com Classificação de Riscos;
- Projeto Terapêutico Singular e Projeto de Saúde Coletiva; e,
- Projeto Memória do SUS que dá certo.

O Documento Base ressalta que a humanização não deve ser vista como um *programa* a mais - sendo esse, por sua natureza, de caráter pontual e fragmentário - mas sim como ´´política pública que atravessa/transversaliza as diferentes ações e instâncias gestoras do SUS´´ (p. 17).

Dessa forma, a humanização deve ser prática-comum em todos os serviços e localidades associados ao SUS, ainda que, como já dissemos, existam especificidades relacionadas à implementação e execução da humanização, a depender da natureza do serviço em questão (se atenção básica, urgência/emergência, ambulatório de especialidades, etc.).

A PNH, conforme o seu Documento Base (2010a, p. 23), aspira disparar um "movimento de mudança dos modelos de atenção e gestão" em saúde. Consoante a este objetivo, desta forma são apresentados os resultados esperados a partir da implantação da Política Nacional de Humanização (p. 31):

> - Serão reduzidas as filas e o tempo de espera, com ampliação do acesso, e atendimento acolhedor e resolutivo, baseado em critérios de risco;
> - Todo usuário do SUS saberá quem são os profissionais que cuidam de sua saúde e a rede de serviços que se responsabilizará por sua referência territorial e atenção integral;
> - As unidades de saúde garantirão os direitos dos usuários, orientando-se pelas conquistas já asseguradas em lei e ampliando os mecanismos de sua participação ativa, e de sua rede sociofamiliar, nas propostas de plano terapêutico, acompanhamento e cuidados em geral;
> - As unidades de saúde garantirão gestão participativa aos seus trabalhadores e usuários, com investimento na educação permanente em saúde dos trabalhadores, na adequação de ambiência e espaços saudáveis e acolhedores de trabalho, propiciando maior integração de trabalhadores e usuários em diferentes momentos (diferentes rodas e encontros);
> - Serão implementadas atividades de valorização e cuidado aos trabalhadores da saúde.

Dadas estas palavras - introdutórias - a respeito das políticas de humanização enquanto políticas públicas de saúde do Estado brasileiro, o próximo passo é efetuar uma análise dialética de tais políticas, a partir de categorias e de formulações do pensamento marxiano e marxista, visto que na produção marxista também se teoriza acerca dos processos de humanização do homem e da sociedade humana.

Mas antes disso, para fundamentar melhor os argumentos desta dissertação e para explicitar onde nossas críticas se situam no material já existente - e qual a relação das nossas análises com as já existentes - , consideramos essencial apresentar e comentar algumas *análises críticas da PNH* formuladas até o momento, críticas efetuadas por outros pesquisadores. É a este itinerário que se dedica o próximo capítulo.

CAPÍTULO 5:
A LITERATURA CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE HUMANIZAÇÃO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Este capítulo visa apresentar, sumariamente, os trabalhos que desenvolvem críticas às aspirações e propostas das políticas de humanização. Para isso, selecionamos e retomamos textos que tivemos contato ao longo de nossas pesquisas. O objetivo de realizar uma revisão de literatura integrativa ou sistemática não fez parte dos objetivos desta dissertação. O que segue é uma *revisão narrativa*.

Segundo Rother (2007), estão entre as características de uma revisão narrativa de literatura: não seguir uma metodologia exaustiva, rigorosa e especificada de busca de trabalhos; a busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações; não especifica os critérios de seleção dos trabalhos; não fornece respostas quantitativas, mas sim qualitativas (envolvendo a subjetividade dos autores).

Os textos que expomos a seguir são trabalhos publicados em periódicos. Assim sendo, um ´´resumo expandido´´ como o de De Castro et. al. (2016), ainda que intitulado *Humanização em saúde: problematizações críticas,* não adentrou em nossa exposição, pelo seu caráter breve (trabalho apresentado em evento), não suficientemente desenvolvido e não substancial.

No processo de revisão, verificamos que alguns artigos não foram críticos em relação às propostas da PNH, apesar de seus títulos terem indicado tal possibilidade. Exemplos deste caso é o artigo de Souza e Deslandes (2010), intitulado *Assistência humanizada em UTI neonatal: os sentidos e as limitações identificadas pelos profissionais de saúde* e, de igual modo, o artigo de Alcântara e Vieira (2013) intitulado *Serviço Social e Humanização na Saúde: limites e possibilidades.*

Neste processo de pesquisa, encontramos somente três textos (dois artigos e um ensaio) críticos à PNH enquanto PNH - críticos às suas propostas e ambições. A seguir, comentamos cada um deles.

---------- Artigo 1:

Análise crítica da humanização direcionada aos profissionais da saúde.

Oliveira, Araújo e Maia[29] (s/d) analisaram os níveis de saúde mental e de estresse de 126 profissionais de saúde em seis hospitais públicos no estado do Rio Grande do Norte. Foram utilizados três instrumentos para tanto:

- Um questionário semi-aberto para dados sociodemográficos e relacionados ao trabalho;
- O Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de LIPP (ISSL) e;
- O Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG).

Com os resultados destes instrumentos em mãos, o questionamento em relação à PNH que as autoras lançam se fundamenta no seguinte raciocínio: trabalhadores cronicamente estressados podem cuidar de forma humanizada? A saúde mental frequentemente precária dos profissionais de saúde não é um sério obstáculo para a humanização da atenção?

Nisto estamos de acordo com as autoras. Ainda que não seja dito nada sobre a realidade social de maneira geral, o artigo em tela tem o seu valor por avaliar e enfocar o aspecto subjetivo da desumanização de forma crítica e problematizadora. Por isso, acrescentamos que, em condições objetivas alienantes, tendem a se formarem subjetividades impedidas e angustiadas.

Como *solução* para a desumanização, as autoras (s/d) concluíram que é necessário investir em programas de saúde mental e de qualidade de vida no trabalho. Assim sendo, se isto fosse feito, os trabalhadores teriam condições de trabalhar de forma mais humanizada.

Como *causa* da desumanização vista no setor saúde, as autoras (s/d, p. 02) diagnosticaram que ´´o processo de implantação de ações humanizadas ainda caminha a passos lentos em virtude do modelo cartesiano, dicotômico, fragmentado e reducionista que ainda prevalece´´.

Tanto na solução como na causa da desumanização, apresentadas pelas autoras, vemos novamente a falta que faz as categorias objetivas do Materialismo

[29] O que é possível saber sobre este artigo é que ele foi publicado nos anais de algum evento (não sabemos qual) relacionado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN. O *pdf* disponível na internet e o seu *link de acesso* não trazem outras informações senão o nome das autoras, a breve descrição profissional delas e o texto do artigo. Não sabemos a data de sua publicação.

Dialético. Programas de saúde mental não são suficientes diante das macrotendências da sociedade burguesa e do trabalho em saúde contemporâneo, que apresentamos em outros capítulos da presente dissertação.

Sobre a causa apontada para a desumanização, vemos quão poderosa um dia fora, na visão das pesquisadoras, a pena com a qual René Descartes escreveu - e quão poderosa é a sua filosofia -, ao ser entendida como a determinação das práticas desumanizadas até hoje. Na falta da objetividade e da historicidade, tanto a solução quanto a causa apontadas para a desumanização ficam no terreno da psicologia pura e da filosofia pura, lamentavelmente.

Um último dado, curioso, retiramos do artigo em tela. As autoras dividiram os hospitais em dois grupos: o grupo HHR (hospitais humanizados reconhecidos) e o grupo HPH (hospitais em processo de humanização). Dito isso, as autoras (s/d, p. 05) chegaram ao seguinte resultado:

> 42,1% dos sujeitos apresentaram stress. Dentre estes com stress (segundo o ISSL), os indivíduos que estavam vinculados ao grupo dos hospitais reconhecidos em humanização (HHR) apresentaram percentil maior (62,3%) que os profissionais do grupo HPH (37,7%) [...]. Percebe-se que o fato do hospital ser premiado, ou reconhecido não interfere no nível de stress e na saúde psíquica do profissional de saúde, já que entre os sujeitos que se apresentavam debilitados, o grupo prevalecente foi o HHR.

---------- Artigo 2:

Humanização em saúde: possibilidades e limites em tempos de desumanização do trabalho.

Neulls e Dias (2018) descrevem a precarização do trabalho em saúde para, a partir do trabalho precarizado, questionar a proposta de humanização contida na letra da PNH.

As autoras (2018, p. 206) dedicam boa parte do texto à descrição das formas pelas quais ´´o Estado começa a dividir sua responsabilidade com outras organizações públicas não estatais e privadas´´. Neste propósito, comentam os atos dos governos FHC e Lula que contribuíram para a redução da responsabilidade direta do Estado diante das necessidades de saúde, abrindo várias possibilidades

para a atuação de Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), etc.

Esta mesma redução do campo dos deveres do Estado também influencia diretamente o trabalho em saúde e os direitos trabalhistas. O cerne da argumentação de Neulls e Dias (2018, p. 215) gravita no que se segue:

> No sentido inverso ao apontado pela Política Nacional de Humanização da Saúde, o trabalho em saúde, ao invés de uma valorização, vivencia a sua precarização progressiva. Entendendo a precarização no sentido mais amplo, de deterioração das relações de trabalho e de ampliação da desregulamentação das leis trabalhistas e contratos de trabalho, com a efetiva perda de direitos dos trabalhadores.

No governo Lula também se fez óbvio estes dois direcionamentos (tanto o compartilhamento das responsabilidades sanitárias com as organizações não estatais quanto a perda de direitos trabalhistas).

Acrescentamos que: é neste mesmíssimo governo que, contraditoriamente, lança-se a PNH em 2003. Entendemos que seja mais fácil o Estado burguês se humanizar na esfera ideopolítica do que nas esferas onde se sente a pressão dominante das classes possuidoras, esferas onde o interesse econômico é premente. PNH, por um lado, e EBSERH, por outro, fazem a boa síntese dos governos de ´´esquerda´´ de Lula e Dilma.

Contratos temporários, terceirização, entrada da CLT no serviço público e o subfinanciamento do SUS também são arrolados pelas autoras (2018), entre outros fatores similares, como entraves objetivos para a humanização do trabalho no SUS, com o que estamos em pleno acordo.

Contudo, Neulls e Dias (2018) deixam transparecer que a *causa* da desumanização no setor saúde é o desmantelamento de um ´´Estado de bem-estar social´´ (que nunca existiu propriamente no Brasil e em outros lugares seguiu rapidamente para a falência) em favor de um Estado neoliberal - que transfere progressivamente as suas responsabilidades para as esferas não estatais e desmonta os direitos sociais. Nas palavras das autoras (2018, p. 221):

> A Política Nacional de Humanização da Saúde traz como uma de suas diretrizes essa valorização do trabalho em saúde, mas precisa aprofundar o entendimento da desumanização, entendê-la inserida

> num processo de sucateamento, subfinanciamento do SUS e precarização do trabalho em saúde.

Diante desta causalidade, que abarca aspectos importantes porém parciais, a *solução* das autoras (2018, p. 220, 221) não poderia ser outra:

> Como visto, diante desse cenário, se fazem urgentes políticas públicas que se pautem na valorização do trabalho e do trabalhador da saúde, com o propósito de melhorar circunstâncias e garantir que profissionais possam realizar a assistência à saúde de maneira qualificada, com um vínculo sólido, salários compatíveis com a função e condições materiais e de infraestrutura no Sistema Único de Saúde.

A solução para a desumanização, segundo as autoras, seria mais Estado, mais direito e mais política. Ainda que elas mencionem ´´luta de classes´´ e ´´ofensiva do capital sobre o trabalho´´ (p. 222), a correlação intrínseca entre tal luta e tal ofensiva com o poder político-institucional do Capital, expresso também na precarização do SUS, é pouco discutida no trabalho.

O artigo de Neulls e Dias (2018) traz dados e debates interessantes. Contudo, o artigo não ultrapassa o campo institucional - o campo do Estado burguês e do capitalismo de modo geral. O que se ataca é somente o capitalismo neoliberal e não o próprio capitalismo, *lato sensu*. Relacionado a esse fato, as causas da desumanização, bem como as soluções apresentadas, são superficiais e estão dimensionadas apenas no campo da política, dos direitos, do Estado, da cidadania, etc. O artigo, dessa forma, deixa aberta a possibilidade de existir um capitalismo e um Estado humanizados.

Nesta dissertação julgamos que, a partir do arcabouço marxiano-marxista, tendemos a melhor equacionar a essência desumanização do homem no capitalismo contemporâneo. O complexo categorial de que nos servimos será aprofundado no próximo capítulo.

---------- Artigo 3:

A antinomia da proposta de humanização do cuidado em saúde.

Souza e Maurício (2018) declaram a intenção de fazer uma crítica à PNH a partir do materialismo histórico, em especial, segundo os autores, a partir de Marx e

Lukács, embora estes dois clássicos do marxismo somente apareçam no trabalho de Souza e Maurício (2018) através da citação e do referenciamento de uma única obra de cada autor[30].

Este texto, classificado como *ensaio*, possui muitos méritos. Um deles é o diagnóstico, que consideramos correto, de que nas políticas de humanização se enfatiza unilateralmente o aspecto subjetivo e relacional, em detrimento e prejuízo da ´´base objetiva imbricada no processo´´. Dizem os autores (2018, p. 500):

> A humanização na saúde orienta práticas assistenciais e de formação [...] centrando suas ações na postura subjetiva que esses atores assumem. Ainda que seja importante considerar essa faceta do combate à desumanização da saúde, constitui-se um hiperdimensionamento dela, implicando uma suposta busca da humanização sem serem consideradas as devidas conexões com a base objetiva imbricada no processo.

O ensaio menciona como fator chave para a desumanização moderna do homem - aí também o homem enquanto trabalhador do setor saúde - a regência do valor de troca em prejuízo do valor de uso. Este fato põe as necessidades humanas abaixo das necessidades do mercado, fazendo com que *até mesmo* o cuidado, a saúde, o bem-estar, etc., se tornem mercadorias para serem trocadas por outra mercadoria, na forma-dinheiro.

Este é um fato objetivo da sociedade capitalista, que mostra a limitação da humanização centrada em aspectos subjetivos. Assim, os autores (2018) reproduzem a compreensão de que os processos de valorização são a base real da desumanização do trabalho em saúde. Eles aprendem isso, relatam eles, a partir da leitura de Emerson Merhy e Túlio Franco. Mas criticam estes autores por, diagnosticando a base objetiva da desumanização na saúde, proporem uma solução subjetiva e relacional, a saber, o campo relacional e as tecnologias leves.

Souza e Maurício (2018) entendem que a objetividade se resolve no campo da objetividade. E denunciam também que, embora Merhy e Franco tenham compreendido a determinação objetiva da desumanização, eles se enveredam para o campo subjetivo-relacional, *campo este que é o mesmo de toda a PNH e de suas propostas de humanização,* tal como o presente trabalho busca evidenciar. Para

[30] De Marx foi citado e referenciado apenas o tomo I do livro I de *O Capital*, na edição da Nova Cultural. De Lukács, a obra citada e referenciada foi *Para uma ontologia do ser social II*, na edição da Boitempo.

Souza e Maurício (2018), este caminho subjetivista não alcança a raiz do problema, com o que estamos de acordo.

Segundo Souza e Maurício (2018), a PNH privilegia unilateralmente os aspectos subjetivos e relacionais do problema, faltando-lhe a visão adequada da objetividade social capitalista. A argumentação é no sentido de que a lógica do capital contamina o cuidado. Estamos de acordo acerca do fato de que a humanização *vis-à-vis* não resolve o que se propõe. Dizem os autores (2018, p. 503):

> O capital, para continuar se reproduzindo, cria/ impulsiona desigualdades, transforma desde a natureza até os cuidados em mercadoria, ao passo que aliena o trabalhador de sua condição humana. Portanto, não se trata, apenas, de percepção individual, valorização subjetiva ou envolvimento emocional e comunicacional, ainda que tudo isso tenha importância. Falar em humanização em uma sociedade que produz condições desumanizadoras, sem vislumbrar um horizonte de enfrentamento de suas raízes materiais, é deparar-se com ações de alcance limitado.

A *causa* da desumanização, para estes autores (2018), já expomos e julgamos estar suficientemente clara. Em absoluta coerência com esta causalidade, os autores (2018, p. 503) propõem como *solução*:

> Por conseguinte, afirmamos a necessidade – prioritária – de extrapolar a dimensão interna do cuidado individualizado, lançando-se em direção à dimensão coletiva da luta de classes, de enfrentamento direto com o capital e suas contradições particulares, combatendo o mal pela raiz.

No mesmo espírito, brilhantemente concluem (2018, p. 504) que a classe trabalhadora ao lutar contra o capitalismo:

> deve fazer isso sem diluir as diversas formas particulares de expressão do caráter destrutivo desse modo de produção. Uma dessas formas, decerto, é a degradação da saúde conjugada a reificação das práticas de cuidado: lutar contra essa particularidade, mas de forma articulada à luta mais geral, é *conditio sine qua non* para o sucesso do combate à desumanização em geral e, em particular, na saúde.

Souza e Maurício (2018, p. 504) entendem que o materialismo histórico é um ´´ponto de partida profícuo´´ para se analisar a humanização e a desumanização no setor saúde. Como dissemos, o trabalho destes autores é um *ensaio* e se utiliza de pouco referencial propriamente marxista - uma obra de Marx e uma de Lukács. Dadas estas características, não se pôde desenvolver e utilizar o rico complexo categorial marxista na crítica à PNH.

No entanto, os autores (2018) trazem ideias, apontamentos e direcionamentos interessantíssimos. É a partir do mesmo *ponto de partida profícuo* que Souza e Maurício (2018) esboçaram a análise que a presente dissertação desenvolve, mais demoradamente, as categorias marxistas e também propõe novos desdobramentos para a compreensão e crítica das políticas de humanização.

Pensamos que o debate e as ´´polêmicas teóricas´´, como sugere a já citada Maria Baffi[31], podem e devem fazer a compreensão de um dado objeto progredir, com rupturas por um lado e continuidades de outro (a denominada, no marxismo, *superação dialética*). A literatura crítica sobre a PNH nos parece bastante escassa. Encontramos apenas dois artigos e um ensaio que, com enfoques muito diferentes, se propunham à elaboração crítica dessa política.

Ao analisar estes três textos críticos à PNH, procuramos sumariar o conteúdo deles, o cerne da crítica, a causa e a solução propostas para o problema da desumanização na saúde. A partir do próximo capítulo, condensamos nossas contribuições, às vezes já sinalizadas, para a crítica das políticas de humanização. Desta forma, esperamos contribuir para o debate crítico na área da saúde, área esta por tantas vezes tomada pelo pensar biomédico positivista ou pelo pensar biopsicossocial acrítico.

[31] Citada logo no início de ´´O método da pesquisa e os pressupostos marxianos´´, nesta dissertação.

CAPÍTULO 6:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PNH A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

Adentrando mais especificamente no cerne da problemática a que se dedica esta dissertação, entendemos que a crítica à PNH pode se servir de diferentes categorias e níveis de análise. Assim, tentamos organizar este capítulo, para fins didáticos e expositivos, em seis Tópicos que procuram abarcar:

- Tópico I: Os quatro sentidos de humanização e o humanismo marxista
- Tópico II: O problema imposto à PNH pelas categorias do Estado burguês e da emancipação política
- Tópico III: O problema imposto à PNH pelas categorias da totalidade e da individuação
- Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria
- Tópico V: Uma releitura crítica do Documento Base e das Cartilhas após o desvelamento dos problemas impostos à PNH
- Tópico VI: Contribuições da Psicologia aos problemas que se impõem à PNH: Psicologia Tradicional e Psicologia Sócio-Histórica enquanto caminhos em contraposição

Sendo assim, começaremos pelo Tópico I, a seguir.

- *Tópico I: Os quatro sentidos de humanização e o humanismo marxista*

Reconhecemos o caráter *polissêmico* existente nas palavras humanismo, humanizar, humanização, e em seu contrário, desumanização. Já citamos contribuições aportadas tanto de um dicionário de Língua Portuguesa como de um dicionário de Filosofia, com o objetivo de introduzir as diferentes significações que os termos podem carregar em si.

Ao ler um texto teórico, portanto, é notório que a palavra humanização pode se referir a diferentes processos. Pretendemos, nesta altura da dissertação, incluir

novos elementos, sem abandonar algumas significações, de algum modo, já apresentadas. Para esse intento, consideramos principalmente os referenciais do Materialismo Histórico e da Psicologia Sócio-Histórica, e assim, propomos diferenciações e dimensões do conceito de humanização do homem.

Podemos afirmar que existem *quatro sentidos gerais* para o conceito, os quais certamente encontram-se mais ou menos combinados, mais ou menos em interação viva e recíproca:

a) Humanização no sentido *individual-psicogenético*. A ideia presente aqui é a de um recém-nascido da nossa espécie *sapiens sapiens* ir interiorizando, por meio do contato com os seus outros significativos, a cultura propriamente humana e, mais do que isso, incorporar gradualmente também as funções psicológicas tipicamente humanas, funções não compartilhadas com os demais animais[32] (a atenção voluntária, a consciência, a linguagem em sua expressão escrita e oral, etc.). Este sentido *individual-psicogenético* da humanização podemos encontrar no pensamento de Lev Vygotsky e demais psicólogos russos, por exemplo.
b) Humanização no sentido *histórico-geral*. Neste sentido são considerados os longos processos históricos, nos quais há a crescente complexificação da vida e da sociedade humanas e, cada vez menos, a vida humana é determinada pela biologia ou pelos eventos naturais. A existência cotidiana do homem torna-se, historicamente, mais e mais determinada socialmente e adquire certa autonomia em face da natureza - por exemplo, nos alimentamos hoje, diferente de nossos antepassados, sem cultivar o solo e sem estarmos de tal modo submetidos aos ditames naturais, tais como se chove ou não ou se há migração de gafanhotos ou não. Este é o eixo da complexificação do ser social e de seu afastamento, gradativo mas nunca absoluto, das barreiras naturais (em termos lukácsianos). Relacionado a este sentido histórico-geral, dentro desse mesmo sentido mais universal, podemos

[32] Isto porque ´´a conformação corpórea natural é condição necessária do ser homem. Não é condição suficiente. A humanização do ser biológico específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade´´ (GORENDER, 2001, p. XXIV).

ver aplicada a palavra humanização como *humanização da natureza.* Isto ocorre quando a humanidade, de forma crescente na história e por meio do trabalho, submete a natureza às suas próprias necessidades, transformando-a significativamente, dando à natureza propriedades que não existiriam sem a intervenção humana. Aqui, o processo de alienação pode ser observado na diferença que há entre o socialmente produzido e historicamente acumulado e o que é, de fato, apropriado e subjetivado pelos indivíduos singulares. Quanto mais um indivíduo singular se apropria do ser genérico, mais humanizado ele é (e o inverso é verdadeiro também). Nas sociedades de classe, esta possibilidade de humanização é posta de maneira extremamente desigual para os indivíduos singulares (NETTO; BRAZ, 2012).

c) Humanização no sentido *humanístico-filosófico*. Este é o sentido de humanização que guarda correlação direta com o humanismo filosófico[33]. Sem adentrar nos aprofundamentos e debates de caráter acentuadamente filosófico, podemos afirmar que neste uso da palavra humanização ela significa a qualificação, a dignificação da vida humana e das relações humanas. O homem devendo ser o fim em si mesmo e não um meio (um instrumento, um objeto, uma coisa) para outros fins. Este sentido carrega um forte teor ético-moral. Quando estes valores não são respeitados, o que ocorre com frequência, fala-se em *desumanização* do homem; este homem torna-se coisa, é rebaixado de seu alto estatuto humano em direção a estatutos menores, menos dignos (estatuto da coisalidade ou da animalidade). Como se vê, os processos de alienação e desumanização possuem, também, forte relação com este sentido humanístico-filosófico da humanização.

d) Humanização no sentido de *evolução biológica*. A palavra humanização também pode ser encontrada, em alguns textos, com o sentido da evolução biológica de nossas espécies ancestrais para a formação da espécie a que pertencemos (*homo sapiens sapiens*).

[33] *Vide* a transcrição que realizamos do Dicionário de Filosofia de Japiassu e Marcondes (2001), logo no início do capítulo 04: A desumanização no setor saúde e as políticas de humanização no Brasil.

> Sabemos que o homem surgiu do seio da natureza, esta preexistente a ele, e da interação e seleção natural de espécies animais mais antigas. Preferimos, para se referir a este processo, utilizar a nomenclatura *hominização*, ao invés de humanização, embora, como dissemos, a palavra humanização também apareça.

A seguir, após esta classificação teórica e geral da humanização em quatro sentidos, teceremos mais comentários sobre o assunto.

A hominização refere-se à evolução natural, anatômica e biológica do animal ao homem. O longo processo de hominização retrata o percurso até a espécie *homo sapiens sapiens*, à qual todos pertencemos. Para Engels (1990), o trabalho desempenhou um papel fundamental no salto ontológico e qualitativo que hominizou o homem, tornando-nos diferentes dos demais animais existentes na natureza.

Esta evolução biológica dos nossos antepassados não se deu na ausência de fatores culturais. Pesquisas posteriores vêm reafirmando a importância da cultura desde a hominização do homem (e não somente na humanização). Portanto, vêm corroborando as ideias principais que Engels fundamentou em seu texto sobre ´´o papel do trabalho na transformação do macaco em homem´´.

É verdade, também para nossos ancestrais, que a complexificação social é determinante e que o homem se transforma ao transformar a natureza, por intermédio do trabalho. Engels (1990, p. 19) disse, com bastante razão: ´´o trabalho criou o próprio homem´´.

Os primeiros hominídeos (ancestrais do *sapiens sapiens*), os quais surgiram há cerca de dois milhões de anos, e apesar de possuírem um cérebro cujas dimensões é de ⅓ em relação ao do homem atual, já contavam com a postura ereta, já criavam instrumentos de trabalho, confeccionavam utensílios, produziam arte, organizavam a família com base na proibição do incesto e haviam desenvolvido também uma linguagem primitiva (QUEIROZ, 1990).

A cultura já estava presente na progressiva formação biológica e anatômica dos *sapiens sapiens*. A nossa espécie também é produto da cultura e os elementos culturais e sociais foram fundamentais para o desenvolvimento anatômico do cérebro. Desta forma, *também há fatores sócio-históricos na hominização*, na formação biológica da espécie a qual pertencemos. Mas também é necessário situar

os fatores sociais na linha da evolução biológica e afirmar a inter-relação entre o cultural e o anátomo-fisiológico, no surgimento da espécie, na hominização. Conforme nos diz Queiroz (1990, p. 13):

> É preciso admitir que as fases iniciais do desenvolvimento cultural coincidiram com os estágios finais da evolução biológica no processo de formação do homem moderno. Nesse sentido, nós somos, simultaneamente, produtores e produtos da Cultura, já que parte substancial do crescimento experimentado pelo cérebro humano ocorreu sob a influência progressiva das manifestações propriamente culturais. A concepção segundo a qual o homem já se encontrava biologicamente "acabado" quando se iniciou o desenvolvimento da Cultura foi então abandonada, cedendo lugar a uma visão mais dinâmica e coerente a respeito da transição para a humanidade.

O *homo sapiens sapiens* é ontologicamente diferente dos outros animais pelo fato de não ser regido por instintos, não ter o comportamento determinado pela biologia e pelo fato de ser aberto à experiência sócio-histórica. Assim sendo, além de espécie animal o homem se constitui ser social (RODRIGUES, 2014). A natureza do homem e as suas possibilidades de humanização e alienação são determinadas pelas relações sociais de produção que se engendram numa dada sociedade.

Na teoria marxista, o ser social não possui uma essência *a priori*, de nascença ou que por destinação vai obrigatoriamente ser realizada em algum momento de sua vida. É justamente por isso que as habilidades, capacidades, aptidões e o desenvolvimento humano (ou seja, a humanização) depende primariamente da experiência histórica e concreta desses seres sociais (MARTINS, 2006). O ser social se forma a partir da base natural, a qual é insuprimível porém não é fatalmente condicionante. Conforme dizem Netto e Braz [34] (2012, p. 51):

> [...] o desenvolvimento do ser social - ou a história mesma - pode ser descrito como o *processo de humanização* dos homens, processo através do qual as determinações naturais, sem deixarem de existir, jogam um papel cada vez menos relevante na vida humana. O desenvolvimento do ser social significa, pois, que, embora se mantenham as determinações naturais, elas são progressivamente *afastadas*, *empurradas para trás, sofrendo um recuo*. As barreiras (ou limites) naturais em meio às quais se move a sociedade e a

[34] Neste livro, diga-se de passagem, não se utiliza a expressão *hominização* para referir-se aos processos da evolução biológica. Para se referir a este sentido, os autores também utilizam o termo *humanização* - assim como para referirem-se à crescente complexificação do ser social ao longo da história (sentido este que é o mesmo da citação direta, acima).

> própria naturalidade dos homens são insuprimíveis, mas as suas implicações para a vida humana *decrescem* à medida que, pelo trabalho, os homens transformam a natureza e se transformam a si mesmos. O homem, portanto, é natureza **historicamente transformada**, mas o que é propriamente *humano* reside nessa transformação (*auto*transformação, já que propiciada pelo trabalho realizado pelos homens), que situa o homem *para além da natureza* e o caracteriza como ser social (grifos dos autores).

Conforme expusemos acima, haveria sobretudo quatro sentidos teóricos para a ideia de humanização. Defendemos que no Materialismo Histórico do jovem Marx - e também do Marx maduro - há o aparecimento combinado da humanização no sentido *histórico-geral* e, de igual modo, da humanização no sentido *humanístico-filosófico.* Há o imbricamento, no pensamento de Marx, entre estas duas dimensões da humanização.

A humanização no sentido *individual-psicogenético* foi tratada pelos psicólogos marxistas, posteriores a Marx, ao estudarem a formação da subjetividade na criança. A humanização no sentido da *evolução biológica* (hominização) apareceu, com evidência, nos trabalhos de Engels, sendo tratada de forma secundária e marginal nas obras de Marx.

Algumas palavras serão dadas sobre o fato de o pensamento de Marx ser uma filosofia humanista. Fromm (1967) foi um dos primeiros e dos que mais deram ênfase ao caráter humanista presente e constante na teoria social marxiana. Acertadamente, o autor (1967, p. 07) afirma que:

> A filosofia de Marx, assim como considerável parte do pensamento existencialista, representa um protesto contra a alienação do homem, contra sua perda de si mesmo e contra sua transformação em objeto; é um movimento oposto à desumanização e automatização do homem, inerente à evolução do industrialismo ocidental [...]. A filosofia de Marx tem suas raízes na tradição filosófica ocidental humanista, que se estende de Spinoza, através dos filósofos do iluminismo francês e alemão do século XVIII, até Goethe e Hegel, e sua essência mesma é a preocupação com o homem e com a realização de suas potencialidades.

Segundo Goldmann (1979, p. 143), o pensamento de Marx é ´´a forma mais elevada do humanismo moderno´´. O marxismo é um humanismo, herdeiro do multissecular humanismo filosófico ocidental e que protesta contra a transformação do homem em objeto e luta pela plena realização das potencialidades humanas.

Assim, o pensamento de Marx é um ´´protesto impregnado de fé no homem, em sua capacidade para libertar-se e para realizar as suas potencialidades´´ (FROMM, 1967, p. 08).

Este entendimento tem a ver com a ideia de que é o homem quem faz a sua história e de que a história é a história do homem; assim como não há barreiras divino-transcendentais nem naturais para a emancipação plena do homem, senão aquelas barreiras que os próprios homens estabelecem, historicamente, para si mesmos (LESSA, 2016).

A mesma veia humanista do pensamento marxiano contribuiu para que Marx superasse o tipo de materialismo existente até a época dele. Até Marx, e começando com os gregos antigos, havia unicamente o *materialismo naturalista* no qual ´´a matéria em movimento é o elemento constitutivo fundamental do universo´´, sendo a percepção imediata dessa matéria, ´´o mundo dos sentidos em permanente mutação que constitui a realidade´´ (FROMM, 1967, p. 19). Este materialismo naturalista e mecanicista ignorava a história, a *práxis* humana, a atividade social do homem enquanto atividade objetiva e material.

Fromm (2015) aponta que Sigmund Freud, autor caro à Psicologia, sofreu influência direta deste materialismo naturalista (assim como boa parte da Psicologia e demais ciências humanas). Este tipo de materialismo, tão em voga no século XIX, acreditava que os aspectos fisiológicos eram os aspectos-chave para se compreender o comportamento humano, as emoções, o pensamento, etc. Disso decorre que, para Freud, segundo Fromm (2015, p. 114):

> [...] o amor, o ódio, a ambição, a inveja eram explicados por Freud como desdobramentos de várias formas de instinto sexual. Ele não via que a realidade fundamental está na totalidade da existência humana, em primeiro lugar na situação humana comum a todos os homens e, em segundo, na prática de vida determinada pela estrutura específica da sociedade. (O passo decisivo além desse tipo de materialismo foi dado por Marx com seu "materialismo histórico", em que não é o corpo, nem um instinto como o da necessidade de alimento ou de posse, que serve de chave para a compreensão do homem, mas a totalidade do processo vital do homem, sua "prática de vida").

A contraposição do materialismo de Freud com o materialismo de Marx nos parece bastante interessante. Ainda mais no sentido de que Marx sendo materialista e humanista, o seu humanismo pôde ir além de um humanismo abstrato-filosófico,

tornando-se um humanismo real, prático e histórico. Certamente, falta para a proposta de humanização da PNH o materialismo e o humanismo materialista de Marx.

São nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que Marx (2010a) toma o conceito de alienação religiosa, de Feuerbach, e estende-a para uma multiplicidade de dimensões, desenvolvendo o conceito até uma multidimensionalidade não vista em outros textos[35].

Segundo Fromm (1967), os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* constituem a principal obra filosófica de Marx. É lá onde vemos o humanismo marxista transbordar e onde Marx (2010a) levanta ricas reflexões sobre a condição desumana do homem na sociedade industrial. Certamente, incorrendo numa empreitada difícil e redutora, iremos agora trazer algumas ideias deste texto de envergadura colossal - em especial ideias relacionadas à humanização e desumanização do homem.

Citando e criticando um clássico da Economia Política, Marx (2010a, p. 56) anota que:

> *Ricardo*, em seu livro (Renda da terra): as nações são apenas oficinas da produção, o homem é uma máquina de consumir e produzir; a vida humana, um capital; as leis econômicas regem cegamente o mundo. Para Ricardo, os homens são nada; o produto, tudo (grifo do autor).

Marx (2010a) percebe a mercantilização crescente do mundo e das necessidades humanas - representada idealmente na Economia Política Clássica -, e que a desumanização do homem tem a ver com uma inversão fundamental: a *coisa inerte* passa a reger a vida dos homens. No dizer de Marx (2010a, p. 80): ´´Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens´´ (grifos do autor).

O humanismo de Marx (2010a, p. 75) consiste na consciência e denúncia da ´´completa dominação da matéria morta sobre o homem´´. O homem regride de seu estatuto humano e assemelha-se à coisa - o homem é coisificado. Nisto consiste a

[35] Diremos isto e outras asserções sobre a alienação neste mesmo Capítulo, no Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria, mais adiante.

desumanização. Ao mesmo tempo em que o homem é transformado em objeto, em meio, em coisa, etc., as coisas inertes e mortas (dinheiro, propriedade, capital) são fetichizadas e passam a dominar a vida social e o cotidiano do ser humano.

Se uma mercadoria é uma coisa (ou um objeto) que é dirigida ao mercado para ser comprada e vendida, o homem quando coisificado encontra-se na mesma posição: a sua força de trabalho - e, portanto, a sua energia, o seu corpo, o seu espírito, o seu tempo de vida, o seu ser - é comprada e vendida no mercado, por meio do assalariamento (MARX, 2010a).

Este processo de mercantilização confere ao homem as mesmas características da mercadoria, da *coisa*. Se o homem irá trabalhar ou não, a sua própria subsistência física, se terá onde morar, a sua vida familiar, etc. passam a depender das ´´leis do mercado´´. Por isso, diz Marx (2010a, p. 80):

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria [...]. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (grifo do autor).

O jovem Marx (2010a, p. 82) também denuncia o outro aspecto da desumanização do homem. Ao lado da *redução do homem à coisalidade* também existe a *redução do homem à sua animalidade*:

> [...] assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo. Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuinamente humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são funções animais.

A atividade propriamente e especificamente humana é reduzida, rebaixada pelo trabalho alienado e pela sociedade de classes. Quantos homens possuem o tempo e as condições necessárias para as diversas formas de lazer, para o ócio criativo, para o convívio social e familiar, para o estudo de Ciência e Filosofia, para a

apreciação das variadas modalidades artísticas, para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, para o conhecimento de outras culturas e outros países, etc., etc. É esta tendência geral que pressiona na direção da redução do *especificamente humano* que Marx denuncia. Não precisamos dizer: a denúncia é atualíssima.

É a pena do próprio Marx (2010a, p. 92, 93) que estabelece a correlação entre o trabalho alienado, o antagonismo de classe, a divisão social do trabalho, por um lado e a desumanização do homem, por outro - seja este homem capitalista ou trabalhador:

> A produção produz o homem não somente como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado* tanto *espiritual* quanto corporalmente - imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a *mercadoria consciente-de-si* e *auto-ativa*,... a mercadoria *humana* (grifos do autor).

Portanto, imbricados nestes processos de *redução do estatuto humano à coisalidade e à animalidade* estão os processos correlacionados de alienação, coisificação do homem e fetichismo da mercadoria. Maiores detalhamentos destas categorias serão oferecidos adiante[36].

Já os processos de humanização substantiva e emancipação humana [37]do homem estão relacionados à desalienação, e, em Marx (2010a), ao *comunismo* e todas as suas condições e consequências.

Nesta determinação social (capitalismo, comunismo, formas de trabalho e de propriedade) do ser do homem, de sua essência, de sua humanização ou desumanização, também vemos o pensamento radicalmente historicizante de Marx. Para o autor alemão, a formação da humanidade do homem e de seu ser é uma formação histórica e prática. Isto *também* é enunciado no texto que estamos a comentar - os *Manuscritos Econômico-Filosóficos.*

Outra forma em que esta determinação sócio-histórica, portanto, dinâmica e processual, da essência do homem aparece no texto mencionado é quando Marx

[36] Neste mesmo Capítulo 06, no Tópico IV da presente dissertação.
[37] Comentários adicionais sobre o conceito de emancipação humana - e consequentemente, sobre o comunismo - são desenvolvidos no Tópico II: O problema imposto à PNH pelas categorias do Estado burguês e da emancipação política.

(2010a, p. 110) disserta sobre a sensibilidade humana (sensopercepção e sentimentos, incluindo a capacidade de fruição artística) transformando-se na função do trabalho e da crescente humanização da natureza, ao longo da história.

Portanto, Marx percebeu a intersecção orgânica e necessária entre o humanismo filosófico e a humanização histórico-geral. Marx e Engels (2015), logo no início de *A Sagrada Família*, dizem que o *humanismo real* tinha, na Alemanha de então, como o seu inimigo, a especulação filosófica (e, mais especificamente, a filosofia dos jovens hegelianos).

Marx e Engels (2015) eram "humanistas reais" que, ao contrário dos jovens hegelianos, não teorizavam retirando "o ser humano individual e verdadeiro" e colocando no lugar a "autoconsciência ou o espírito" (2015, p. 15). Marx e Engels (2015) utilizaram a expressão *humanismo real* de passagem e sem dizer explicitamente o seu significado.

Julgamos que pode ser dito que o *humanismo real* de Marx e Engels (2015) pode ser interpretado como a firme intersecção do humanismo humanístico-filosófico e do histórico-geral. Uma teoria-prática que une ideais humanistas com os estudos históricos e a concretude e os condicionamentos próprios da história. Já o humanismo da PNH, e a sua proposta de humanização, permanece sobretudo, e quase unilateralmente, nos campos abstratos do humanismo humanístico-filosófico e abstrato.

Não é nossa intenção afirmar que existe coincidência equânime entre a filosofia especulativa dos jovens hegelianos e a base filosófica da PNH. Nessa relação, pensamos que existem mais diferenças do que semelhanças. Também reconhecemos que, em *A Sagrada Família*, o humanismo real dos autores ainda estava em construção, sendo que o Materialismo Histórico propriamente dito e as suas categorias basilares somente seriam aclaradas e aprofundadas em *A Ideologia Alemã*.

Quando se pensa estes dois sentidos de humanização de forma combinada, de maneira inseparável entre eles, pode-se chegar aos mesmos direcionamentos dados por Marx em sua teoria e em sua prática revolucionária. Que direcionamento é este? Quais as consequências do *humanismo filosófico-histórico* do nosso autor?

Quando os sentidos de humanização, nos seus dois sentidos assinalados, encontram-se firmemente entrelaçados e interdependentes, entendemos, como

Marx entendeu, que tanto a humanização quanto a desumanização do homem são unicamente sociais, ou seja, não são impostas pela natureza das coisas nem por ordens divino-transcendentais.

Outra consequência do entrelaçamento dos dois sentidos de humanização é que os valores humanistas, as potencialidades humanas, as capacidades humanas, as limitações humanas… são vistos como condicionados concretamente por um momento histórico. Nada escapa da história. Neste sistema em voga, o Capital se entifica e os homens se tornam objetos do Sujeito Capital, visto que as necessidades humanas são secundarizadas diante da ´´necessidade´´ de valorização e acumulação de Capital.

Disso decorre que as limitações para o desenvolvimento das potencialidades máximas dos homens são postas pelos próprios homens e também que não há nenhum motivo externo que impeça a existência da sociedade emancipada, *comunista*, a não ser as próprias barreiras que os homens colocam para si mesmos, conforme já dissemos acima.

Estas ´´consequências´´, assim estamos denominando aqui, são bastante conhecidas entre os ensinamentos dos marxistas. O que estamos propondo, nesta dissertação, é:

1) A perspectiva de compreender estes postulados a partir do *entrelaçamento de dois sentidos da humanização*: o ´´humanismo filosófico-histórico´´ de Marx enquanto uma chave importante para se compreender muitos dos desenvolvimentos teórico-práticos do autor;

2) Uma classificação geral dos quatro sentidos teóricos da humanização do homem; e

3) A ideia de que, no pensamento de Marx, há a vinculação orgânica entre a humanização no sentido humanístico-filosófico e a humanização no sentido histórico-geral.

Propomos que, na PNH, aparece apenas a humanização na forma humanística-filosófica abstrata, havendo a insuficiência da humanização no sentido histórico-geral. Isto é uma insuficiência nada desprezível. Estamos certos de que a

humanização efetiva - substantiva - só pode ocorrer no plano histórico-geral, plano este negligenciado pela PNH.

Em Marx há o humanismo filosófico vinculado organicamente com os processos históricos gerais, daí haver no pensamento do filósofo alemão os conceitos de totalidade social, emancipação humana, transição socialista e comunismo. No Materialismo Histórico de Marx, os próprios conceitos de alienação, reificação e fetichismo da mercadoria ligam-se diretamente ao plano histórico-geral, sendo impensáveis sem ele.

A desumanização do homem pensada na insuficiência do plano histórico-geral cria uma desumanização cuja reversão dependeria muito da *vontade* dos sujeitos, das políticas de governo, das reformas setoriais, da propaganda dos princípios da PNH, da multiplicação realizada pelo bom ânimo dos ´´multiplicadores´´, etc. Não descolamos a desumanização do homem dos processos históricos gerais, muito menos a sua humanização destes mesmos processos.

Para ilustrar, oferecemos alguns exemplos da insuficiência da *humanização no sentido histórico-geral*, limitação esta presente na PNH e em seus teóricos. O Documento Base (BRASIL, 2010a, p. 68) afirma que:

> A atividade do trabalho, portanto, é submetida a uma regulação que se efetiva na interação entre os trabalhadores da saúde, numa dinâmica intersubjetiva. Somos gestores e produtores de saberes e de novidades.

Explicitamos mais adiante que a filosofia da PNH é empirista e que seu materialismo é fragmentário, anistórico e não universal[38]. Estes fatos vemos também na imagem que se propõe acerca do trabalho em saúde. Nesta aérea e lunar descrição temos apenas e tão somente a aparência *imediata* do trabalho em saúde e o hiperfoco na *intersubjetividade* como determinante do processo de trabalho.

O que regula, de forma anterior e com hegemonia, o trabalho em saúde na contemporaneidade? A intersubjetividade dos trabalhadores? Os trabalhadores *vis-*

[38] Em Tópico V: Comentários críticos a respeito do Documento Base da PNH e de suas Cartilhas. Neste Tópico também tratamos da ênfase unilateral na subjetividade operada pela PNH, ênfase que mencionamos no corpo do texto, acima.

à-vis determinam o processo de trabalho? Cada capítulo desta dissertação busca argumentar de modo a demonstrar que não.

Outro exemplo da insuficiência da *humanização no sentido histórico-geral* na PNH é o voluntarismo que sempre dá as caras. O reino da bem aventurança chegará quando os fiéis espalharem as boas novas. Para ficar na primeira edição do Documento Base (2004), nós temos: ´´mobilizar e contagiar´´ (p. 08); "iniciativas" (p. 9); "difusão dessa estratégia" (p. 10); e depois "...adesão, com compromisso, dos gestores à PNH" (p. 11).

O descolamento da PNH da realidade social capitalista (o sentido histórico-geral da humanização e da desumanização do homem) aparece, também, e até mesmo quando se diz que *o social* deve ser valorizado para a humanização. Que social é este? É o social *imediato*, o social significando trabalhadores, gestores, usuários e a rede social imediata dos usuários dos serviços de saúde, os seus amigos, parentes, familiares, etc., etc. Em Brasil (2004, p. 09), por exemplo, temos que:

> Nessa rede estão todos os sujeitos: gestores, trabalhadores de saúde, usuários, todos os cidadãos. Podemos dizer que a Rede de Humanização em Saúde é uma rede de construção permanente e solidária de laços de cidadania. Trata-se, portanto, de olhar cada sujeito em sua especificidade, sua história de vida, mas também de olhá-lo como sujeito de um coletivo, sujeito da história de muitas vidas.

Vemos o mesmo caso em Brasil (2010c, p. 24):

> [...] ao acolhermos uma pessoa numa emergência de um hospital, na sua própria casa através da Estratégia de Saúde da Família (ESF) ou num Centro de Atenção Psicossocial (Caps), entramos em contato com uma história de vida e com as redes de relações nas quais essa pessoa está inserida. Redes permeadas por afetividades, hábitos e diferentes modalidades de trocas e interações que possuem um importante papel no processo de produção de saúde e doença.

O social *não* se refere à configuração atual das relações humanas e da sociedade segundo os moldes capitalistas, os moldes da propriedade privada, da acumulação, da mercadoria e de seu fetichismo, etc. Na PNH, o que predomina, na

grande maioria dos casos, é a concepção liberal de social onde o social é o somatório dos indivíduos singulares[39].

- *Tópico II: O problema imposto à PNH pelas categorias do Estado burguês e da emancipação política*

Conforme aponta Gorender (2001, p. XXX), encontra-se na conta de Marx e Engels uma verdadeira *revolução na teoria política*:

> Pela primeira vez na história das idéias políticas, o Estado deixou de ser conceituado como entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade. Marx e Engels indicaram a vinculação do Estado aos interesses de determinada classe social, isto é, aos interesses da classe dominante.

Como Marx e Engels chegaram a esta singular revolução na teoria política?

A filosofia clássica alemã é uma das tradições das quais Marx partiu e, portanto, pela qual foi diretamente influenciado. A teoria política de Marx muito deve a Hegel; pelo menos, muito deve a Hegel enquanto alguém a ser superado[40]. É do embate teórico com Hegel que Marx vai construindo a si e a sua teoria. A filosofia alemã, o socialismo francês e a economia política inglesa são consideradas as três fontes do marxismo.

Hegel inaugurou o século XIX afirmando que o Estado era a razão. Este ensinamento foi um ponto de virada, de ruptura. Isto porque a filosofia burguesa até o século XVIII afirmava que a razão estava no indivíduo e não no Estado. Os pensadores do XVIII tinham "horror ao Estado" (MASCARO, 2015). Basta lembrar: o Estado era absolutista e uma peça da medievalidade. Para os intelectuais, porta-vozes da classe burguesa, o Estado era um recanto dos privilégios da velha nobreza - e de fato, o era.

O grande iluminista Immanuel Kant, no século XVIII, é o exemplo magno disso. Como explicar esta ruptura da razão individual para a razão estatal (juspositivismo)? O que houve entre Kant e Hegel que fez as águas mudarem totalmente o seu curso? O que fez mudar tanto o que se dizia sobre o Estado? A

[39] Tratamos disso mais demoradamente no Tópico VI, mais adiante.
[40] Lembremo-nos do conceito de superação dialética e da influência deste no conceito de crítica, exposição que realizamos no Capítulo 01 - O método da pesquisa e os pressupostos marxianos.

resposta a estas perguntas é a revolução burguesa que sacudiu a Europa: a Revolução Francesa (MASCARO, 2015).

Hegel teorizou sobre o Estado enquanto a "razão para si e em si" após os acontecimentos da Revolução. Agora, diferente do passado recente no qual viveu Kant, a classe burguesa estava com o poder político e no leme do Estado. É verdade que isto já havia ocorrido primeiro na Inglaterra, mas ainda não havia repercutido nos clássicos da Filosofia. O Estado-razão é fruto do que Hegel observou, *pari passu*, na França, em seus acontecimentos grandiosos.

A este respeito, Konder (2017, p. 15) narra um evento biográfico interessante, proveniente de Hegel e da sua fé no homem e nos novos valores modernos - ainda que, posteriormente, a fé se abalaria, devido aos acontecimentos cruéis da Revolução Francesa e do pós-Revolução:

> Na época da Revolução Francesa, entusiasmado com a tomada da Bastilha pelo povo e com a derrubada de instituições antiquíssimas (que pareciam eternas), Hegel – então com 19 anos – plantou uma "árvore da liberdade" em Tübingen, onde morava, em homenagem à França.

O cenário intelectual no qual Marx começa a pensar e escrever era um cenário profundamente hegeliano. Era um cenário, também, de revoluções burguesas na Europa e, ao mesmo tempo, em outros lugares, de profundo reacionarismo absolutista e feudal. A Inglaterra e a França lideravam as revoluções burguesas. Porém, na atual Alemanha (na época do jovem Marx ainda não unificada) sobrevivia, então, o absolutismo monárquico embasado no direito divino.

É neste contexto que Marx irá criticar os ensinamentos hegelianos; ele afirmará que a nova forma de Estado não é a concretização da razão *absoluta* mas sim uma expressão da racionalidade *especificamente* burguesa. O Estado burguês e a razão burguesa são expressões da classe burguesa e de seus interesses. Em contraposição a Hegel, Marx percebe que o poder político-estatal não é a moradia do absoluto mas sim da parcialidade, e mais especificamente, da parcialidade de classe (MASCARO, 2015).

Marx constata que, em cada formação social específica, a classe dominante e proprietária domina não somente o processo de trabalho, mas também, direta ou indiretamente, a vida política (o Estado) correspondente a esta formação social.

Marx demonstra que a supremacia econômica e a supremacia política andam de mãos dadas. Na sociedade atual é a burguesia a classe social que possui tal supremacia, que conquistou historicamente tal supremacia, por intermédio da exploração da classe trabalhadora. Como escreveu Andrade (2012, p. 14 e 15):

> Para manter essa supremacia, a burguesia, assim como ocorreu com todas as classes dominantes anteriores, necessitou subordinar toda a sociedade às suas condições de apropriação da riqueza social, quais sejam, garantia da propriedade privada, organização hierárquica da classe trabalhadora, livre compra e venda da força de trabalho, acumulação privada da mais-valia. Para realizar tal subordinação e fortalecer o *status quo* a burguesia necessitou controlar e centralizar a política. O ciclo das chamadas revoluções burguesas foi o momento em que, dentre outras coisas, a burguesia lutou para instituir o seu poder, também, no Estado. Ou seja, para emancipar-se politicamente como classe.

Outro ponto de contraste entre Hegel e Marx, no quesito da teoria política, e de fundamental importância para pensarmos o objeto de pesquisa desta dissertação - as limitações das políticas de humanização: Hegel ensinava que era o Estado político (em decorrência do pressuposto dele ser a razão) que determinava a sociedade civil, que regulava e dava forma à sociedade civil; ensinava que era o Estado o polo regente. Marx vai inverter Hegel, colocá-lo de cabeça para baixo, pois, no entendimento materialista de Marx é a sociedade civil que conforma o Estado, sendo ele uma expressão da sociedade civil e não o contrário.

No famoso prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (2008) na ocasião em que narra resumidamente o seu percurso intelectual, comenta a respeito da determinação da sociedade civil, com suas forças produtivas e relações de produção, sobre o Estado e sobre as formas que o Estado assumiu historicamente. A sociedade civil possui prioridade sobre os eixos jurídico-políticos-ideológicos. Diz Marx (2008, p. 47):

> Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.

E, prosseguindo, logo adiante, ressalta o nosso autor (2008, p. 47):

> O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

A teoria social do filósofo alemão, assim, dá prioridade ontológica à sociedade civil. É a sociedade que fundamenta o Estado e não o Estado que fundamenta a sociedade. É a natureza da sociedade civil que condiciona majoritariamente a natureza do Estado, e não o contrário[41].

O passo fundamental para este entendimento começou a ser dado com *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (*2013a*)* e, logo após escrito esse trabalho, o autor deu um novo salto: na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução (*2013b*)* é posta uma categoria basilar do marxismo, a saber, a existência e o antagonismo das classes sociais. As relações entre as classes e entre as franjas de uma mesma classe, existentes na sociedade civil, dão a configuração e a feição ao Estado político, num dado momento histórico.

[41] Tonet (2010, p. 20, 21) comenta sobre a natureza desta prioridade: ´´A afirmação desta dependência do Estado em relação à sociedade civil supõe a concepção de que o ser social tem um ordenamento cuja matriz é a economia [...]. Que esta dependência tenha sido interpretada em sentido mecanicista, como se o Estado fosse uma emanação direta ou epifenomênica da economia, apenas mostra que a maioria dos intérpretes não compreendeu a natureza do padrão de conhecimento instaurado por Marx. A dependência de que fala Marx é de caráter ontológico, ou seja, expressa uma relação entre fundante e fundado a nível do ser. A única coisa que ele afirma é que o Estado encontra a sua razão última de ser, a sua essência, na sociedade civil e expressa esta razão de ser. E que, neste sentido, nenhuma inversão é possível. Mantida essa questão essencial, tudo o mais é discutível. As próprias análises dele [de Marx], em outras obras, mostram claramente tanto o caráter ativo quanto a autonomia relativa do Estado frente à sociedade civil. Não há contradição alguma entre autonomia relativa e dependência ontológica´´.

Desse modo, na *Introdução* (2013b) de sua crítica a Hegel, surge pela primeira vez no texto marxiano a categoria classe social. Isto, como afirmamos, não deixou de ter consequências sobre a sua teoria do Estado. Mascaro (2015, p. 17) salienta que:

> Surge, assim, esse grande conceito que identifica um dos fundamentos do próprio marxismo. Há classes sociais. O problema do mundo é que ele se divide por elas. A questão não é o partido, o Estado, o governo, os poderes legislativos, executivos ou judiciários, a democracia ou a eleição. Essas divisões que estão na órbita do Estado, para nós, guardam problemas e não alcançam o fundamental. Ficar refém de seus termos não ajuda a explicar a sociedade de um modo melhor. A chave para a compreensão é entender que o mundo é capitalista e está fraturado em classes sociais. Com isso, começa a florescer o próprio marxismo como nós o conhecemos.

Uma das consequências da prioridade ontológica da sociedade civil é que se pode mudar quem "dirige" o Estado, mas o próprio Estado é mais produto do que produtor. É produto da sociedade e da forma com que essa está organizada. Alterar o partido político e o presidente sem alterar a grande propriedade privada, pertencente à burguesia, a divisão social do trabalho e as classes sociais, é essencialmente manter a ordem social. Estas concepções nos ajudam a entender o porquê, seja com Fernando Henrique ou com Lula, e ao passar dos governos, desde Collor até hoje, entre direitas e ditas esquerdas, o Brasil permanece *neoliberal* e fundamentalmente com os mesmos problemas sociais.

Outra consequência da referida prioridade ontológica: é uma empreitada muito difícil transformar substantivamente a sociedade civil a partir do Estado e de suas políticas públicas - sendo esta a intenção da PNH. Não basta a vontade dos que assumem o poder político e as cadeiras dos ministérios de Estado. Em nossas análises sociais, temos de evitar tanto o voluntarismo quanto o politicismo.

Rubens Enderle (2013) relata o grande avanço operado pelo jovem Marx ao sustentar a ´´autodeterminação da sociedade civil´´. Contudo, Enderle (2013, p. 32) esclarece também que o próprio autor alemão deveria superar, em si mesmo, uma visão um tanto politicista e voluntarista, ainda presente na sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*:

> Subsistia, no entanto, uma grave insuficiência: a contradição entre Estado e sociedade civil permanecia nos quadros de um problema de ordem política, uma deficiência localizada no terreno da "vontade". Imediatamente após a *Crítica*, nos Anais Franco-Alemães, Marx tratará de superar essa posição. A gênese da alienação política será detectada no seio da sociedade civil, nas relações materiais fundadas na propriedade privada. Consequentemente, não se tratará mais de buscar uma resolução *política* para além da esfera do Estado abstrato, mas sim uma resolução social para além da esfera abstrata da política.

Este avanço deu-se nos dias que separavam a *Crítica* de sua *Introdução* (esta última publicada nos Anais Franco-Alemães e a primeira nunca publicada por Marx, sendo publicada postumamente).

Nosso filósofo deixou de ser um *democrata* contrário ao Estado monárquico ´´abstrato´´ prussiano, - época em que Marx ainda defendia uma reforma política no interior do Estado visando implementar uma constituição política que expressasse a ´´vontade geral´´ - , e passou a ser um *comunista* que entendia que uma revolução política não significa, necessariamente, uma revolução social; e que uma coisa é a emancipação política, outra é a emancipação social (ENDERLE, 2013).

Segundo Mascaro (2013, p. 14), na *Crítica* ficam expostos os limites do pensamento político de Marx, a saber, "longe de ser uma crítica estrutural à forma social do Estado e do direito, é uma crítica à sua manifestação presente". Ou seja, na época da *Crítica*, Marx criticava o Estado prussiano *visando outro tipo de Estado* e ainda não havia chegado à conclusão teórico-política de que o Estado *per se* somente existe para tomar parte na luta de classes e mediar a exploração do homem pelo homem.

Sabemos que a função precípua do Estado político é garantir a propriedade privada. Vemos que enquanto uns possuem bilhões (o capitalismo também está em vias de produzir os seus trilionários…), outros são verdadeiros despossuídos. O Estado tem como papel a manutenção destas contradições advindas da propriedade, e se necessário, e recorrentemente é necessário, utilizando-se da violência e da polícia.

Estas percepções sobre a função social do Estado não escaparam ao jovem Marx. Na verdade, foram fundamentais para Marx formular com clareza a assertiva da *parcialidade* do campo político-estatal.

Enderle (2013) registra a partir de quando o jovem Marx *começa* a perceber a parcialidade política e estatal. Quando de sua atividade jornalística, em 1842, o nosso autor depara-se com as leis do Parlamento Renano que proibiam os camponeses de recolher a lenha caída das árvores. Esta prática multissecular de recolher a lenha, para satisfazer necessidades humanas, seria encarada a partir de então como *roubo*.

Ainda que Marx tinha muito a avançar teoricamente, é nesta ocasião em que ele denuncia, nas palavras de Enderle (2013, p. 21), o ´´rebaixamento da universalidade do Estado e do direito à particularidade da propriedade privada´´. Como podemos ver, em 1842, Marx ainda estava diretamente influenciado pela teoria política hegeliana. Mas daí para frente Marx vai ganhando asas próprias e construindo gradativamente a sua própria teoria política.

Recapitulando: Hegel ensinava que os indivíduos necessitam de um Estado regulador, acima de seus conflitos de interesse, cuja função seria a de justamente manejar, moderar e fazer a mediação desses conflitos - os conflitos advindos da sociedade civil. Esta última, segundo o idealista alemão, constituia-se como o ´´espetáculo da *miséria* e da *libertinagem*´´ (ANTUNES, 2015, p. 98, grifos do autor).

Assim sendo, era tarefa do Estado, repetimos, superar as contradições existentes no seio da sociedade civil. Neste quesito em específico, a fé dos teóricos da PNH em sua solução primariamente estatal e política para a desumanização do homem é uma fé hegeliana; eles são hegelianos, neste determinado ponto.

Marx inverte completamente a equação de Hegel. Como diz Antunes (2015, p. 98) sobre a inversão operada por Marx:

> a sociedade civil (entendida por Hegel e também por Marx como a sociedade de classes) estava inserida em uma contradição de tal profundidade que o Estado não seria jamais o ente capaz de conciliar ou superar a contradição, mas, ao contrário, seria um órgão necessariamente portador dos interesses de uma classe, aquela econômica, social e politicamente dominante. Enquanto tal, o Estado seria um *perpetuador* da sociedade civil burguesa em constante contradição, capaz, no máximo, de nos oferecer a emancipação *política*, e não a emancipação *social* (grifos do autor).

Esta *inversão* operada por Marx permite a nós questionar a efetividade da PNH. Pelo menos, estamos a propor isso nesta dissertação. O Estado e os

diferentes governos não podem superar ou conciliar de forma suficiente a contradição da desumanização do trabalho no setor saúde - e fora dele também. Esta é uma contradição imanente e radicada na sociedade civil.

O corolário necessário da prioridade ontológica da sociedade civil sobre o Estado é que a questão da humanização e desumanização do homem deve ser pensada e tratada com a ênfase na sociedade civil, em suas classes sociais e relações de produção da vida material. Ou, para dizer de outra forma, emprestando as palavras do prefácio de Marx (2008) citado algumas páginas atrás: para ser dimensionado de forma correta, o problema da humanização deve ser pensado prioritariamente a partir da *estrutura* da sociedade e não de sua *superestrutura*.

Sem estas condições materiais, provenientes da sociedade civil e não do Estado, a humanização política da PNH continuará sendo uma possibilidade abstrata, bastante otimista, diante das barreiras objetivas realmente existentes.

Como já anunciado na citação direta imediatamente anterior[42], há na tradição marxista a diferenciação entre a emancipação política e a emancipação social (ou emancipação humana). Deteremo-nos mais nesta fundamental distinção.

A emancipação política, a única forma de emancipação possível sob o capitalismo, ´´se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX´´ (NETTO; BRAZ, 2012, p. 31). Continuam estes autores (2012, p. 31, 32):

> Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social* - e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível (grifos dos autores).

A abordagem de Netto (2015) do assunto da emancipação política é consonante com a abordagem marxiana. Por um lado, aponta os progressos relativos, por outro, comenta as limitações. Esta abordagem condiz com o que dissemos sobre o significado de crítica e de superação dialética, no início desta dissertação. A posição reproduzida por Netto (2015, p. 57) é a de que:

[42] Antunes (2015, p. 98).

> Nunca será demais apontar o conteúdo emancipador da Revolução Burguesa *em relação à ordem feudal*. Boa parcela dos direitos democráticos que permeiam a modernidade (por exemplo, os direitos de ir e vir e de livre expressão do pensamento) foi erguida no processo de liquidação do sistema feudal - por um lado, porque eram requisitos para a dinâmica da economia capitalista; por outro, pela pressão de segmentos do "povo" que a burguesia articulou para levar a cabo sua revolução. Mesmo que o reconhecimento de direitos democráticos, sob a direção da burguesia, tenha sido geralmente formal ("todos são iguais *perante a lei*"), é inegável sua importância para transformá-los efetivamente em direitos reais (grifos do autor).

Deixemos claro que a emancipação política foi um progresso histórico, civilizatório e humanizador. Mas apenas parcialmente humanizador. A emancipação que a classe burguesa trouxe ao mundo é um avanço quando comparada com o que havia antes, a saber, a feudalidade medieval e as relações senhoriais. O próprio Marx, em *Sobre a Questão Judaica* (2010b, p. 41) qualifica tal emancipação como um *progresso*; como uma elevação do patamar histórico. Contudo, neste novo patamar, abundam contradições e conflitos novos, próprios da nova sociedade.

Já a plena emancipação, a emancipação social, (ou, paralelamente, a humanização substantiva do homem e da sociedade) não habita no aparelho estatal moderno, esse mesmo fruto histórico da sociedade burguesa e seu árduo defensor e, portanto, um mantenedor das contradições das relações sociais modernas.

Na visão do pensador comunista alemão, a emancipação social, proveniente de uma revolução social, é o protesto contra a *vida desumanizada* (MARX, 2010c). Buscamos no texto de Da Mata (2011, p. 07) uma definição do que seja a emancipação humana, a verdadeira humanização do homem:

> Apenas pensando outra forma de sociedade, em que os homens sejam realmente autônomos e livres, sem Estado; em que as relações entre os indivíduos sejam mediadas pelo trabalho; é que uma política que promova a emancipação humana pode ser concebida. Uma sociedade assim só pode ser conquistada a partir da ação consciente dos homens em direção à superação das relações sociais capitalistas. Tal conquista só pode vir através de uma revolução, ou, do declínio da velha sociedade capitalista e do velho poder político burguês.

Da Mata (2011) comenta dois textos de Marx[43] - do jovem Marx - e se apropria deles para criticar as pedagogias e métodos educativos não tradicionais e auto-proclamados emancipatórios e libertadores da educação e dos homens.

A linha principal da argumentação é a de que ´´ O projeto educacional que se propõe emancipador a partir da mesma base que aliena não pode realizar-se.´´ (p. 02). Ou seja, para haver a verdadeira emancipação humana é necessário ir além de pequenas reformas do Estado burguês e da política burguesa: é premente a transformação da própria estrutura socioeconômica e, portanto, faz-se preciso a revolução política e social.

A educação por si só, sozinha, e de igual modo as políticas sociais do Estado burguês são incapazes de libertar o homem porque não adentram na raiz dos males sociais, a saber, as relações capitalistas de produção e expropriação do trabalho e da riqueza.

Os dois textos marxianos trabalhados por Da Mata (2011) nos falam sobre a concepção de Marx a respeito da política burguesa (e a sua aclamada emancipação em relação ao mundo servil e feudal). Marx enxerga a ineficácia da política moderna, democrática, e por vezes laica, no quesito da resolução da miséria humana - as limitações da emancipação política. Da Mata (2011, p. 09) relativiza os ganhos da modernização e industrialização das sociedades europeias:

> [...] a sociedade capitalista trouxe à humanidade avanços importantes. Pela primeira vez, a produção de bens de consumo superou o mínimo necessário à vida de todos os seres humanos; a liberdade civil e a igualdade (ao menos formal, jurídica) dos homens; a superação das relações aristocráticas, feudais, nas quais a "cor" do sangue definia quem tinha mais direitos dentro da sociedade. Porém, o problema com esses avanços é que eles não se efetivaram para todos os seres humanos: se é verdade que nunca se produziu tantos bens de consumo como na atualidade, também é verdade que nunca houve tantos seres humanos alienados dos gozos que esses bens produzidos pelo trabalho proporcionaram.

Tanto o *Glosas Críticas…* (2010c) como o *Sobre a Questão Judaica* (2010b) foram escritos para combater os defensores do Estado e de suas políticas sociais: os adversários do teórico alemão eram, respectivamente, Arnold Ruge e Bruno Bauer. Esses dois possuíam visão semelhante, resumidamente podemos dizer que

[43] São eles: *Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social', de um prussiano* e também *Sobre a Questão Judaica*.

defendiam um Estado livre de uma religião oficial; que garantisse as liberdades individuais e os direitos civis; e que desenvolvesse políticas para enfrentar a miséria e demais problemas sociais. Este mesmo Estado, nessas configurações, seria o vetor da emancipação humana. Ora, este é o Estado da emancipação política.

Neste sentido Marx (2010b), o cético do Estado humanizador, diferencia a *emancipação política* (por exemplo, o Estado Laico, o fim das relações senhoriais medievais, a igualdade jurídica formal) da *emancipação humana*. A emancipação política é *parcial* porque o homem ainda encontra-se explorado de uma forma ou de outra. A liberdade política permite ao homem que se escolha o feitor, mas ainda há um feitor. Como está escrito em Da Mata (2011, p. 05):

> O Estado não existe para solucionar os problemas sociais como o pauperismo e a miséria, mas para legitimar uma sociedade ilegítima, é dele a função de garantir a propriedade privada, a iniciativa particular e o mercado. Não podendo fazer muito mais que assistencialismo ou medidas administrativas, a culpabilização do próprio pobre serve como argumento contra a pobreza e a miséria e se torna abandono à própria sorte, criando cidadãos com igualdade jurídica, mas desigualdade real.

Distinguindo os dois níveis de emancipação e comparando a emancipação política com a emancipação humana, Marx (2010b, p. 38, 39) afirma que:

> A emancipação *política* em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuado, isento de contradições, da emancipação *humana*. O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* [*Freistaat*, república] sem que o homem seja um homem *livre* (grifos do autor).

A emancipação política, como vemos, guarda alto grau de abstração da realidade e de formalismo: o Estado pode ser livre da religião (Estado laico) sem que o homem o seja; para o Estado todos os homens podem ser iguais (igualdade jurídica) sem que de fato o homem o seja; para o Estado pode haver democracia plena (´´todo o poder emana do povo´´) sem que de fato haja democracia verdadeira - a democracia social, muito superior à democracia política.

Em uma de suas polêmicas com Bruno Bauer, no texto de *Sobre a Questão Judaica*, Marx (2010b, p. 36) lança as seguintes observações:

> De modo algum bastava analisar as questões: quem deve emancipar? Quem deve ser emancipado? A crítica tinha uma terceira coisa a fazer. Ela devia perguntar: *de que tipo de emancipação* se trata? Quais são as condições que têm sua base na essência da emancipação exigida? (grifos do autor).

Obviamente que quando a PNH se refere à humanização e às condições necessárias para ela não estamos no mesmo campo que o Materialismo Histórico quando este teoriza sobre a humanização-emancipação do homem e sobre as condições necessárias para tal. São imagens de humanização e de condições necessárias bastante diferentes.

Semelhante ao que Marx (2010b) disse a respeito de Bauer, entendemos que seja necessário saber de que *tipo de humanização* falamos e de que *tipo de condições* necessitamos para realizá-la. Ao compararmos a humanização da PNH com a do Materialismo Histórico, vemos não somente que são ideias, concepções e tipos diferentes de humanização e de condições necessárias. Mas vemos que:

a) a humanização do Materialismo Histórico é muito mais profunda e radical - assim como o são as suas condições necessárias - e,

b) considerando a teoria do Materialismo Histórico e suas categorias críticas, podemos compreender o porquê de mesmo a humanização restrita da PNH (esta humanização de curto alcance e de poucas pré-condições) achar-se, ao mesmo tempo, tão limitada em suas próprias aspirações iniciais e em sua capacidade real de tornar-se concreta, de tornar-se fato. Justamente por esse motivo, é possível criticar a PNH a partir do Materialismo Histórico.

A *política de humanização enquanto humanização política* padece das mesmas contradições da emancipação política. A realidade social não acompanha os documentos do Estado, fazendo com que a humanização política da PNH também guarde em si altos graus de abstração e de formalismo.

Tal como nos exemplos dados logo acima (acerca da religião, da igualdade, da democracia), o Estado “já humanizou” o setor saúde sem que o setor saúde fosse humanizado de fato - e, afirmamos, nunca será pela via estatal, assim como

no caso dos outros exemplos, descritos acima, nunca serão realidade *via atuação do Estado*. O Estado humaniza de maneira formal e abstrata e não real.

A PNH, enquanto política de governo, ou enquanto uma política de governo que aspira ser uma política de Estado (PASCHE; PASSOS, 2008), reside no mesmo âmbito da parcialidade e da insuficiência político-estatal. Como uma política institucional, não poderia dizer o que quisesse ou propor o que fosse contrário ao regime do Capital, e também não poderia estender a democracia para além da estrita democracia política, *formal*, em direção à necessária e ampliada democracia social.

Assim, a PNH teve que se contentar em ´´ampliar´´ quase tudo: o conceito de saúde, o conceito de clínica, o conceito de acolhimento… pois ela era e é impotente para ampliar a democracia. Mas a humanização substantiva e a emancipação humana encontram-se na ampliação da democracia mesma.

Por sua parcialidade político-estatal, por estar restrita ao campo da emancipação política, as propostas oficiais da PNH não puderam conceber a determinação sócio-histórica da desumanização no setor saúde; na verdade, não tinham por base explicitar aos usuários e trabalhadores como se produz a desumanização dentro dos muros dos estabelecimentos de saúde enquanto parte necessária da desumanização do conjunto da vida social.

Partindo deste diagnóstico parcial, desta percepção estrita, a proposta de mudança seria também parcial e, devemos dizer, atomístico-molecular: a política de humanização cogitou ser possível humanizar as relações sociais da saúde sem humanizar as relações sociais da sociedade.

A humanização política da PNH conta com o progresso relativo e com as limitações semelhantes à *emancipação política*. Já a humanização substantiva, necessária e possível, é o equivalente da *emancipação humana*. E esta última humanização, a humanização social, para se concretizar de fato, precisa das condições objetivas necessárias para a emancipação social (a saber, o fim da propriedade privada, das classes sociais e também *o fim do Estado político*).

Como se pode observar, estamos operando de forma semelhante a Marx. Tal como Marx (2010b) distinguiu a emancipação em dois diferentes níveis, podemos, paralelamente, propor a distinção entre a humanização política, por um lado, e a humanização social, por outro. A humanização política é inferior à humanização social da mesma forma que a emancipação política é inferior à emancipação social.

Há, portanto, a afinidade entre a PNH e a emancipação política. A PNH e os seus teóricos (Gastão, Rosana, Passos, Pasche, Merhy, etc.), tanto na produção oficial quanto na acadêmica, trabalham exclusivamente, ou quase exclusivamente, no terreno político da emancipação. Algumas possíveis causas para isso:

- A vigência, entre nós, de *tempos conservadores*[44] (LESSA, 2016), no qual o domínio do Capital e a sua destrutividade poucas vezes são questionados e nunca postos realmente em choque;
- O Estado burguês enquanto Estado burguês não pode realizar uma crítica frontal de si mesmo ou propor transformações estruturais para a sociedade civil - que, portanto, fira as relações de propriedade;
- A crença na Reforma Sanitária, na criação e no potencial do SUS, na *democracia política* firmada na redemocratização brasileira e substanciada na Constituição de 1988;
- A adoção, por parte dos mais conhecidos teóricos da PNH, de perspectivas teóricas outras, tais como a Psicanálise, a Análise Institucional, o Pós-Estruturalismo, etc., sem considerar a contundente análise que a teoria social marxista nos legou sobre a sociedade do Capital.

Deixando a discussão sobre emancipação política e humana em segundo plano, mas sem perdê-la de vista pois tudo o que será dito correlaciona-se com ela, vamos agora tecer outros comentários sobre a teoria marxista do Estado e sua relação com as políticas de humanização.

Engels (2012) quando escreveu o prefácio da edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido *Comunista* esclarece o porquê do termo comunista e não

[44] Diz Lessa (2016, p. 143): ´´Vivemos um dos momentos contra-revolucionários mais longos e profundos da história. Nunca, como hoje, a humanidade passou por tantas décadas sem uma crise revolucionária digna do nome. A última revolução foi a chinesa, que terminou em 1949. De lá para cá há várias crises, mas nenhuma delas com o caráter de uma revolução. Este período contra-revolucionário é, também, um momento de vitória do capital. Nunca, como hoje, a regência do capital foi tão incontestada pelo seu oponente histórico, o proletariado [...]´´.

socialista. O partido de Marx e Engels não poderia ser socialista porque, à época, e conforme escreve Engels, socialismo significava dois grupos de movimentos:

a) O socialismo utópico de, por exemplo, Owen e Fourier. Para Engels tratavam-se de seitas que caminhavam céleres para o fim.
b) O outro grupo eram de ´´variados charlatanismos sociais´´ que, escreveu ele, ´´munidos de toda sorte de remendos, prometiam abolir todos os tipos de males sociais, mas sem oferecer perigo nenhum para o capital e o lucro´´ (p. 20).

Engels (2012) diz que, em ambos os casos, os movimentos eram alheios aos trabalhadores, buscavam apoio entre a classe burguesa e eram uma conversa intelectual nos salões de festas das elites. Em contrapartida a esses socialistas, os comunistas eram, parafraseando o autor, a porção da classe trabalhadora e intelectual que já estava convencida da insuficiência de meras transformações políticas e defendiam a *remodelação total* da sociedade.

O filósofo (2012) ainda aponta que tal comunismo era um comunismo utópico e sem a devida fundamentação teórica; instintivo, como diz ele, porém, que tocava no ponto essencial: a superação do capitalismo. Engels (2012) prossegue afirmando que o socialismo era um movimento entre burgueses e o comunismo se dava entre a classe operária.

Era por esses motivos que Marx e Engels se autodenominavam comunistas e como Engels acrescenta em 1888: nunca cogitaram em deixar de sê-lo. Se alguém há de libertar os trabalhadores, serão eles próprios! E não o Estado burguês!

Para Marx (2010c), quando um Estado reconhece a existência de problemas sociais ele, o Estado, costuma reportar o problema a três diferentes causas:

a) Leis da natureza, naturalizando o social e, portanto, os homens não podem intervir;

b) A vida privada, que é independente do Estado (a culpa pela pobreza é do pobre ou, paralelamente, o trabalho desumanizado é responsabilidade do trabalhador); e

c) Ineficiência da administração pública (atos de governos: leis, impostos, burocracia, repressão, etc.). Ou seja, referimo-nos aqui à administração do próprio Estado, inequivocamente quando são os partidos adversários que estão no poder - cada partido político coloca a culpa no outro. Dessa forma, os Estados ocultam a

verdadeira raiz dos males sociais: o modo capitalista de produção, tal é a sua vinculação orgânica com ele[45].

Diz Marx (2010c, p. 58, 59):

> O Estado jamais encontrará no "Estado e na organização da sociedade" o fundamento dos males sociais [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado.

A distinção feita pelo jovem Marx (2010c) entre a *essência do Estado* e as *formas de Estado* é bastante interessante. A essência do Estado é ser ele mesmo um instrumento de poder no antagonismo entre as classes. As formas específicas e particulares que ele assume historicamente, e geograficamente, não anulam a sua essência última. As políticas de humanização, assim entendemos, trabalham a partir de uma forma de Estado, um ´´Estado Democrático e de Direito´´. Esta forma estatal particular *não* ultrapassa nem supera as limitações próprias da essência mesma do Estado.

A administração pública e suas políticas são amplamente ineficazes, pensa Marx (2010b, 2010c), que defende essa tese nos livros mencionados, assim como em outros. Como diz Da Mata (2011, p. 10) referindo-se ao Estado moderno e burguês: ´´suas leis e suas ações são paliativas na medida em que não atacam as contradições basilares desta sociedade´´. Para combater a pobreza, por exemplo, os Estados se engajam no assistencialismo ou na pura repressão policial. Com a administração e suas medidas, o pauperismo nunca deixou de abundar nestes séculos de capitalismo (MARX, 2010c).

Veremos o porquê de Marx (2010c) considerar o Estado - e a política - insuficientes para a resolução dos problemas sociais (aí incluímos a desumanização do homem, dentro e fora dos muros das unidades de saúde). Diz o autor (2010c, p. 60):

> Ele [o Estado] repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os

[45] O mesmo procedimento pode ser encontrado nos textos da PNH.

> interesses particulares. *Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder* (grifos nossos).

Marx (2010c, p. 60) continua:

> Mais ainda: *frente a consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração* [estatal]. Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo (grifos nossos).

Vemos que a ´´vida civil´´ - o trabalho e a sua divisão social, a propriedade, a indústria, a sociabilidade alienada, etc. - a vida civil é a origem, a raiz verdadeira dos males sociais e da desumanização do homem. Também verificamos que a atividade do Estado é formal, e limitado o seu poderio de, a partir dele, transformar a sociedade civil - como ambiciona a PNH.

Sem a transformação objetiva da sociedade civil (ainda que o Estado emita portarias, resoluções, cartilhas e demais formalidades) não há a possibilidade de humanização substantiva do homem. Em poucas palavras: as ações do Estado são insuficientes porque a raiz dos problemas sociais não está nos governos ou no Estado, mas sim no âmago da sociedade civil, no domínio de classe e de suas vastas e diversas consequências (aí incluso o poder de classe sobre o Estado e a desumanização do homem). Sobre as características fundamentais da sociedade civil, a PNH não tem poder nenhum.

A humanização efetiva do homem é a humanização da *sociedade civil* - com o fenecimento da propriedade privada dos meios fundamentais de produção, e assim o fim das classes sociais, do trabalho alienado, do Estado, etc. Somente em uma nova sociedade o homem poderia desenvolver plenamente as suas potencialidades e capacidades. As características próprias da sociedade civil, ao longo da história, conformam os seus problemas sociais e o seu Estado e predestinam as ações formais e ideais deste à insuficiência ou ao fracasso total.

A causa primeira da desumanização vista entre os muros dos equipamentos de saúde (como em toda a sociedade...) não é uma causa política, não é

governamental ou estatal; não é resultado de políticas de governo ou de Estado. A desumanização emerge espontaneamente das características de funcionamento do regime do Capital, da sociedade civil burguesa. Se a causa é esta e não aquela, que tipo de solução, que afronte a causa, devemos procurar?

Para Marx e para os marxistas, o Estado é concebido como, antes de tudo e prioritariamente, um instrumento de poder de classes sociais sobre outras classes, menos favorecidas. A democracia burguesa comumente encontrada em Estados capitalistas não foge a esta regra geral do ser do Estado (ou, recuperando a expressão marxiana: a *essência do Estado*).

Há unicamente um rompimento ideológico (no nível das ideias) importante do Estado capitalista para formas anteriores de Estado. A diferença do Estado capitalista é a seguinte, conforme Lessa e Tonet (2011, p. 85):

> O que torna o Estado burguês diferente do Estado escravista, ou mesmo do feudal, é que ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. Ele reproduz a desigualdade entre o burguês e o operário também pela ilusão de que, ao votar e eleger os políticos, a maioria da população estaria dirigindo o país.

Igualdade jurídica, porém desigualdade real. Lessa e Tonet (2011), na sequência, não se furtam de dizer que significou vários avanços a passagem do regime escravista e também do feudal para a democracia capitalista. A democracia burguesa representa formas de igualdade e de liberdade maiores, em maiores graus, do que havia em sociedades do passado[46]. Porém, esta igualdade e liberdade burguesa é essencialmente limitada pela reprodução do Capital e pela mercantilização da vida humana.

Sem falar que em tempos passados, em épocas das comunidades primitivas, escravismo, feudalismo e depois de mercantilismo, as forças produtivas não estavam desenvolvidas a ponto de garantir condições ótimas de existência a todas as pessoas. Hoje isto é possível, mas não é realizado unicamente por

[46] Isto já ressaltamos quando da discussão do avanço que significou a emancipação política diante do modo de vida feudal.

condicionamentos sociais e históricos[47]. Todos eles construídos pelos homens e, portanto, passíveis de reconstrução pelos próprios homens.

É necessário enfatizar um aspecto para evitar mal-entendidos. Todo o Estado e todo o Direito - e não somente o Estado e o Direito modernos - são fundados a partir da luta de classes e da propriedade privada dos meios fundamentais de produção. Nas sociedades primitivas, sociedades estas *sem classe*, não havia Estado nem Direito. Estado e Direito passaram a existir na história devido ao antagonismo das sociedades de classes e com a finalidade de impedir que estes mesmos antagonismos implodam as formações sociais em questão (LESSA, 2016).

Ainda sobre a questão do Estado, Engels e Kautsky (2012) iniciam o texto de *O Socialismo Jurídico* reafirmando que na Idade Média, a concepção de mundo era essencialmente teológica e que era esta teologia - a católica - que conferia unidade interna aos diversos povos da Europa. Escrevem (2012) também que a Igreja era um poderio econômico real, chegando a possuir um terço das terras. Esta posição de poder lhe permitia também o poder ideológico: o clero era a única classe culta e a verdade do mundo natural ou social dependia unicamente da correspondência dela com os santos dogmas da Igreja.

Contudo, na mesma sociedade feudal se desenvolvia uma nova classe social, adversária dos latifundiários da nobreza e do clero, a burguesia. Esta retirava o seu poder não da propriedade de terras (riqueza imóvel, representada pela terra) mas sim do comércio e da venda de mercadorias (riqueza móvel, representada pelo dinheiro). Algo bastante diferente do modo de produção feudal baseado na subsistência e no consumo de produtos de seu próprio feudo.

A velha concepção religiosa de mundo e de sociedade, utilizada milenarmente para a defesa dos privilégios da nobreza e do clero, passou a ser um obstáculo diante da nova classe social, em franca ascensão e que, portanto, necessitava questionar a hierarquia e a estabilidade da ordem medieval e feudal (ENGELS; KAUTSKY, 2012).

Era necessária uma nova visão de mundo, uma nova *weltanschauung*, não mais fundamentada na religião, mas agora fundamentada no *direito*. A concepção

[47] Na literatura especializada, o nome desta contradição fundamental do capitalismo é ´´Questão Social´´. Anteriormente nesta dissertação, discorremos mais acerca dela, no Capítulo 02.

jurídica de mundo cresceu junto com a burguesia e significa a secularização da concepção religiosa de mundo. Como explicam Engels e Kautsky (2012, p. 18):

> O dogma e o direito divino eram substituídos pelo direito humano, e a Igreja pelo Estado. As relações econômicas e sociais, anteriormente representadas como criações do dogma e da Igreja, porque esta as sancionava, agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado. Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social [...] engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade - normas jurídicas estabelecidas pelo Estado -, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado. Além disso, uma vez que a concorrência, forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias, é a grande niveladora, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado de guerra da burguesia.

Esta nova normatividade social, *normatividade de classe*, tal como era a velha normatividade religiosa, expressou-se limpidamente na Revolução Francesa. Com a burguesia e devido ao seu confronto com os valores medievais, surgiram novos valores (dentre eles, os expressos na citação direta acima) para legitimar a sua ascensão e o seu projeto de sociedade.

A classe burguesa em contraposição à forma de Estado presente no Antigo Regime, o absolutismo monárquico, funda uma nova forma de Estado: este passa a ser laicizado e guiado pela ideia de direitos naturais ao homem. Assim, a luta política da burguesia contra a nobreza e o clero reformulou o poder público, colocando-o na esfera do Direito Natural. Estava nascendo a emancipação política.

Assim como a burguesia se erigiu de dentro da ordem feudal, prosseguem Engels e Kautsky (2012), uma nova classe surgiu de dentro da ordem burguesa, a saber: o proletariado moderno. Também, assim como a burguesia, antes de desenvolver plenamente a concepção jurídica, lutou contra a nobreza por meio de ideias religiosas, no começo do movimento operário esses também lutaram contra a burguesia utilizando-se de ideias jurídicas e dentro do terreno jurídico. Para os autores que estamos discutindo, isto é um erro porque o terreno jurídico é, *par excellence,* o terreno burguês.

Se a nobreza e o clero possuíam a concepção religiosa de mundo; a burguesia possui a concepção jurídica de mundo; o proletariado também pôde desenvolver a sua própria concepção de mundo, afinada aos seus próprios

interesses: coube a Marx e Engels desenvolver a concepção a que chamamos de Materialismo Histórico. Esta é a concepção que melhor permite compreender a situação concreta do proletariado e também as melhores condições para a sua luta e emancipação - a sua humanização (ENGELS; KAUTSKY, 2012).

Segundo os autores alemães (2012), a restrita luta no estrito campo do direito deixa intacta o cerne do problema da classe trabalhadora e de qualquer sociedade de classes: a transformação do modo de produção. Isto ocorre porque a inserção da luta dos trabalhadores nos termos jurídicos, em seu enquadramento, delimitam a luta e colocam-na dentro dos limites, que não devem ser excedidos, da ordem burguesa. Márcio Bilharinho Naves (2012), ao comentar o texto clássico, oferece um exemplo da *legalização* da luta proletária, qual seja, o direito à greve[48], que é um direito burguês.

Naves (2012, p. 10) também ressalta a importância de se questionar os movimentos e organizações proletários atuais, utilizando-se do aparato teórico-crítico de *O Socialismo Jurídico*:

> O texto de Engels e Kautsky tem grande importância teórica e política e é de impressionante atualidade. Nestes tempos, em que se abate sobre o marxismo uma avassaladora ofensiva em nome da democracia, isto é, do direito, e em que a ideologia jurídica penetra profundamente no movimento operário e em suas organizações, vale a pena voltar a atenção para o ataque sem concessões que Engels e Kautsky dirigem contra o *núcleo duro* da ideologia burguesa, a sua *concepção jurídica de mundo* (grifos do autor).

Afirmamos, com Frederico (1995), que em toda a obra de Marx há a demonstração do caráter essencialmente negativo da política. Confiar na política e em meios institucionais para a humanização do homem contradiz frontalmente a teoria marxiana - e foi este caminho o adotado pelo stalinismo, pelo eurocomunismo e demais reformismos. A atividade política institucional tem a sua importância reduzida e as atividades não institucionais (movimentos sociais, organização

[48] Naves (2012, p. 14) explica: ´´Essa legalização da luta de classes significa que as formas de luta do proletariado só são legalmente reconhecidas se observam os limites que o direito e a ideologia jurídica estabelecem. Assim, a greve só se transforma em direito de greve se os trabalhadores aceitam os termos que a ela emprestam licitude: a greve não pode desorganizar a produção colocando em risco o processo do capital, questionando, portanto, a dominação burguesa dos meios de produção´´.

ofensiva dos trabalhadores, ação extraparlamentar, etc.) são encorajadas como vetores maiores de humanização (FREDERICO, 1995).

A PNH, certamente, parte e repousa predominantemente na política institucional, e por isso, tem o seu potencial de humanização diminuído. Tempos melhores virão quando movimentos sociais e de trabalhadores, a partir da sociedade civil, tomarem para si a tarefa urgente de humanização do homem e da sociedade.

Consoante a isso, temos uma outra contribuição de Marx a ser retirada das *Glosas Críticas…* (2010c). Já dissertamos sobre as limitações da administração política para resolver, ou que seja equacionar corretamente, os problemas advindos da sociedade civil (as bases da própria sociedade condicionam a administração); também já nos utilizamos da distinção marxiana entre formas de Estado e a essência dele; agora, partindo do mesmo texto (2010c), vamos operar com a distinção feita pelo jovem Marx entre a *razão política* e a *razão social*.

Marx (2010c) critica Arnold Ruge por ele crer que o problema do trabalho e das revoltas operárias na Alemanha ocorriam devido ao fato de a Alemanha ser atrasada politicamente - ser uma monarquia absolutista de direito divino. A Alemanha, para Ruge, seria *apolítica* e isto seria o fator determinante da miséria dos trabalhadores - ou paralelamente, seria o fator determinante da desumanização do trabalho, para usarmos os termos desta dissertação. Talvez até Ruge, se tivesse tido a oportunidade de ser ministro, escreveria Cartilhas, no âmbito da política e do Estado, para tentar resolver os problemas dos trabalhadores alemães…

É respondendo a esta visão de Ruge que Marx (2010c) alinhava os argumentos que já reproduzimos, em parte, aqui. Contra Ruge e com o intuito de melhor compreender a situação do operariado e também como superar o problema da desumanização do trabalhador alemão é que Marx, na parte final das *Glosas*, distingue a razão social da razão política.

A razão política é a razão exercida por Ruge; é a mentalidade que crê que mais administração, mais política, mais laicidade estatal, mais direitos civis, etc. seriam suficientes para equacionar corretamente e resolver a questão social e a desumanização do trabalhador. Para Ruge, como dissemos, o problema da sociedade civil alemã encontrava-se radicado no Estado alemão, atrasado e feudal.

Marx (2010c) magistralmente denuncia a posição de Ruge estudando e apontando o exemplo da Inglaterra - o país mais desenvolvido politicamente,

naquela época. O exemplo da Inglaterra foi escolhido a dedo por Marx: lá eram vistos simultaneamente um alto desenvolvimento político-institucional e igualmente uma avançada e grave desumanização do homem e do trabalhador.

O problema da desumanização do trabalho não seria resolvido via política e via Estado, unicamente. Este problema, se deixado para o parlamento, para a constituição, para a vontade dos políticos e para os técnicos da burocracia, etc. não seria nunca manejado a contento e efetivamente. A razão política, diz Marx (2010c), é *incapaz* de desvelar a fonte da miséria social e da desumanização do trabalho - uma afirmação profética se considerarmos o corpo teórico da PNH, este nosso objeto.

Por isso mesmo, Marx (2010c) ensina também que os trabalhadores não deveriam ser tomados pela *razão política* - lição incrivelmente atual para os nossos dias e para o problema da humanização do trabalho. A razão política, acrescenta Marx (2010c), está presa nas *formas de Estado*, procurando uma forma particular ao invés de outras (formas ´´mais civilizadas´´ do Estado político). Como já apontamos, na teoria marxiana o problema do Estado é a sua *essência*.

A razão política, sozinha e nela mesma, é insuficiente e unilateral; ela, diz Marx (2010a), e tal e qual a PNH, pensa estritamente dentro dos limites da política; ela ainda está refém do antagonismo e da opressão da classe dirigente. A *revolução social* - inspirada pela razão social e pelas condições objetivas -, por outro lado, possui as características que Marx (2010c, p. 76, 77) define da seguinte maneira:

> Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque - mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada [...]. Ao contrário, a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do poder. O seu ponto de vista é aquele do Estado, de uma totalidade abstrata, que subsiste apenas através da separação da vida real, que é impensável sem o antagonismo organizado entre a ideia geral e a existência individual do homem. Por isso, uma revolução com alma política organiza também, de acordo com a natureza limitada e discorde dessa alma, um círculo dirigente na sociedade às custas da sociedade.

A *vida desumanizada* pode ser superada, não a partir da totalidade abstrata do Estado, mas sim a partir da revolução social que abarque a totalidade da sociedade. Não é uma tarefa fácil, obviamente; porém é uma possibilidade histórica.

Se a burguesia revolucionou o mundo, transformando toda a vida social, por que não seria possível a classe trabalhadora fazer o mesmo?

Tonet (2010) ao comentar o texto marxiano - *Glosas Críticas…* - reafirma que a revolução social comunista não é a construção de um novo Estado; de um ´´Estado proletário´´ ou de um, acrescentamos, ´´Estado humanizado´´. Não é a troca da política por uma outra, *mas é o fim dela*, trata-se do fim do poder político enquanto tal.

Numa sociedade sem classes, ancorada no trabalho associado, não há motivo para a existência do Estado e da política. É nesta sociedade que a *vida desumanizada* é superada. Vemos, portanto, que para a razão social (ou intelecto social) as categorias totalidade e revolução são muito importantes e fazem parte de seu conteúdo (TONET, 2010).

E também constatamos que a humanização da PNH é restrita (porque trabalha a partir do restrito intelecto político) diante da abrangente e ampliada humanização marxiana, que concebe o homem e a sociedade a partir da razão social - ou, do intelecto social. Desta forma, a *política de humanização oferece uma humanização política* - com as limitações próprias da emancipação política e da razão política.

Ainda que se possa verificar progressos relativos, possíveis no aqui e agora, e localizados nos serviços de saúde, esperar maiores graus de humanização apelando para o campo do direito, da política, do Estado - como o faz a PNH - é um caminho ilusório; porque a humanização substantiva requer justamente o fim do direito, da política e do Estado.

Os textos oficiais da PNH se vangloriam por ter tornado a política de humanização cada vez mais abrangente - mais *transversal* (BRASIL, 2010a). A humanização foi sendo ampliada dentro da política até ser uma política transversal. O objetivo correto e essencial, porém, é ampliá-la *para além da política*.

Ou seja, as ações em torno da humanização foram se diversificando e se disseminando nos vários pontos de atenção e gestão do SUS, rumo à transversalização da PNH. Infelizmente, esse alcance não extrapolou justamente o que poderia ser seu objetivo mais central, o de promover um debate e uma mobilização que extrapolasse a esfera da política setorial-institucional. A humanização tornar-se-á substantiva somente quando ela se transformar num

anseio coletivo da classe trabalhadora, humanização na/da vida cotidiana e concreta, dentro mas sobretudo ´´fora do SUS´´.

Se isto ocorrer, temos a *superação dialética das políticas de humanização*. E a superação dialética nos seus três sentidos[49]:

a) A *negação* do seu aspecto político, formal, idealista e conservador;
b) A *conservação* do seu ideário humanista, de sua crença na capacidade do homem de ser valorizado e dignificado; e
c) A *elevação* da política de humanização para a humanização social, sem política, uma humanização superior, mais complexa e prenhe de novos sentidos e novas possibilidades: a humanização de toda a sociedade civil.

- *Tópico III: O problema imposto à PNH pelas categorias da totalidade e da individuação*

Campos (2005, p. 399), após dar a entender que o conceito de humanização, assim como o da integralidade, é muito amplo e qualquer coisa pode ser dita sobre ele, faz a seguinte opção - ou para usar um termo repetido na área, *aposta* - pelo valor da política de humanização na saúde:

> De qualquer modo, sinto-me atraído pela utilização do conceito-síntese Humanização. Isto porque ele fala diretamente sobre os seres humanos e parece-me que um dos grandes problemas da lógica dominante contemporânea é o esquecimento das pessoas. Políticas econômicas têm sido avaliadas de acordo com sua capacidade de produzir crescimento ou estabilidade monetária e não necessariamente de melhorar as condições de vida das pessoas. A ordenação do espaço urbano há muito deixou de lado a preocupação com o bem-estar das pessoas. Em saúde é comum a redução de pessoas a objetos a serem manipulados pela clínica ou pela saúde pública.

O autor retrata que a desumanização do homem ocorre em diversos âmbitos ou lugares sociais: economia, planejamento urbano e, é claro, no setor saúde. Portanto, *trata-se de um fenômeno generalizado* e não circunscrito ao campo dos

[49] Discorremos sobre a superação dialética e sobre os seus três simultâneos sentidos no Capítulo 01 da presente dissertação.

serviços de saúde. Qual a causa deste fenômeno e qual a causa do fato de ele ser generalizado? Campos (2005, p. 399) menciona uma tal de *lógica dominante contemporânea*.

A desumanização, então, seria um problema de *lógica*. A nosso ver, o problema da desumanização e de sua vasta extensão podem ser retratados de forma mais exata se considerarmos a subjetividade (lógica) a partir do referencial marxiano: a realidade objetiva e a realidade subjetiva, em determinação recíproca, porém, na maior parte do tempo, com prioridade para a realidade objetiva. Há a primazia desta última, ou dito de outra forma, *a realidade social objetiva costuma ser o polo regente da subjetividade*.

Conforme Campos (2005) reconhece, a desumanização é um fenômeno generalizado. Na área da saúde, especificamente, são apontadas como causas da desumanização a clínica médica tradicional e também os desequilíbrios de poder que envolvem a relação entre um doente fragilizado por sua doença e um profissional detentor de um poder/saber[50].

Fora da área da saúde, áreas em que não ocorrem as causas supramencionadas, quais seriam as causas da desumanização? Seria o *modelo biomédico* o componente central da causalidade que explica as guerras, os assassinatos, a banalidade do mal, a exploração de classe, a violência de gênero, etc.? Cada setor da vida social ou cada âmbito da sociedade possui suas próprias e específicas causas da desumanização do homem? Ou há causas da desumanização essenciais e comuns para toda a sociedade?

Sendo a própria sociedade entendida, de acordo com o pensamento marxista, como uma "unidade diversa" (e não um caos fragmentário sem unidade nem, por outro lado, uma unidade homogênea); ou sendo ela entendida como um "complexo de complexos" (LESSA; TONET, 2011); ou então, como uma totalidade que abrange partes que possuem especificidades, porém, essas não anulam a vinculação orgânica das partes para com o todo e a determinação maior realizada pelo todo[51] (TONET, 2013).

---

[50] Estendemo-nos longamente sobre estas ´´causalidades´´ para a desumanização na saúde no Capítulo 04 do presente trabalho. A nossa visão, materialista e histórica, sobre estas causalidades será fornecida mais adiante, no Tópico V: Uma releitura crítica do Documento Base e das Cartilhas após o desvelamento dos problemas impostos à PNH.

[51] Tonet (2013, p. 96, 97) comenta a questão da prioridade ontológica da totalidade sobre as partes da seguinte forma: ´´Totalidade, porém, na perspectiva marxiana, expressa o fato de

Assim, podemos afirmar que existem causas comuns para a desumanização para toda a sociedade, ao mesmo tempo em que cada parcela da sociedade manifesta a sua desumanização com algumas particularidades próprias e específicas, particularidades estas que são formas de manifestação da desumanização anterior, da desumanização atrelada ao conjunto da vida social.

Desta forma, a realidade social capitalista, *in totum*, condiciona a formação da subjetividade e das formas atuais das relações humanas. É tal e qual nos diz Gomes[52] (2017, p. 34, 35):

> Ainda na dimensão da reprodução social, cabe destacar a influência dos modos de produção material da vida sobre a esfera da consciência, das ideias e valores morais, políticos e ideológicos. O predomínio, por exemplo, de valores individualistas em nossa sociedade decorre da dinâmica mercantil capitalista, fundamentada na concorrência, inclusive entre os portadores da força de trabalho. Isso configura um processo destrutivo da saúde na esfera do cotidiano e da vida político-ideológica, pois reduz os laços de solidariedade fundamentais para que os indivíduos conquistem direitos coletivos e estabeleçam condições promotoras de saúde.

Ao afirmar as enormes diferenças entre as relações de uma pedra e o mundo físico e, por outro lado, as relações, mais complexas e mediadas, entre um indivíduo e a humanidade, Lessa (2016, p. 34) reitera que tais diferenças não infirmam:

> [...] aquela afirmação ontológica de caráter mais geral: nada existe fora de relações com a totalidade do ser. Em poucas palavras, o ser é uma categoria cujo caráter de totalidade é ineliminável e tudo que existe o faz no interior (e em relação, portanto) com esta totalidade.

A categoria da totalidade, herdada do hegelianismo, é uma categoria fundamental para o Materialismo Histórico de Marx. Por meio dela, percebe-se a

---

que a realidade social é um conjunto articulado de partes. Cada uma dessas partes é, em si mesma, uma totalidade, de maior ou menor complexidade, mas jamais absolutamente simples. Expressa ainda o fato de que as partes que constituem cada um desses conjuntos se determinam reciprocamente e que sua natureza é resultado de uma permanente processualidade. *Expressa também o fato de que há uma relação dialética entre o todo e as partes, sendo, porém, o todo o momento determinante*.´´ (grifos nossos).

[52] Ou, nas palavras de Frederico (1995, p. 150, 151): ´´Como um valor que se expande e como uma relação social contraditória, o capital é uma força material objetiva, que impõe um determinado tipo de relacionamento entre os homens, é um universal que impregna todos os poros da vida social, que tudo interliga e põe em movimento´´.

relação orgânica existente entre o singular e o universal: entre a vida individual e a vida social; entre a subjetividade privada e o espírito da época; entre o trabalho de cada homem e o modo de reprodução capitalista e, devemos acrescentar, entre a desumanização vista no setor saúde e a desumanização vista na sociedade como um todo, na sociedade capitalista.

Resta como corolário lógico o fato de que, para o Materialismo Histórico, é impensável pensar a humanização da parte sem ser humanizado o todo; ou dito de outro modo, propor a humanização das relações sociais entre trabalhadores da saúde e usuários sem propor a humanização da sociedade - burguesa - na sua totalidade. O materialismo de Marx não atomiza os setores da sociedade, criando mônadas independentes, nem fragmenta um grupo de pessoas da determinação sócio-histórica.

Estas considerações acerca da totalidade social capitalista e o seu franco condicionamento sobre os indivíduos inspira reflexões também na área da Psicologia, ou pelo menos, nas perspectivas críticas da Psicologia. Diferente da Psicologia essencialista, a qual eterniza a natureza humana e fixa-a nos céus, ao lado dos anjos (a alma…), ou na Natureza, ao lado das abelhas, dos cães e das bestas, a Psicologia Sócio-Histórica sabe que não há individuação formada sem o social.

Mas não um social abstrato ou sumarizado à presença imediata de outros indivíduos. O indivíduo se organiza a partir de um social específico, determinado histórico e materialmente. Se outro fosse ´´o social´´, outro seria o indivíduo. Como diz Lessa (2016, p. 98) ´´é o movimento evolutivo do gênero humano, enquanto totalidade, que se constitui no impulso fundante e no momento predominante do processo de individuação´´. Assim, vemos a vinculação orgânica entre totalidade e individuação.

A individuação hoje ocorre sob a totalidade social capitalista. A essência histórica do homem, do homem inserido na sociedade do Capital, é a essência de "um proprietário privado que se relaciona com os outros pela mediação dos seus interesses egoístas" (LESSA, 2016, p. 11). Esta é a *essência do homem capitalista*, a qual não deve ser confundida com uma pressuposta *essência capitalista do homem* - suposição essa feita secularmente pelo liberalismo e seus pensadores, de Smith até Hayek.

O assim denominado ´´individualismo burguês´´ é marca característica da individuação do homem moderno. Com o intuito de compreender melhor este ponto, desenvolvemos algumas considerações sobre o processo histórico-social da *individuação*.

Segundo Tonet (2013), o processo de individuação é aquele por meio do qual o ser humano singular torna-se um indivíduo. A individuação é sempre um processo histórico e social, pois faz referência à incorporação gradativa, por parte de um indivíduo, das objetivações que são patrimônio do gênero humano e, portanto, socialmente construídas. Assim ocorre a subjetivação das objetivações humanas.

A individuação sendo um processo eminentemente histórico não ocorreu de maneira uniforme ao longo da história da humanidade. Não é um processo linear. Tonet (2013) aduz que, grosso modo, a individuação passou por dois grandes momentos. O primeiro vai desde o surgimento da humanidade até o final da Idade Média. Neste longo período, na relação entre indivíduo e comunidade, era a comunidade o polo regente e não predominavam os interesses individuais.

Sobre esta prioridade da comunidade, Tonet (2013, p. 32, 33) relata que:

> Embora de forma extremamente diversa, tanto na comunidade primitiva, quanto no escravismo e no feudalismo, a situação material (o ainda insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, a estreita dependência em relação à natureza, a necessidade de somar forças com os outros para ter acesso aos bens materiais), e as concepções de mundo, as ideias e os valores impunham aos indivíduos singulares uma dependência muito grande em relação à comunidade. Era, pois, o pertencimento à comunidade que dava sentido à vida do indivíduo.

Como vemos, a predominância da comunidade assentou-se em bases objetivas e materiais, com as suas repercussões ideais - na consciência dos membros da comunidade. Com o desenvolvimento das forças produtivas e com a complexificação da vida social, grandes modificações foram realizadas, e então entramos no segundo período da história da individuação.

Este segundo período compreende todo o período em que a humanidade vive sob o capitalismo. É neste período que a relação indivíduo, por um lado, e comunidade, por outro, sofreu profundas transformações. Sobre este período histórico e sobre a prioridade do indivíduo em detrimento da comunidade, Tonet (2013, p. 33) assevera que:

> [...] o capitalismo exige indivíduos livres, isto é, que tenham a possibilidade de realizar aquele ato de compra-e-venda de força de trabalho com todas as consequências que dele brotam. Deste modo, a busca do interesse particular se torna o eixo desta nova forma de sociabilidade. Como, porém, esta é uma sociedade muito mais complexa do que as anteriores, ela também exige indivíduos mais complexos. Porém, não apenas isso, mas indivíduos que, na busca do seu interesse particular, sobreponham esse interesse ao da comunidade. Temos, aí, portanto, uma forma particular do processo de individuação. Um processo no qual o ser humano singular se torna o eixo da vida social, sendo o interesse comum subsumido ao interesse individual. Trata-se, pois, de um processo de individuação individualista.

O individualismo burguês é a categoria que se refere a este modo de individuação, a este modo de *individuação individualista*. Todos os dias a vida privada é antagonicamente contraposta à vida genérica. No capitalismo, o impulso determinante na vida das pessoas está substanciado na procura permanente de interesses privados imediatos (LESSA, 2016).

A situação desumanizadora decorrente também do individualismo burguês é tal e qual dita por Lessa (2016, p. 106): ´´[...] a existência humana é reduzida à sua faceta menos humana: ou ser mero cofre para acumular capital ou, então, ser banido da civilização humana, reduzindo-se à disputa por um pedaço de pão´´.

Na sociedade do Capital, a emergência do individualismo burguês é uma forma essencial de ser, forma de ser necessária para a reprodução desta forma de sociedade. O homem torna-se essencialmente um *guardião de mercadorias* (LESSA, 2021). Nesta condição, cada um desdobra a sua existência, numa luta com os demais, para acumular riqueza ou para sobreviver perante condições miseráveis de vida.

Frederico (1995) lembra que Adam Smith havia denominado a sociedade humana como uma *sociedade comerciante*, na qual cada homem era um *comerciante*. Na teoria econômica de Smith, comenta Frederico (1995), o homem figura enquanto um ser egoísta, que mantém relações friamente mercantis com o gênero humano, visando os outros como meio para alcançar o interesse privado.

Marx (2010a) critica a posição de Smith pelo fato de este ter naturalizado no homem uma essência mercantil e egoísta. Marx denuncia, dessa forma, que a Economia Política inglesa possuía uma antropologia não explicitada, uma doutrina sobre a natureza humana que lhe servia de pressuposto e fundamento. Para Marx

(2010a), esta essência mercantil e egoísta era datada, correspondia à sociedade burguesa, e absolutamente não era uma essência universal e apriorística.

Marx contrapõe à *sociedade mercantil do homem comerciante* um outro tipo de sociedade. Conforme nos diz Frederico (1995, p. 135):

> Contra a *sociedade mercantil* descrita pelos economistas, Marx opõe a *comunidade humana*. A primeira é o reino da alienação e do estranhamento, constituída por homens egoístas, que vêem seu relacionamento com a espécie como se fosse uma relação comercial. Essa sociedade do homem alienado é "a caricatura de sua *comunidade real*, de sua verdadeira vida genérica[53]". A segunda, a *comunidade humana*, é aquela em que as relações humanas não estão alienadas e, portanto, podem-se dar diretamente como relações em que o indivíduo e a espécie convivem em harmonia (grifos do autor).

Vemos, desta forma, que para o pensador alemão o individualismo burguês era suprimível. Assim como eram as demais categorias negativas (alienação, reificação, etc.) de que tratamos.

Apontamos para a determinação ampla e social da desumanização do homem. A totalidade social é desumanizadora. A totalidade determina relações sociais desumanizadas. E em cada parte da vida social esta desumanização manifesta-se, ainda que determinada pela totalidade, com as suas particularidades. A desumanização vista no setor saúde é uma forma particular da desumanização humana generalizada. Assim, na saúde, temos enquanto manifestações particulares (BRASIL, 2004, p. 05):

> O baixo investimento na qualificação dos trabalhadores, especialmente no que se refere à gestão participativa e ao trabalho em equipe, diminui a possibilidade de um processo crítico e comprometido com as práticas de saúde e com os usuários em suas diferentes necessidades. Há poucos dispositivos de fomento à co-gestão, à valorização e à inclusão dos trabalhadores e usuários no processo de produção de saúde, com forte desrespeito aos seus direitos. Um processo de gestão com tais características é acompanhado de modos de atenção baseados - grande parte das vezes - na relação queixa-conduta, automatizando-se o contato entre trabalhadores e usuários, fortalecendo um olhar sobre a doença e, sobretudo, não estabelecendo o vínculo fundamental que

[53] Encontra-se entre aspas porque Celso Frederico cita esta passagem retirada dos *Cadernos de Paris*, de Marx.

> permite, efetivamente, a responsabilidade sanitária que constitui o ato de saúde.

Baixa qualificação dos trabalhadores de saúde; escassez de participação social; trabalho em saúde fragmentado entre trabalhadores fragmentados; desvalorização das necessidades de saúde; contato automatizado entre trabalhadores e usuários; falta de ´´vínculo fundamental´´ nas relações humanas no setor saúde. Nestas particularidades se manifesta a alienação, a coisificação, o individualismo, etc. presentes na totalidade social capitalista. Não poderia ser diferente, visto que *a totalidade possui prioridade ontológica sobre as suas diferentes partes* (NETTO, 2011a; TONET, 2013).

A individuação individualista determinada socialmente pela totalidade capitalista é um fortíssimo empuxo contrário às propostas de acolhimento, solidariedade, escuta qualificada, fomento à grupalidade, valorização da alteridade, etc. propostas estas que figuram na PNH. O individualismo burguês é um sério entrave para as relações sociais verdadeiramente humanas[54].

Uma última observação antes de concluir este Tópico. A totalidade social porta e determina as tendências gerais de uma época ou, simplesmente, macrotendências. Pelo fato da totalidade social ser complexa, constituída de partes diversas e também portar contradições, além das macrotendências dominantes existem microtendências que procuram fazer frente às macrotendências.

Carlos Nelson Coutinho (1981, n.p) comentando um livro de José Netto, afirma o seguinte:

> Há, no livro de J. Paulo Netto, algumas colocações com as quais não estou plenamente de acordo. Por exemplo: eu teria preferido que, na última parte, ele indicasse de modo mais preciso - segundo, aliás, uma tradição metodológica limpidamente marxiana - a presença das contratendências que se opõem à extensão e triunfo dos fenômenos da reificação.

[54] Mais palavras serão dispensadas sobre o individualismo, a sua relação com o liberalismo, com a Psicologia e as suas repercussões nefastas, mais adiante, no Tópico VI do presente trabalho.

Da mesma forma podemos abordar a proposta oficial de humanização do setor saúde. Explicitamos: a própria PNH pode ser vista como uma das ´´contratendências que se opõem à extensão e triunfo dos fenômenos de reificação´´.

Em outras palavras, *mutatis mutandis*, os teóricos da PNH também já afirmaram isso. A política de humanização é uma tentativa de se efetuar contratendência em face da coisificação do homem. Essa ideia já foi dita explicitamente por Campos (2005) e por Pasche e Passos (2008). É da produção destes últimos autores (2008, p. 95) que transcrevemos o seguinte: "Dessa forma, a PNH, entre outros, se impõe como força de resistência ao atual projeto hegemônico de sociedade que menospreza a capacidade inventiva e autônoma dos sujeitos".

E também, mais adiante no mesmo artigo, e ao comentarem os aspectos que tornariam a PNH uma ação estatal necessária, Pasche e Passos (2008, p. 97) teorizam sobre a "importância da construção de redes de cuidados compartilhados, em contraste com o mundo contemporâneo caracterizado pelo individualismo e pela competição geradora de disputas".

Julgamos que esta diferenciação entre microtendência e macrotendência seja interessante. Pelo fato de darmos primazia à sociedade civil como um todo; à sociabilidade fundada e embasada pelas relações capitalistas de produção; damos a esse aspecto sócio-histórico o nome de *macrotendência*. Diante da tendência generalizada, total, se insurgem microtendências que buscam aplacar a coisificação gerada a partir da totalidade social.

A PNH é uma microtendência. Ela se junta a outras microtendências que procuram humanizar as relações sociais: alguns movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que representam a classe trabalhadora, grupos religiosos, teologia da libertação, filosofia da libertação, organizações não governamentais e, também, políticas sociais voltadas a combater as barbáries produzidas quando os interesses do Capital desrespeitam a vida.

Justamente pelo fato de ser, dentre outras, uma microtendência, enfatizamos as limitações de alcance da PNH. Acrescentamos também o modo pelo qual ela busca humanizar pessoas e práticas, esquecendo-se da importância de transformar as bases - desumanizantes - da própria sociedade civil. O modo de produção, de distribuição, de troca, de consumo e de subjetivação capitalistas exercem um papel

que não se pode ignorar ou menosprezar quando o assunto é a humanização das relações humanas.

Óbvio que cada movimento de ´´humanização´´ tem suas especificidades. Outrossim, procura concretizar essa humanização de diferentes formas, utilizando-se de estratégias diferentes. Para o pensamento marxista, que se insurge diante do hegemônico capitalismo, faz-se necessário para a humanização substantiva a devida superação do próprio capitalismo.

- *Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria*

Defendemos que há causas comuns e essenciais da desumanização para toda a sociedade e isso não anula o fato de cada parte desta sociedade (como o setor saúde) possuir algumas especificidades em relação a esta desumanização generalizada e anterior. Para abarcar esta desumanização recorremos, também, às categorias marxianas e marxistas de alienação, coisificação e fetichismo da mercadoria.

Uma das categorias do marxismo mais elucidadoras do ceticismo em relação ao potencial humanizador do Capital é a categoria *alienação*. Esse termo já estava presente na filosofia alemã em Feuerbach, Hegel e Fichte e adquiriu sentidos novos em Marx. A palavra em alemão, tal como ensina o prefaciador de *A Sagrada Família* sob edição da Boitempo (2015), carrega a ideia de estranhamento, movimento de remeter para fora, expulsão e esvaziamento, uma ação de transferência.

Em seu *dicionário do pensamento marxista,* Bottomore (1988) traz a noção de que a alienação, resumindo um verbete bastante longo, corresponde à ação ou estado no qual o indivíduo ou um grupo se tornam alheios na relação com a) os produtos de sua atividade, b) a própria atividade, c) a natureza na qual se vive, d) outros seres humanos, e) si mesmo e, d) o próprio gênero humano e sua cultura material e imaterial.

O homem é o criador de toda a realidade social (religião, poder público, técnica, mercadorias, etc.) e cada indivíduo contribui nesse sentido, segundo as suas condições. O homem é um ser objetivo e que se objetiva no mundo, se

exterioriza e por meio do trabalho deixa a sua marca objetiva no mundo e nas instituições, nos outros e na cultura.

A alienação, diz Bottomore (1988, p. 20), ocorre quando ´´os objetos produzidos tornam-se alheios ao produtor´´, quando o criador não se reconhece na produção de suas mãos e de sua mentalidade. Existe, dessa forma, a ruptura de consciência e apropriação entre produtor e produto; entre criatura e criador; entre trabalhador e mercadoria (essa mesma produzida por ele porém pertencente a terceiros).

Como está no referido dicionário (1988, p. 21), ainda sobre o estranhamento e, agora, a *fetichização* do produto e a dominação da coisa criada sobre o homem ´´há muitas formas nas quais o homem aliena de si mesmo os produtos de sua atividade e faz deles um mundo de objetos separado, independente e poderoso, com o qual se relaciona como um escravo, impotente e dependente´´.

Erich Fromm (1967) foi um dos primeiros a apontar a semelhança entre o conceito de alienação no marxismo e o conceito de idolatria no Antigo Testamento da Bíblia. O salmista bíblico parecia espantado sobre como o homem pode adorar e servir objetos de suas próprias mãos, objetos inanimados[55], assim como os marxistas vêem a contradição que há pelo fato de haver guerras, exploração de classe, miséria socialmente produzida, etc. porque os homens encontram-se submissos a objetos inanimados, a criaturas de suas próprias mãos (dinheiro, Capital, propriedade privada, mercadoria).

A sociedade capitalista mantém a relação alienada entre homem e Deus, entre o homem e a moral vigente, e o Estado, as leis. O trabalho muitas vezes é sentido como mera obrigação para a sobrevivência física, sentido com o tal do estranhamento. Para Marx e Engels, somente na revolução comunista a humanidade seria desalienada e alcançaria a emancipação humana. Após essa explanação da natureza da alienação pode-se entender melhor a conhecida afirmação marxiana (2010b, p. 54): *Toda emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem.*

[55] É dessa forma que o Salmo 115: 4-8 denuncia a idolatria: ´´Os ídolos deles são prata e ouro, obra das mãos dos homens. Têm boca, mas não falam; têm olhos, mas não vêem; têm ouvidos, mas não ouvem; nariz têm, mas não cheiram. Têm mãos, mas não apalpam; têm pés, mas não andam; nem som algum sai da sua garganta. Tornem-se semelhantes a eles os que os fazem e todos os que neles confiam´´ (BÍBLIA, 2007).

A luta contra a alienação foi, de fato, a meta que o jovem Marx (2013b) colocou para si, para o seu projeto de vida. Sabemos da influência que a leitura de Feuerbach causou no espírito do nosso autor. Porém, Marx não se contentaria, à semelhança de Feuerbach, em criticar a alienação religiosa. A alienação religiosa era verdadeira mas insuficiente.

O rico e complexo conceito de alienação seria estendido para vários outros campos da vida social. Marx (2013b, p. 152), em sua juventude, já havia estabelecido para si mesmo que ´´a crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política´´. Se Feuerbach se preocupou com a alienação religiosa, Marx dedicou a sua obra para a alienação política, social, laboral, humana…

Com o conceito expandido, o jovem Marx pôde manuseá-lo para criticar as desumanidades de seu tempo. O nosso autor, já nos seus textos de juventude[56], logo percebeu que a alienação é a negação do humano; é a negação do ser humano socialmente posta e fixada, parafraseando Lessa (2016, p. 112).

Em seus célebres *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (2010a), no capítulo sobre trabalho alienado e propriedade privada, desenvolve o conceito de alienação - ou estranhamento, a depender da tradução - em quatro dimensões. A seguir sumarizamos cada uma delas:

1- Alienação do produto do trabalho. O produto das mãos do trabalhador lhe é retirado e passa a ser um objeto - uma mercadoria - com vida própria e independente de quem o produziu; o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho; o criador não se vê em sua criatura; o produto do trabalho torna-se, assim, um objeto estranho.

2- Alienação da atividade ou da produção. O processo de trabalho, em si, pertence a outro e está fora do controle do trabalhador; a atividade em si não desenvolve a energia física e mental livre do trabalhador mas impede-a; a produção não se destina à satisfação das necessidades do trabalhador, mas é sim apenas um

[56] Textos tais como: Sobre a questão judaica (2010b), Manuscritos Econômico-Filosóficos (2010a) e, posteriormente, A ideologia alemã (2001). *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*, de Celso Frederico (1995), é um livro interessante sobre as obras juvenis de Marx, enfocando o período de 1843 e 1844. Neste livro, considerações adicionais são dadas sobre a categoria da alienação e sua relação com a filosofia de Feuerbach.

meio para satisfazer necessidades externas ao momento da produção; parafraseando Marx (2010a), o trabalhador está em casa quando não está no trabalho e está no trabalho quando não está em casa. Assim, ´´o seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*´´ (MARX, 2010a, p. 83, grifos do autor).

3- Alienação do seu ser genérico. O homem, na sociedade industrial, não reconhece a sua essência humana, nem na humanidade como um todo e também não nos outros particulares; a vida em sociedade passa a ser um meio e não um fim em si mesmo; esta alienação do seu ser genérico e total faz do homem individualista e egoísta; perde-se a noção da unidade do ser social; o outro passa a ser um outro estranho que lhe domina em seu trabalho ou que é responsável por lhe fazer aumentar a propriedade coisal. E também o desenvolvimento genérico do ser do homem, em todas as suas potencialidades e direções, vê-se em muitos aspectos impedido pelo seu trabalho e cotidiano estranhados[57].

4- Alienação da natureza. O homem, sobretudo o trabalhador, se aliena também da realidade não-humana, da realidade física e material que existe desde antes dele surgir na face da Terra. Exemplos disso é que: a) os meios e os objetos - portanto, a natureza - do trabalho não pertencem ao trabalhador, ainda que todos necessitam deles para trabalhar e, b) a moradia, as vestes, a alimentação - portanto, a natureza - são retiradas do trabalhador e lhe são fornecidas, muitas vezes de forma precária, à medida que trabalha e, se não trabalha, esta porção da natureza de que necessita para a sua subsistência física lhe é peremptoriamente negada.

Vemos que estes processos de alienação são fundamentais para se compreender a desumanização do homem e das relações sociais. Já na via

[57] Numa das passagens belíssimas dos Manuscritos, Marx (2010a, p. 82) diz: ´´Quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador´´.

contrária, os processos de *desalienação* são fundamentais e necessários para a humanização do homem e de suas sociedades.

Na Cartilha da PNH sobre *Gestão Participativa e Cogestão* (BRASIL, 2009a), é ensaiada uma breve ´´teoria do trabalho´´ - teoria na qual aparece a ideia de alienação. Assim a PNH (BRASIL, 2009a, p. 18, 19) representa a alienação do trabalho:

> Em primeiro lugar, uma produção subjetiva, forjada sobre a incapacidade de realização, produz uma "infantilização" dos trabalhadores. A isto se agrega a renúncia em participar de processos de criação, transformando o trabalho em lugar de repetição, de produção em série, de realização daquilo que foi pensado em outro lugar. A consequência imediata disto é a diminuição/destituição do sentido do trabalho, que tende, então, a ser realizado de forma mecânica, repetitiva e desconectada de um processo global de produção: produzem-se partes, cujas conexões não são sabidas. Assim, a fragmentação dos processos de trabalho tende a manter os trabalhadores em posição sempre defasada ao todo da tarefa, cujo sentido não é conhecido. Alienação, renúncia, trabalho como repetição, não como espaço de criação. Trabalho como constrangimento à vontade humana. Trabalho destituído de sua potência instituinte. Trabalho mortífero!

Lá é dito também que é próprio do trabalho alguma alienação do produto e da atividade do trabalho. Isto já nos parece uma naturalização da essência histórica da alienação e uma afirmação de que o trabalho será necessariamente para todo o sempre alienado.

Na mesma Cartilha (BRASIL, 2009a) também se aposta nas inovações da *gestão do trabalho em saúde* como meio para tornar o trabalho mais significativo. É preciso indagar, contudo: o problema da alienação do trabalho em saúde pode ser devidamente equacionado e combatido pela gestão do trabalho em saúde? O problema da alienação do trabalho pode ser corretamente equacionado no campo da gestão do trabalho?

Devemos dizer que a PNH (BRASIL, 2009a) reconhece os motivos de a vigente e adoecedora ´´gestão tradicional´´ do trabalho ser como é: o motivo é a ´´reprodução privada de capital´´ (p. 20). Porém a PNH, curiosamente, acredita que a gestão do trabalho *em saúde* poderá ao mesmo tempo ter e trazer mudanças significativas ao trabalho em saúde mesmo quando mantidas a acumulação, a

mercadoria, o capitalismo; mesmo quando mantida a sociedade da ´´reprodução privada de capital´´. Enquanto houver capitalismo, a gestão do trabalho será adoecedora - dentro e fora dos muros dos equipamentos de saúde.

Assim, a ideia de que todos devem ser "gestores de seus processos de trabalho" (BRASIL, 2009a, p. 24) é uma ideia que não será concretizada enquanto houver o sistema do Capital - porque este produz necessariamente o trabalho alienado e estranhado. Daí o nosso pessimismo sobre a proposta da PNH de substituir a *oligo-gestão* (poucos gerem o trabalho e muitos apenas executam) por uma *gestão ampliada*.

A Cartilha da PNH (BRASIL, 2009a) reconhece que é o Capital que traz esta marca essencialmente danosa para a gestão do trabalho. Porém, a proposta que segue não são transformações estruturais no regime do Capital, possíveis de serem realizadas, mas sim a qualificação da gestão do trabalho sob o Capital, impossível de ser realizada. A Cartilha assume nas entrelinhas que o Capital é danoso, mas contra ele não podemos nada. Vamos criar ´´dispositivos´´ e ´´arranjos´´ para, sob o Capital, tentar reduzir a alienação produzida pelo Capital!

É desta forma que a PNH propõe uma solução setorialista - uma nova gestão do trabalho *em saúde* - para características particulares do trabalho em saúde que são determinadas por determinações sociais gerais. Ao longo da dissertação, dissemos que uma das falhas da PNH é o seu setorialismo. Aqui, o caso parece se repetir. E mesmo quando a PNH fala de *transformação nos modos de organização do trabalho* (BRASIL, 2008b) ela circunscreve-se parcelarmente no SUS. Isto não é suficiente, nem mesmo é possível.

O dia-a-dia é o grande *locus* de reprodução da alienação. Um estudioso da Teoria Histórico-Crítica no Brasil, Newton Duarte, utilizou-se da teoria do cotidiano da filósofa marxista Agnes Heller para fundamentar suas reflexões acerca da realidade educacional alienada. Pensamos ser possível fazer o mesmo na área do trabalho em saúde e Saúde Coletiva.

Duarte (2006, p. 101) descreve desta maneira a esfera da vida cotidiana e o seu funcionamento:

> A vida cotidiana é constituída por atividades heterogêneas, realizadas de forma pragmática, espontânea, quase automática,

> atividades essas apoiadas sempre em um conhecimento puramente pragmático e cujas chances de êxito ou de fracasso são avaliadas de acordo com o grau de importância dos resultados, sendo que as pessoas procuram economizar energia, pensamento e tempo, utilizam-se de analogias e experiências anteriores para enquadrarem as situações em esquemas generalizantes e as outras pessoas em estereótipos. Todas as pessoas aprendem desde sua infância a se adaptarem à vida cotidiana agindo dessa forma. Entretanto, essa aprendizagem, que é indispensável à formação de todo ser humano, pode tornar-se problemática quando as relações sociais fetichizadas impedem as pessoas de superarem a naturalidade da vida cotidiana resultando na transposição de sua estrutura e sua dinâmica para outras esferas da vida social.

A vida comum, habitual e cotidiana possui forte tendência a fazer com que os indivíduos operem a naturalização do *status quo*, como se a presente realidade social fosse a única possível e imaginável. O trabalho na área da saúde pode tornar-se bastante alienante (e portanto, pouco humanizado e pouco emancipado) se se incorre neste pragmatismo, utilitarismo e automatismo próprios da esfera cotidiana da vida.

Duarte (2006) seguindo Agnes Heller enfatiza a reprodução da alienação pela vida cotidiana. É necessária a apropriação da *esfera não cotidiana* (Filosofia, Ciência, Artes, etc.) para se romper com a ditadura e a pequeneza da cotidianidade e de seus hábitos práticos e mentais. A teoria marxista e o seu arcabouço conceitual dissolvem esses esquemas do senso comum, da ideologia burguesa dominante.

De acordo com Duarte (2006), o sistema capitalista faz com que haja uma prisão na esfera cotidiana e em suas implicações (a hipertrofia da vida cotidiana). Até mesmo as escolas e universidades estariam contaminadas pelo esvaziamento da reflexão e da teoria causado pelas psicologias e pedagogias conservadoras. O referido autor cita, por exemplo, a Escola Nova, a pedagogia construtivista, o pós-estruturalismo e a epistemologia da prática como vetores não críticos da prática escolar e universitária.

Sob o capitalismo, a vida cotidiana é a vida espontânea, natural e comum dos sujeitos; exerce uma influência hipnotizante e gigantesca; é o *locus* da reprodução social da alienação (DUARTE; 2006). A persuasão da cotidianidade alienada sobre o dia-a-dia institucional (inclui-se as unidades de saúde e relações travadas neste campo) faz de todos reféns da superficialidade e do imediatismo. Nada escapa à

lógica de mercado e de troca: nem as relações humanas nem o cuidado no campo da saúde.

Ainda sobre a alienação, e agora citando novamente um autor importante para esta dissertação, Gomes (2017, p. 21) diz ter oferecido, dentro da área da Saúde Coletiva e por meio de sua tese de doutoramento, uma *perspectiva adicional,* uma contribuição original para a área. Esta perspectiva consiste em incorporar a categoria marxiana/marxista da alienação aos estudos sobre a desumanização vista no setor saúde, pois:

> [...] há uma rica tradição na filosofia de vertente marxista que salienta a existência de uma significativa relação de determinação entre dinâmicas produtoras de alienação e suas expressões apreendidas na forma de desumanização das relações sociais.

Nisto estamos de acordo com o referido autor. As características sociais que produzem a alienação também são aquelas que produzem a desumanização encontrada na sociedade burguesa, como um todo, e, de forma específica, nas relações sociais circunscritas na área da saúde, entre médicos, pacientes, gestores, etc.

No livro de Gomes (2017), embora haja o uso da categoria alienação e o reconhecimento de seu caráter objetivo e, também, de que a sua conformação atual se dá por meio do capitalismo, não há o questionamento direto acerca das limitações reais da PNH em seu objetivo de humanizar as relações sociais secundarizando ou menosprezando a própria objetividade e o próprio capitalismo. Este passo teórico não foi dado por este autor.

As problemáticas da reificação, alienação e fetichismo da mercadoria se interpenetram: ao pensar numa questão adentra-se na outra e vice-versa (NETTO, 1981). Desenvolvidas algumas palavras sobre o fenômeno anterior e mais geral da alienação, passaremos a considerar também a reificação (ou coisificação) e o fetichismo da mercadoria, segundo os referenciais teóricos do marxismo.

O capitalismo é o sistema econômico no qual todas as coisas vão assumindo a qualidade e o caráter de *mercadoria*. Por toda a história, somente no capitalismo houve o superdimensionamento da mercadoria em e através de tudo e de todos. Para utilizar uma palavra cara aos teóricos da PNH, mas aplicada a outra ideia: a

lógica da mercadoria *transversaliza* nossas relações sociais. Como esclarecem Lessa e Tonet (2011, p. 64):

> O que se produz não é mais para consumo próprio, mas para vender no mercado. Deste modo, todos precisam, agora, se dirigir ao mercado (com dinheiro, claro) para adquirir os bens necessários à vida. A sociedade se converte, assim , em um enorme mercado e tudo passa a ser mercadoria . Com o amadurecimento do modo de produção capitalista, esta forma de relação social se converte no padrão de relacionamento de todos os homens entre si.

A hegemonia progressiva do capitalismo no mundo e na história significa a progressiva conversão de tudo em mercadoria. A força de trabalho também sofreu esta conversão: ela é vendida e comprada, como qualquer outro objeto ou utensílio. O trabalho e, portanto, o trabalhador, tem o seu caráter essencialmente humano negado pelo capitalismo que o transforma em coisa, em mercadoria. Assim, "fazer das pessoas coisas é o que Marx denomina processo de reificação[58] ou de coisificação" (LESSA; TONET, 2011, p. 67).

Na sequência, os autores (2011, p. 68) reiteram que "a reificação (ou coisificação) [...] é esta absurda redução do que é uma das expressões mais humanas do indivíduo, sua capacidade produtiva, a mera mercadoria, a uma coisa". A consideração do homem e de seu trabalho enquanto mercadorias traz inúmeras consequências desumanizantes. Os homens passam a ter suas potencialidades bloqueadas pelo trabalho, podendo ser ele um fator grave de desgaste e repressão.

Aqueles que não possuem os meios de produção (não são proprietários de outra coisa a não ser da própria força de trabalho) são obrigados a vender parcela importante de suas vidas aos que possuem propriedade. Sendo assim, a posse de propriedade determina a posição dos sujeitos na divisão social do trabalho; a posse de propriedade dá ao proprietário poderes vitais sobre os despossuídos e sobre a (in)capacidade destes de desfrutar dos bens e serviços produzidos socialmente (GOMES, 2017).

Tendo o trabalho o objetivo de gerar acumulação ao capitalista e sendo o próprio fruto do trabalho não usufruído pelo trabalhador, mas sim encaminhado ao mercado (como mercadoria) com o objetivo de aumentar as propriedades dos

[58] Reificação vem do latim *res*, que significa *coisa*. Outros exemplos são o de República (coisa pública) e o *res cogitans* (a coisa pensante) de René Descartes.

proprietários, o ato de trabalhar passa a desconsiderar as necessidades humanas do trabalhador e, dessa forma, o trabalho deixa de ser um terreno apropriado para a satisfação de necessidades e nutrição das potencialidades humanas (LESSA; TONET, 2011). Em outras palavras, o trabalhador coisificado encontra-se preso, em seu trabalho, na direção de produzir valor de troca ao invés de produzir valor de uso.

Um trabalho importante sobre a reificação na tradição marxista é o trabalho do marxista francês Lucien Goldmann (1979). Para introduzir esse ensaio de Goldmann, utilizamo-nos de um resumo presente no artigo de Celso Frederico intitulado *O marxismo de Lucien Goldmann.* Após rapidamente mencionar as diferenças de enfoque entre Goldmann e o Lukács de *História e Consciência de Classe*, Frederico (2005, p. 154, 155) assim sintetiza o tratamento de Goldmann sobre a temática da reificação:

> Goldmann volta-se sobretudo para “as conseqüências psíquicas e intelectuais” do fenômeno. Por isso, atém-se à análise dos efeitos da dessocialização e dessolidarização, entre os homens, produzidos pela reificação e, também, pela contra-tendência representada pela ação operária. Goldmann ilustra os efeitos desagregadores da reificação, num encadeamento crescente, a partir da formação do homo-aeconomicus, isto é, do indivíduo egoísta – típico da sociedade capitalista – que busca maximizar suas vantagens: símbolo da ruptura entre o indivíduo e o ser genérico. Essa ruptura redefine a relação dos homens com as coisas (predomínio do valor de troca sobre o valor de uso) e acaba por atingir a relação do homem com a natureza (o aspecto sensível das coisas naturais é suplantado pelo caráter abstrato e quantitativo do valor de troca) etc.

Como verificamos, a coisificação dos homens possui impacto nas relações interpessoais e em seu modo de proceder uns para com os outros. Frederico (2005) fala em *dessocialização* e *dessolidarização* e também menciona a ruptura que a ideia hegemônica de vantagem pessoal causa nas relações humanas. Todos estes são vetores da desumanização do homem imbricados nos processos sociais capitalistas.

O Capital torna a vida em sociedade desumana na medida em que forja o ´´aparecimento de um conjunto econômico autônomo que tende a apoderar-se de modo exclusivo de todas as manifestações da vida humana´´ e faz a consciência humana tornar-se ´´um simples reflexo, a perder toda função ativa, na proporção em que o processo da reificação [...] se estende e penetra no âmago de todos os

setores não econômicos do pensamento e da afetividade´´ (GOLDMANN, 1979, p. 111).

A vida neste sistema é uma vida na qual as coisas inertes dominam o cotidiano e a consciência das pessoas. Tudo o que se faz e o que se deixa de fazer passa pela determinação da matéria morta. Não há o espaço devido para a humanidade do homem, esta na verdade é secundarizada e, com muita frequência, aviltada.

Goldmann (1979, p. 129) relata que a coisificação abarca e influencia também as relações familiares e de amizade próxima, embora num grau menor do que as outras relações sociais:

> Na esfera privada das relações familiares e de amizade os valores humanos de solidariedade permanecem menos alterados e a empresa da reificação, ainda que real, é menos acentuada. Isso engendra um dualismo psíquico que se torna uma das estruturas fundamentais do homem no mundo capitalista. A rigor, o homem pode continuar humano nas suas relações com sua mulher, filhos e amigos. No resto de sua atividade social ele deve conformar-se com a ordem existente, com suas leis escritas ou não, a ordem do mercado estabelecida sobre o jogo dos egoísmos racionais. E isso sob pena de ruína e morte social ou econômica. O homem se torna assim escravo de leis abstratas e de coisas inertes e isso até nos mais altos escalões.

Nas relações sociais de maneira geral, o que *vastamente predomina* é o homem enquanto *homo-oeconomicus,* o homem que procura tirar vantagem de tudo em detrimento da efetiva consideração pelo outro. É o homem guiado cotidianamente pelas coisas inertes e pelos valores de troca, pela matéria morta (GOLDMANN, 1979).

Outro autor que estudou a influência do capitalismo sobre a personalidade humana - e sobre as relações sociais desumanas - foi Erich Fromm. Em seu livro *A arte de amar*, em um capítulo denominado *o amor e sua desintegração na sociedade ocidental contemporânea*, o autor (2015) faz apontamentos interessantes sobre o tema.

Ao descrever a ´´estrutura básica do capitalismo desde o início´´ (p. 104), resumidamente, a transformação das coisas e das capacidades humanas em mercadoria, incluindo a capacidade humana para trabalhar, visando a acumulação

de Capital, Fromm (2015, p. 104) afirma que o capitalismo moderno exerce uma ´´influência profunda na estrutura do caráter do homem moderno´´.

Fromm (2015, p. 104) chega muito próximo da conceituação que lançamos mão aqui sobre a reificação e o fetichismo quando afirma que ´´O capital comanda o trabalho; as coisas acumuladas, o que é morto, superam em valor o trabalho, as capacidades humanas, o que é vivo´´. Esta proeminência do Capital sobre a vida é marcante no regime do Capital.

Esta estrutura socioeconômica, como diz o autor (2015), reflete-se numa hierarquia de valores na qual a própria humanidade viva sofre em detrimento da coisa morta (dinheiro, capital, mercadoria, etc). Estes valores e princípios, reflexo nas ideias das condições materiais existentes, são muito diferentes dos valores e princípios propostos pela PNH; e são barreiras reais para que essas propostas se concretizem.

Valores e princípios da PNH, por um lado, e valores e princípios do capitalismo, por outro. Quem vence? Quem dita a vida do homem em sociedade? A PNH ou o capitalismo?

Ainda acerca da influência social sobre o ´´caráter do homem moderno´´, Fromm (2015) salienta como a forma-mercadoria se expande até eclipsar a nossa humanidade e nossas relações humanas. Nem o setor saúde muito menos as relações sociais ficam intactas diante da crescente mercantilização de tudo operada secularmente pelo Capital.

Sobre a vida cotidiana do homem transformado em mercadoria, Fromm (2015, p. 129) alega que:

> Ela é dedicada à busca do conforto material e do sucesso no mercado das personalidades. Os princípios sobre os quais nossos esforços seculares são construídos são os da indiferença e do egoísmo (este último costuma ser rotulado de "individualismo" ou "iniciativa individual").

E mais adiante, o autor (2015, p. 130) continua:

> O homem moderno se transformou numa mercadoria; ele experimenta sua energia vital como um investimento do qual deveria tirar o máximo lucro, considerando sua posição e sua situação no mercado das personalidades. Ele está alienado de si, de seus semelhantes e da natureza. Seu objetivo principal é a troca lucrativa

> de suas habilidades, de seu conhecimento e de si mesmo, de seu "pacote de personalidade", com outros que procuram igualmente uma troca equitativa e lucrativa. A vida não tem objetivo, salvo o de ir em frente, nenhum princípio, salvo o de uma troca equitativa, nenhuma satisfação, salvo consumir.

Com esta *antropologia* do homem moderno, exposta nas últimas páginas, compreendemos a desumanização da sociedade e do setor saúde. Compreendemos a mercantilização do trabalho em saúde. E, de igual modo, compreendemos a importância de *uma outra antropologia* (uma outra essência humana) para ser possível a efetiva e substancial humanização do homem.

De forma análoga ao *A arte de Amar*, de Fromm, outro autor buscou estudar como a sociedade capitalista impacta a sociabilidade e a afetividade humana, e portanto, a humanização e a desumanização do homem. Estamos nos referindo a Sérgio Lessa (2021) em *Amor em tempos de crise estrutural*. Os desenvolvimentos que o autor realiza parte dos fatos de que (2021, p. 16):

> A emoção pela tragédia de Abelardo e Heloísa, ou de Romeu e Julieta, ou de Newland Archer e a condessa Olenska, ou de Anna Karenina é também [...] uma contraposição à essência das relações sociais que não permitiram que o amor se desenvolvesse em sua plenitude, que impediram a felicidade de florescer. Tais obstáculos são sempre, sem exceção, [...] diretamente postos pela propriedade privada: pelo fato de que, na sociedade de classes, a vida humana está a serviço da acumulação da riqueza, de que a existência humana está polarizada pelo "ter" e não pelo "ser", na juvenil colocação de Marx [...]. Tal essência desumana, alienada, na sociedade de classes requer e, ao mesmo tempo promove, o embrutecimento de todos nós, o que resulta também no rebaixamento de nossa capacidade afetiva.

A propriedade privada assume maior importância e maior valor do que as relações e necessidades humanas. A propriedade subsume todas as virtudes humanas; a maior virtude mesmo passa a ser acumular mais propriedade, custe a quem custar, doa a quem doer. O exemplo das patentes das vacinas na pandemia por COVID-19 é lapidar.

Lessa (2021) fala em embrutecimento, desumanização e rebaixamento de nossa capacidade afetiva como decorrência direta da valorização do mundo coisal - a coisa inerte perturba as relações entre marido e mulher, entre irmãos, e obviamente, entre trabalhadores (entre si) e trabalhadores e empregadores. O homem despreza o *ser* do outro visando o *ter* e o acumular.

Na sociedade mercantil, o homem, ao invés de serem homens associados pelo trabalho associado, passam a ser *guardiões de mercadorias*. Esta é a essência do homem sob o Capital. Desde crianças até a morte, os homens aprendem a defender com unhas e dentes o que é *seu*, custe a quem custar e doa a quem doer. Indivíduos, classes sociais e franjas de classes, nações e blocos de nações guerreiam pelas mercadorias, pelas coisas inertes (LESSA, 2021).

É nesta sociedade de extremo individualismo e competição onde predomina a depressão, o suicídio e demais transtornos mentais; assassinatos (incluindo o feminicídio - a mulher tida como propriedade privada), latrocínios e judicialização crescente da vida social, isto porque a propriedade ocupa todos os poros - e onde há propriedade privada, há querela, e deve haver judicialização e polícia, repressão ideológica e, quando necessário e sempre é, repressão armada e violenta.

Lessa (2021) aponta a importância da mercadoria na individuação do homem na sociedade mercantil. Somos a sociedade em que vivemos. Como a sociedade capitalista é *a sociedade que se restringe a uma ´´coleção de mercadorias´´* somos forçosamente feitos todos os dias guardiões de mercadorias.

Vivemos enfeitiçados pelas mercadorias - é em torno delas que organizamos nossas vidas (em muitos momentos infelizes), nossos esforços no trabalho e nossas relações sociais; relações estas qualitativamente rebaixadas por terem como mediadoras as coisas inertes - as mercadorias. Diz Lessa (2021, p. 59): ´´os seres humanos apenas podem se encontrar pela mediação da mercadoria, não mais diretamente´´.

Conforme diz Lessa (2021), o valor de cada mercadoria é firmado cotidianamente na *competição* com todas as outras mercadorias existentes. Enquanto na condição de guardiões de mercadorias, nós valemos o valor de nossas mercadorias. A mercadoria acaba por encapsular o ´´eu´´ do indivíduo. A resultante disso é que o valor de cada indivíduo-mercadoria é estabelecido na concorrência dele com todos os outros indivíduos-mercadorias, em competição pela sobrevivência ou pela acumulação, no grande mercado que é a sociedade burguesa.

Disso decorre os fatos, segundo Lessa (2021, p. 59):

> [...] para cada um de nós a nossa riqueza privada se converte na substância de nossa individualidade. Idiota – neste mundo de

> mercadorias – é aquele que não faz de tudo para enriquecer, mesmo que sua riqueza decorra da destruição da humanidade. Somos indivíduos, personalidades, cuja relação com a humanidade (o gênero humano) é marcada pela concorrência e não pela cooperação. Nós apenas sabemos existir como proprietários privados que concorrem com todos os outros, que também são proprietários privados. Até na nossa relação conosco mesmo: ficamos felizes quando nossa conta bancária aumenta e nos deprimimos quando ela decai. Existir e concorrer tornaram-se sinônimos.

Diante de tais fatos incontestes, comprovados por todos nós na cotidianidade, o autor (2021, p. 59, 60) prossegue realizando os seguintes questionamentos:

> Como é possível, neste cenário, o desenvolvimento pleno do amor, que requer um encontro direto, imediato, carnal e afetivo entre indivíduos? Como é possível um destino afetivo comum às pessoas que se amam, humano, catártico, quando cada um existe apenas contra o outro, quando existência é sinônimo de concorrência?

Naturalmente, a sociabilidade capitalista é, ela própria, o maior entrave para a humanização do homem, obviamente, fora e dentro dos muros dos estabelecimentos de saúde. É a totalidade social capitalista que impõe às suas diversas partes a concorrência universal de todos contra todos (LESSA, 2021).

Lessa (2021) continua afirmando que, mantendo-se a estrutura da sociedade capitalista, obrigatoriamente continuaremos a ser individualistas, competidores, guardiões de mercadorias e desumanizados. Mantendo-se o fato de que o trabalho visa primeiro atender ao mercado e não às necessidades humanas, mantendo este *establishment* não haverá humanização significativa do homem. O autor (2021, p. 60) é corretamente categórico:

> Não há pregação moral ou ética que resolva o problema: somos individualistas porque somos "guardiões de mercadorias". Enquanto não colocarmos no centro da produção as necessidades humanas, também nas ações dos indivíduos o humano não poderá predominar, nem sequer enquanto valores morais ou éticos. É por isso que, hoje, pregações morais são adequadas ao capitalismo: dão a sensação de estarmos fazendo algo (o que é confortante) e, ao mesmo tempo, não tocam nas causas dos males que pretendem corrigir.

Inserimos as políticas de humanização na descrição que o autor (2021) faz destas soluções idealistas e conservadoras. Portanto, há esta determinação social e desumana da individualidade como barreira fundamental para a humanização do homem. Não há o devido lugar para as necessidades humanas na sociedade do Capital.

É este endeusamento da mercadoria que recebeu o nome de *fetichismo da mercadoria*, conceito que aparece nos *Gründrisse* de Marx. Trata-se de uma forma, uma manifestação historicamente determinada da alienação (especificamente na sociedade capitalista). A alienação é o fenômeno geral e observável em diferentes épocas históricas.

O fetichismo da mercadoria, por sua vez, é uma forma de alienação que ocorreu *apenas* na sociedade burguesa e pode ser resumida na seguinte ideia: o produto do trabalho (transformado em mercadoria), além de expropriado do trabalhador, passa a reger a vida dele, contradizendo as necessidades dele, e mais: o próprio trabalhador - e a sociedade como um todo - venera e curva-se diante do fetiche. Toda a sociedade passa a existir para a satisfação do novo deus, e não para a satisfação das necessidades humanas - aí incluindo a saúde, a educação, etc. (GRESPAN, 2015).

É como se as pessoas se tornassem coisas e as coisas se tornassem pessoas. Trata-se de um processo de *alienação* no qual as pessoas *coisificam-se* enquanto que os objetos ganham vida própria, ganham o formato de *fetiche*, de ídolo. Alienação, coisificação e fetichismo geram e são gerados pela desumanização do homem e da sociedade. Ainda que se passe despercebido, toda a vida humana contemporânea emoldura-se a partir destas categorias. Comentando sobre o fetichismo da mercadoria, Grespan (2015, p. 148) afirma que:

> Mas, até aqui, somente foi falado de objetos - mercadoria, dinheiro, capital. Podemos perguntar: e as pessoas? Pois é justamente este o ponto que Marx quer ressaltar: as pessoas se movimentam em função desses objetos, bem como da troca de mercadoria, de ganhar dinheiro e de conseguir que o capital lhes dê emprego. São esses objetos que pautam a vida das pessoas [...] Marx emprega tal termo [fetichismo da mercadoria] no sentido de que a mercadoria adquire vida própria no capitalismo. E ter vida própria, nesse caso, significa que nos faz organizar a vida em função do seu movimento. Cada vez menos produzimos para o próprio consumo e cada vez

> mais dependemos de comprar mercadorias com o salário que obtemos em troca da força de trabalho que vendemos.

O fetichismo da mercadoria, conforme dissemos, é um tipo de alienação. Um tipo específico, próprio da mercantilização da vida que ocorre no e somente no sistema do Capital. O objetivo da sociabilidade capitalista é a produção e acumulação de mercadorias/coisas; já o objetivo da sociedade humanizada é o homem, este sendo entendido enquanto indivíduo e espécie (FROMM, 1967).

O Documento Base da PNH (2010a) propõe que a humanização seja entendida como a *valorização* de todos os envolvidos nos processos de atenção e gestão em saúde. *A humanização é a valorização das pessoas*. Nisto estamos de acordo. Porém, no capitalismo, e de forma estrutural, as pessoas são *desvalorizadas* em favor das coisas (dinheiro, Capital, mercadoria, etc.). Isto é o que significa as categorias da reificação e do fetichismo. É este um dos pontos de rígida contradição entre a PNH e a sociedade burguesa. É também já bastante conhecido os efeitos relacionados a estas categorias sobre o trabalho em saúde[59].

Estas três categorias (alienação, reificação do homem e fetichismo da mercadoria) são impedimentos e entraves objetivos e subjetivos para a efetivação da proposta de humanização na saúde - e fora do setor saúde também. O fundamento objetivo do qual derivam estas três categorias é o modo de produção capitalista.

O modo de produção atual conforma, dá a forma e a estrutura de toda a situação do trabalho e o seu nível de alienação-desumanização. O filósofo marxista Leandro Konder (2017) bem aponta que a noção hegeliana, de gabinete, acerca do trabalho humano é idealizada e não pautada em observação da vida concreta dos trabalhadores. Marx propõe o contrário. Ele conheceu a alienação, a reificação e o fetichismo causados pelo trabalho sob o capitalismo.

Como questiona o Konder (2017, p. 29):

> Como, então, o trabalho - de condição natural para a realização do homem - chegou a tornar-se o seu algoz? Como ele chegou a se transformar em “uma atividade que é sofrimento, uma força que é impotência, uma procriação que é castração”?

[59] Discussão presente no Cap. 3: O trabalho em saúde sob o regime do Grande Capital.

Esta condição de exploração não foi criada pelo modo de produção capitalista, porém, ganhou novos contornos e agudizou-se sob o Capital. É necessário reafirmar que as condições concretas de trabalho, a sua organização, a sua divisão social, a expropriação do fruto do trabalho e a burocracia deste influem diretamente na humanização-desumanização dos serviços em saúde. Vale citar Marx e Engels (2012, p. 51, 52) que, no *Manifesto do Partido Comunista*, disseram o seguinte (poderiam estar falando da situação de muitos trabalhadores nos sistemas de saúde):

> À medida que cresce a repugnância pelo trabalho, diminui, pois, o salário. E mais: na mesma medida em que aumentam maquinaria e divisão do trabalho, aumenta também a quantidade de trabalho, seja pela multiplicação da jornada, do trabalho exigido num dado período de tempo, do aumento do ritmo das máquinas etc.

Não é de se espantar que a realidade social objetivada (e entendida a partir das categorias do marxismo, tais como, a expropriação do trabalho e do fruto dele, a apropriação privada e desigual de bens materiais e imateriais, a cotidianidade alienada, a reificação, etc.) produza a desumanização também no caso do trabalho em saúde. Esse não é qualitativamente diferente das demais atividades humanas e não se encontra fora do capitalismo ou fora da história. O que esperar do trabalho em saúde inserido nesse contexto maior?

Assim, na ótica marxista, pode-se explicar a desumanização do trabalho em saúde do mesmo modo que se explica o mesmo processo alienador em qualquer outro trabalho sob o Capital.

Na concepção marxista, podemos dar um contributo essencial para a questão humanização do homem. Se, para a discussão entre os teóricos da PNH, existe uma *ambiguidade conceitual* na proposta de humanização do homem (como afirmamos no capítulo onde discorremos sobre a desumanização e as políticas de humanização), no Materialismo Histórico temos os aportes teóricos necessários para a superação desta ambiguidade.

A humanização, na tradição marxista, possui relação com o combate da alienação, da reificação do homem e do fetichismo da mercadoria. Estas categorias

sintetizam processos que operam objetivamente como parte da reprodução social do modo de produção capitalista, e que, portanto, encontram-se entre os processos que determinam a desumanização do homem e da maior parte das relações sociais em curso.

A humanização substantiva do homem se refere à *emancipação humana*, conquistada por meio de transformações sociais estruturais e que superam a mercantilização das necessidades humanas e do próprio homem, deixando ele de ser *coisa* para, somente assim, atingir todas as potencialidades que porta em si e que são barradas por condicionantes objetivos.

A tradição marxista nos brinda com uma grande questão, fundamental: como humanizar um sistema (seja um sistema social ou um sistema de saúde) sendo que ele próprio, o sistema, *mercantiliza* o homem e as suas necessidades (entre elas, as necessidades em saúde)? O Documento Base da PNH (2010), certamente baseado em produções anteriores de Gastão Campos, propõe aos gestores e trabalhadores que a saúde seja considerada um valor de uso e não um valor de troca.

Ora, sabemos desde Marx que o capitalismo, fundamento da sociabilidade burguesa, é o primeiro sistema econômico na história no qual há a universalização da forma mercadoria e, portanto, do valor de troca.

As propostas da PNH relacionadas ao valor de uso, ao não combaterem a própria sociedade capitalista, que fundamenta o predomínio do valor de troca, estas propostas encontram-se arraigadas em puro idealismo, as suas raízes estão firmadas em abstrações. Querem "ancorar um navio no espaço[60]". Ou, dito de outro modo, acreditam que é a ´´cabeça que dirige o mundo´´[61] ou que o mundo se ergue de sobre a cabeça.

Ao alienar-se e coisificar-se, ao fetichizar suas mercadorias, negligenciando suas necessidades (valor de uso) perante pseudonecessidades, mas socialmente

[60] Expressão retirada de um artigo de duas teóricas da PNH (MARTINS; LUZIO, 2017). Aqui, a expressão é alocada para fins críticos, coisa que não ocorre no artigo citado.

[61] Estamos parafraseando o que se encontra a respeito do filósofo idealista G. Hegel em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de F. Engels (2017, p. 51, 52). A passagem é a seguinte: ´´A razão tornou-se a suprema regra de tudo. Foi o tempo em que, segundo a expressão de Hegel, "a cabeça dirigia o mundo", primeiramente no sentido de que a cabeça e os princípios encontrados pelo pensamento pretendiam ser os únicos dignos de servir de base a toda ação e associação humanas e, mais tarde, no sentido mais *lato*, de que toda verdade material em contradição com esses princípios devia ser inteiramente subvertida. Todas as formas de sociedade e de governo reconhecidas, até então, todas as concepções tradicionais deviam ser relegadas como insensatas´´. Estamos aplicando, em relação à PNH, o sentido restrito da expressão.

transformadas nas necessidades mais imperiosas (o Capital, o dinheiro, o valor de troca), o homem torna-se o lobo do homem e constrói uma sociedade na qual as suas potencialidades são impedidas; assim é criada a sociedade desumanizada e desumanizadora. A sociedade na qual ´´o capital, e não mais o homem, passa a ser a razão do agir dos indivíduos, passa a ser a essência da formação social´´ (LESSA, 2016, p. 106).

O caráter humanista da tradição marxista refere-se ao entendimento de que, na sociedade emancipada, é o homem o fim em si mesmo e não um meio para qualquer outro ser ou ente não-humano. Sob o capitalismo, o homem é meio. Este fato constitui uma barreira objetiva para a plena humanização do homem e para a concreção do humanismo.

Lessa (2021, p. 57) oferece vários exemplos sobre como podemos satisfazer múltiplas necessidades humanas se não fosse a acumulação e a propriedade privada. Ele cita: produzimos hoje três vezes mais do que o alimento necessário para alimentar todos os habitantes do planeta; há moradias mais do que suficientes para todos os sem-teto; etc.

Em nosso entendimento, e retomando a questão da ´´ambiguidade conceitual´´ que Campos (2005) e Onocko-Campos (2004) referem em relação às palavras humanização, humano, desumanização e desumano[62], podemos entrever que há nesses autores uma boa dose de *naturalização* de atitudes humanas, de naturalização de práticas sociais ao afirmar que todas, incluindo a iatrogenia, e até a exploração e a desigualdade social, são características ´´humanas demasiada humanas´´ ou traços ´´profundamente humanos´´.

O Materialismo Histórico supera esta aparente ambiguidade conceitual ensinando que os seres humanos não possuem uma natureza metafísica ou uma essência anistórica - como tão repetidamente ensinam os religiosos e os conservadores - mas sim que cada homem constitui-se no conjunto das suas relações sociais e históricas. É o que Marx (2001, p. 101, 102) diz em sua sexta tese contra Feuerbach:

[62] Tratamos desta opinião no Cap. 4: A desumanização no setor saúde e as políticas de humanização no Brasil.

> Mas, a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não entra na crítica desta essência real, é, por isso, obrigado: 1. a abstrair do processo histórico e fixar o sentimento religioso por si e a pressupor um indivíduo abstratamente - isoladamente - humano; 2. nele, por isso, a essência humana só pode ser tomada como "espécie", como generalidade interior, muda, que liga apenas naturalmente os muitos indivíduos.

Assim, no marxismo *não há ambiguidade* ao se falar de humanização ou de desumanização porque não vemos no homem uma natureza humana essencial e anistórica - como vêem Campos (2005) e Onocko-Campos (2004). Para estes autores, o homem é, sempre foi e sempre será o mesmo e, por isso, não há o que se humanizar ou desumanizar. O homem, para eles, é tanto bom quanto mau, e ponto. Esta é a sua natureza humana fixa, sem variação.

Falta a Campos (2005) e Onocko-Campos (2004) também a compreensão de que a desumanização do homem (sim, ela existe!) está associada ao rebaixamento do estatuto especificamente humano do homem em direção à coisalidade e à animalidade. Este rebaixamento tem a ver com as categorias de que tratamos aqui - alienação, reificação e fetichismo - e com o modo de produção objetivo que obstrui as potencialidades tipicamente humanas.

Estas discussões, e tantas outras, encontram-se no Tópico I: Os quatro sentidos de humanização e o humanismo marxista. Após a leitura do Tópico mencionado, é possível ter a absoluta certeza de que não há ´´ambiguidade conceitual´´ nenhuma em se falar acerca da humanização ou da desumanização do homem.

Há sim ambiguidade e contradição quando se fala em humanização ou desumanização do homem sem considerar, ou sem considerar suficientemente, as determinações históricas e sociais que favorecem ou inibem seu desenvolvimento, sua liberdade, sua livre fruição do trabalho, e sua apropriação de toda a riqueza material e espiritual humanamente produzida.

Sob o crivo do pensamento marxiano, pode-se afirmar que as políticas de humanização fazem uma proposição conservadora de humanização. Deixa-se subentendido que é possível humanizar o trabalho humano e as relações humanas sem a superação do capitalismo. Sem, também, alguma transformação da sociedade como um todo. Os documentos da política não se referem ao peso da

materialidade histórica na determinação da humanização e da desumanização do homem.

Martins (2006, p. 39) em consonância com o pensamento marxiano expressa que ´´o mais profundo significado do materialismo histórico´´ é justamente efetivar o verdadeiro ser humano por meio da transformação das condições que alienam o trabalho e o trabalhador. Ela reitera que o Materialismo Histórico e Dialético além de ser um método teórico de explicação da realidade, de igual modo, também é um método ético-político que visa uma nova sociabilidade entre os homens.

As possíveis futuras sociedades humanizadas que poderão efetuar a humanização de seus membros serão as sociedades nas quais ´´o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos´´ (MARX; ENGELS, 2012, p. 69) e, de igual modo, sociedades nas quais será possível ter ´´de cada um segundo suas capacidades, assegurando a cada um segundo suas necessidades´´ (MARX, 2012, p. 32).

Esta é uma das maiores diferenças entre os textos oficiais da PNH e o Materialismo Histórico: o reconhecimento da *necessidade* de transformação social radical para, só assim, poder haver a humanização do homem. A PNH, e contribuindo para isto o fato de ser uma política institucional, não aventa transformações sociais estruturais.

Dando um passo além, os textos da PNH sequer reconhecem a vinculação orgânica que existe entre a *desumanização das relações* nas instituições de saúde e as características gerais da sociedade capitalista. Tudo se passa como se houvesse *um outro cosmos* entre as paredes das unidades do SUS.

Na verdade, após a leitura e análise dos textos da política, podemos apresentar uma única exceção ao que afirmamos no parágrafo anterior. A exceção encontra-se no texto sobre *Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde* (BRASIL, 2010b, p. 7):

> O avanço de políticas com uma concepção de Estado mínimo na reconfiguração da máquina estatal, na dinâmica da expansão e da acumulação predatória do capital no mundo, tem produzido efeitos devastadores no que se refere à precarização das relações de trabalho, emprego, e à crescente privatização dos sistemas de seguridade social, alijando grande parte da população da garantia das condições de existência. *O impacto desse processo, no que diz respeito às relações intersubjetivas, é igualmente avassalador, na*

> *medida em que as reduz, muitas vezes, ao seu mero valor mercantil de troca* (grifos nossos).

Dissemos aqui e ali que as propostas da PNH não consideram suficientemente o tipo de sociedade em que vivemos e que, por isso, as suas propostas são em sua maioria *idealistas*. Para um manejo mais detalhado do assunto, vamos realizar uma incursão sobre a temática do *idealismo* existente nas propostas da PNH, a partir da leitura de *A Ideologia Alemã*.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2001) criticam o caráter idealista da corrente de pensamento jovem-hegeliana. Nossos autores afirmam que estes, incluindo Feuerbach, dentre outras coisas, enfocam na consciência e em sua reforma (a procura por uma consciência mais correta) para que o homem seja livre de fato. Assim como, para os jovens hegelianos, a ideia, a consciência, possuía o controle sobre o devenir da história humana.

Marx e Engels (2001) apontam que tal forma de se portar teoricamente é uma forma *conservadora*. Pois, o que os jovens hegelianos desejavam mudar era a interpretação - o pensamento do homem - e não a realidade em si, não o mundo social portador das formas de propriedade, de modos de produção, do trabalho alienado, etc., conceitos esses estudados e aprofundados por Marx e Engels. Em outras palavras, é a revolução e não a crítica a força motriz da história.

Marx e Engels (2001) afirmam a correlação orgânica entre o modo de produção e o modo de ser do homem; entre um determinado modo de produção - e as relações de produção a ele associado - e, por outro lado, as estruturas sociais e políticas determinadas. Nesta operação, os autores (2001, p. 106) invertem o sistema hegeliano, assim descrito por eles:

> No sistema de Hegel, as idéias, pensamentos, conceitos, produziram, determinaram, dominaram a vida real dos homens, seu mundo material, suas relações reais. Seus discípulos revoltados tomaram dele esse postulado [...].

Marx e Engels (2001, p. 105, 106) também superam o pensamento destes "discípulos revoltados" de Hegel, os quais formavam o campo do neohegelianismo de esquerda:

> Todos os criticistas alemães afirmam que as idéias, representações, conceitos, dominaram e determinaram até agora os homens reais, que o mundo real é um produto do mundo das idéias. Isso, que ocorre até o presente momento, vai, no entanto, se modificar. Eles se diferenciam pela maneira como querem libertar o mundo dos homens, os quais, segundo eles, gemeriam assim sob o peso de suas próprias idéias fixas; eles também se diferenciam pelo que qualificam de idéia fixa; têm em comum a crença no domínio das idéias; têm em comum a crença em que o seu raciocínio crítico trará, fatalmente, o fim do estado de coisas existente, seja porque consideram o seu pensamento individual suficiente para alcançar esse resultado, seja porque almejam conquistar a consciência geral.

Propomos que há certa afinidade, nesse sentido, entre a PNH, por um lado, e o pensamento dos jovens hegelianos, por outro. Visto a ênfase na vontade e na consciência em detrimento da transformação real da propriedade e do modo de produção capitalista. Pressupor mudar as formas de relação entre os homens sem mudar a sociedade de classes capitalista é, naturalmente, idealismo; e é também conservadorismo.

Desta forma, e de posse das categorias materialistas de Marx e Engels, podemos afirmar que o fundamento real da desumanização do homem não é sequer perturbado pelos princípios abstratos e diretrizes aéreas da PNH[63]. Ainda que estes princípios e diretrizes recomendam ações práticas, individuais e também coletivas, tais recomendações não alteram nem cogitam alterar o solo real e determinante da história, a própria sociedade civil - e a forma de propriedade, a divisão social do trabalho, as classes sociais, etc. presentes nela. Este fato limita o potencial humanizador da PNH e de qualquer outro corpo de ideais que visem à humanização.

Falta à PNH, inclusive por ela ser uma política da ordem, uma política da esquerda liberal e conciliatória que se move predominantemente no campo ideo-político, e não no campo prático-materialista, falta a ela justamente uma concepção materialista da história e do ser do homem. Uma concepção que lhe permita

[63] Marx e Engels (2001, p. 36, 37) assim denunciam o potencial do ideário abstrato jovem-hegeliano em mudar efetivamente a realidade humana: ´´Esta soma de forças produtivas, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes, constitui a base concreta da representação que os filósofos fazem do que seja "substância" e "essência do homem", daquilo que eles elevaram às nuvens ou combateram, *base concreta cujos efeitos e influência sobre o desenvolvimento dos homens não são absolutamente afetados pelo fato de esses filósofos se revoltarem contra ela na qualidade de "consciência de si" e de "únicos"´´* (grifos nossos).

observar que a alienação, a reificação e o fetichismo da mercadoria possuem raízes objetivas na sociedade capitalista.

Julgamos que todos os que querem *graus efetivos de humanização e de emancipação* devem considerar seriamente o cerne ético-político do Materialismo Histórico, o de trilhar caminhos rumo a uma nova sociabilidade entre os homens.

Transformar a base objetiva é necessário para transformar as relações humanas e, se assim não ocorrer, se faltarem os elementos materiais, ainda que estejam presentes os elementos ideais, a empreitada ´´humanizadora´´ não obterá sucesso. Conforme dizem Marx e Engels (2001, p. 37):

> São igualmente essas condições de vida, que as diversas gerações encontram prontas, que determinam se a comoção revolucionária, produzida periodicamente na história, será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo o que existe; os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro lado, a formação de uma massa revolucionária [...]; *se essas condições não existem, é inteiramente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a idéia dessa subversão já tenha sido expressada mil vezes... como o prova a história do comunismo* (grifos nossos).

Destarte, asseveramos que as políticas de humanização negligenciam ou secundarizam a base real da história (a base real substanciada nas categorias marxiano-engelsianas expressas, por exemplo, em *A Ideologia Alemã*).

Por não operarem com estas categorias basilares, no entendimento da sociedade civil burguesa, a proposta de humanização da PNH pôde apenas, exclusivamente ou quase exclusivamente, referir-se ao Direito - à enaltecida Constituição, por exemplo - , às ações propostas pelo governo e técnicos do governo e a uma concepção de humanização de pouca base ontológica e de alto teor filosófico-abstrato[64]. No prejuízo de categorias materialistas, o conteúdo da PNH valeu-se de outras não tão materialistas.

---

[64] Para escrever este parágrafo sobre a PNH partimos e aplicamos, para o nosso objeto, um trecho de *A Ideologia Alemã*. Transcrevemos a seguir a tradução da editora Vozes (2019, p. 35, 36), ao invés da tradução da Martins Fontes utilizada até agora. Isto se deu por aquela tradução expressar melhor o que queremos apontar. A transcrição segue: ´´Toda a concepção da história até agora ou negligenciou completamente essa base real da história, ou a considerou apenas como uma questão secundária, que nada tem a ver com o curso histórico [...]. Por conseguinte, essa concepção foi capaz de ver na história apenas as principais ações políticas de chefes e de Estados e lutas religiosas e teóricas de modo geral; e especialmente em todas as épocas históricas, teve de compartilhar a ilusão dessa

Uma manifestação desse aspecto idealista da proposta política de humanização é o fato de alguns autores acreditarem que parcela importante da desumanização é decorrente de uma *imprecisão conceitual* da humanização nos textos (por exemplo, o conceito é muito amplo), ou devido a um fraco conhecimento dos trabalhadores a respeito da política e de suas propostas. Daí surgem *estudos conceituais* sobre humanização, visando clarificar o conceito, para que ele finalmente possa se tornar realidade - *vide* o exemplo típico presente em Mongiovi et. al. (2014).

Se a PNH é idealista e conservadora, pelos motivos apontados, o que é o Materialismo Histórico e Dialético? Nildo Viana (2018, p. 18) define o *marxismo autêntico* como a ´´ciência revolucionária do proletariado´´. A categoria da revolução é inerente ao modo de pensar teórico-político instaurado por Marx e Engels. Como diz Viana (2018, p. 25, 26):

> Por conseguinte, o marxismo autêntico é antagônico ao pseudomarxismo e ao capitalismo em geral. Ele não tem compromisso com a sociedade do presente e sim com a sociedade do futuro. Essa é a razão pela qual pode fazer uma crítica desapiedada do existente e ao mesmo tempo recusar todos os compromissos com esta sociedade e com as migalhas, reformas, alianças conservadoras e reformistas, existentes no capitalismo. O pseudomarxismo, vulgo “marxismo ortodoxo”, por sua vez, está envolvido até a raiz do cabelo com tal sociedade, não consegue ultrapassá-la nem no plano mental de projetar uma nova sociedade, pois chega no máximo ao um capitalismo reformado (distribuição de renda e coisas semelhantes, para os herdeiros de Kautsky; estatização e capitalismo estatal, para os herdeiros de Lênin, etc.).

- *Tópico V: Uma releitura crítica do Documento Base e das Cartilhas após o desvelamento dos problemas impostos à PNH*

época. Por exemplo, se uma época imagina ser determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, embora “religião” e “política” sejam apenas formas de seus reais motivos, seu historiador aceita essa opinião. A “imaginação”, a “representação” desses homens particulares a respeito de sua prática real é transformada no único poder determinante e ativo, que controla e determina a prática desses homens´´.

Ao ler as produções vinculadas à PNH, tanto as oficiais quanto as acadêmicas, pudemos identificar traços ´´transversais´´, pressupostos de base a partir dos quais a PNH constrói a sua teoria e as suas propostas; assim, identificamos ideias e tendências gerais que atravessam toda a textualidade da PNH e de seus teóricos.

Elencamos, a seguir, alguns destes pressupostos ou tendências; oferecemos exemplos textuais deles; e posteriormente, procuramos contra-argumentar e apontar as limitações destes pressupostos e tendências gerais da PNH, limitações estas pensadas a partir da massa crítica fornecida pelo Materialismo Histórico e Dialético.

Após termos percorrido algumas categorias que impõem problemas à PNH (vistas nos tópicos anteriores), agora é boa hora para a revisitação da textualidade da PNH e ampliar a crítica, com ideias e argumentos novos mas que pressupõem o conteúdo abordado nos tópicos anteriores.

Tópico V. 1: A questão da parcialidade setorial (na saúde) e institucional da PNH

O HumanizaSUS: Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS (2010a, p. 07) reconhece, em algumas poucas passagens ao longo de seu conteúdo, a fragilidade socioeconômica do país e as desigualdades sociais existentes. Inclusive, logo na primeira página de seu texto escrito, já na apresentação, é dito o seguinte:

> Especialmente em um país como o Brasil, com profundas desigualdades socioeconômicas, permanecem vários desafios na saúde, como a ampliação do acesso com qualidade aos serviços e aos bens de saúde e a ampliação do processo de co-responsabilização entre trabalhadores, gestores e usuários nos processos de gerir e de cuidar.

O interessante é que a seção da apresentação é iniciada justamente pelo ´´a saúde é direito de todos e dever do Estado´´ presente na Constituição Federal de 1988. Há, já nestes primeiros parágrafos do texto, o descompasso entre os avanços jurídicos e a vida real e concreta das pessoas. Temos, de um lado, o Direito e, do outro, o ´´socioeconômico´´; de um lado a normatividade e do outro a realidade, respectivamente.

Um pouco mais adiante, no mesmo documento, podemos ver as seguintes afirmações, muito plausíveis e realistas (BRASIL, 2010a, p. 08):

> A esses problemas acrescentam-se a desvalorização dos trabalhadores de saúde, a precarização das relações de trabalho, o baixo investimento em processos de educação permanente em saúde desses trabalhadores, a pouca participação na gestão dos serviços e o frágil vínculo com os usuários.

Ora, diante de tantos e bastante objetivos problemas, incluindo as ´´profundas desigualdades socioeconômicas´´ (*vide* citação direta logo acima) e a ´´precarização das relações de trabalho´´, o que temos de proposta para resolver tais graves problemáticas brasileiras - e mundiais? O Documento Base segue na mesma resposta uníssona (BRASIL, 2010a, p. 08):

> O cenário indica, então, a necessidade de mudanças. Mudanças no modelo de atenção que não se farão sem mudanças no modelo de gestão. Queremos um SUS com essas mudanças. Para isso, criamos no SUS a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde – HumanizaSUS.

Mudanças no modelo de gestão e atenção em saúde (conteúdo da PNH) responderão devidamente aos problemas levantados e elencados. Tamanho otimismo só se encontra em o *Cândido*, de Voltaire. Não compartilhamos do mesmo otimismo político (politicismo) e voluntarista.

Tópico V. 2: A questão da singularidade

Toda a PNH e a produção de seus teóricos enfatizam a singularidade das pessoas - em reação ao modelo biomédico que é homogeneizador. O indivíduo enquanto indivíduo tem papel central na proposta de humanização. Para ilustração, algumas passagens retiradas das Cartilhas:

Ex. 01: ´´Cada um enfrenta singularmente os desafios e mobiliza também de modo singular sua capacidade de convivência e de superação dos problemas de saúde´´ (BRASIL, 2009b, p. 33).

Ex. 02: ´´Procurar conhecer as singularidades do sujeito, perguntando sobre os medos, as raivas, as manias, o temperamento, seu sono e sonhos. São perguntas

que ajudam a entender a dinâmica do sujeito e suas características´´ (BRASIL, 2008a, p. 50).

Para o Materialismo Histórico, contudo, não há o foco no indivíduo e nos processos de singularização quando o assunto é a humanização. Para a verdadeira e possível humanização, a priorização das singularidades é uma mistificação. O fundamental, para este objetivo, é a categoria classe social. Nos documentos da PNH, há a mais absoluta falta do reconhecimento da importância das classes sociais - e de seu antagonismo - para o processo de humanização ou desumanização do homem.

O sujeito fundamental da história são as classes sociais, e não os indivíduos, por mais habilidosos e destacados que esses possam ser. As classes são os motores da história e as lutas e aspirações individuais estão correlacionadas com as lutas e aspirações de classe. De forma abrangente e sem pecar por simplismo, Tonet (2013, p. 16) sintetiza as relações entre classe e indivíduo:

> [...] o sujeito fundamental – não único – da história são as classes sociais. Porque é ao redor e a partir da luta pela produção e apropriação da riqueza que se desenrola, direta ou indiretamente, todo o processo social. É importante acentuar que as classes sociais são compostas por indivíduos e que, portanto, eles também, como indivíduos singulares, são sujeitos da história. Contudo, não o são no mesmo nível e importância das classes sociais. Alguns deles, por suas qualidades, podem ter um papel mais destacado no processo histórico. No entanto, por maior que seja a sua importância, não são eles que determinam o curso da história. Ao realizarem as suas ações, eles estão expressando, quer de modo consciente ou não consciente, interesses que os ultrapassam como indivíduos e que são os interesses das classes sociais. Há, pois, uma articulação entre sujeito coletivo e sujeito individual no interior do processo histórico, sendo o primeiro o momento predominante.

O processo de emancipação política se deu, como dissemos, com a luta de classes entre, sobretudo, a burguesia e a nobreza - e com a vitória da classe burguesa. A emancipação humana somente poderá se dar, também, no âmbito de classe e não no âmbito do indivíduo e do singular. Contudo, desta vez e para a humanização substantiva do homem, a burguesia não será a classe vencedora[65]…

[65] É desta forma que Tonet (2013, p. 18, 19) associa classes sociais, conservação/revolução e humanização do homem: ´´O projeto burguês não pode, por sua própria natureza, ultrapassar a sociedade de classes; não pode superar a exploração do homem pelo homem. Isso implica a impossibilidade de que todos os indivíduos possam se

Faremos outra excursão no que diz respeito à questão da singularidade. Dermeval Saviani (2013; 1983), na área da educação, magistralmente demonstra que ideologias que focam na individualidade são essencialmente conservadoras, pois servem para legitimar as desigualdades sociais e os privilégios existentes. Já as teorias que prezam pela igualdade dos homens, em contrapartida, são revolucionárias visto a desigualdade presente na sociedade estabelecida.

A burguesia, quando revolucionária, sublinhou a igualdade fundamental entre os homens. Depois de tornar-se a classe dominante, a ideologia burguesa deslocou-se: a ênfase recaiu nas singularidades/individualidades. Este movimento foi diagnosticado nas ideias educacionais, entre a pedagogia tradicional e a nova e demais vertentes (SAVIANI, 2013; 1983).

O fato é que a PNH enfatiza unilateralmente as singularidades e, assim fazendo, assemelha-se às teorias conservadoras e do período da ´´decadência ideológica da burguesia´´ - período após esta classe tornar-se a dominante. O Materialismo Histórico, por ser revolucionário, nem precisávamos dizer, enfatiza em seu corpo teórico a igualdade entre todos os homens como o momento mais importante da teoria, sem anular a personalidade de cada um.

Tópico V. 3: A questão da solidariedade e da vinculação positiva

A PNH propõe a criação de vínculos afetivos, laços significativos, solidariedade, empatia, acolhimento, valorização da comunidade, etc. Alguns trechos:

Ex. 01: ´´Uma das apostas que a Política Nacional de Humanização faz, a partir de experiências concretas, é a de que é possível construir uma “zona de comunidade”, um “comum” entre os distintos interesses dos gestores, trabalhadores e usuários [...] Para que esta construção se dê, é preciso criar espaços coletivos, espaços de encontro entre as pessoas´´ (BRASIL, 2009b, p. 14).

realizar plenamente como seres humanos. Por sua natureza é, pois, um projeto, de caráter essencialmente particular. Pelo contrário, o projeto do proletariado implica, também por sua própria natureza, a superação de toda forma de exploração do homem pelo homem e a possibilidade de plena realização humana de todos os indivíduos. É, pois, um projeto de caráter essencialmente universal´´.

Ex. 02: Ao ser dito que a PNH é uma aposta de implicação ética, é explicado o porquê: ´´ética no que se refere ao compromisso com o reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas diferenças, suas dores, suas alegrias, seus modos de viver, sentir e estar na vida´´ (BRASIL, 2010b, p. 06).

Obviamente, tudo isso pode ocorrer nos encontros entre as pessoas, dentro e fora do setor saúde. Contudo, conforme já apontamos em outros momentos deste trabalho, a sociabilidade no regime do Capital impõe limitações objetivas para o exercício da solidariedade, para a criação de laços significativos, etc. O regime atual impede o pleno desenvolvimento destas capacidades humanas, e as categorias reificação, fetichismo da mercadoria e individualismo burguês contribuem para compreender como este processo simultaneamente objetivo e subjetivo ocorre.

Na prática real e existente, na verdade da cotidianidade, a Cartilha da PNH sobre o acolhimento (BRASIL, 2010b, p. 10) deve reconhecer que:

> Temos visto que, apesar dos avanços e das conquistas do SUS [...] ainda existem grandes lacunas nos modelos de atenção e gestão dos serviços no que se refere ao acesso e ao modo como o usuário é acolhido nos serviços de saúde pública. Várias pesquisas de satisfação, relatórios de ouvidoria e depoimentos de gestores, trabalhadores da saúde e usuários evidenciam a escuta pouco qualificada e as relações solidárias pouco exercidas.

A nosso ver, esta realidade não se muda com cartilhas.

Tópico V. 4: A questão da ênfase na subjetividade

A PNH valoriza os aspectos subjetivos-singulares dos sujeitos envolvidos na produção da saúde. Alguns exemplos:

Ex. 01: ´´[...] a construção do novo passa, doravante, pelo encontro e criatividade das diversas subjetividades envolvidas. No limite, todo sujeito se encontra inserido numa rede de produção de subjetividade´´ (BRASIL, 2010c, p. 26).

Ex. 02: ´´Nos espaços de gestão é possível construir conhecimentos compartilhados considerando as subjetividades e singularidades dos sujeitos e coletivos´´ (BRASIL, 2010a, p. 60).

A ênfase na subjetividade, quando se trata da humanização/desumanização do homem, nos parece problemática. Ainda mais quando se negligencia a temática

da objetividade e da materialidade basilares da vida social. Uma discussão, abreviada, sobre a prioridade da objetividade sobre a subjetividade na determinação histórica dos processos sociais já foi tratada nesta dissertação[66].

Propomos também, quando trouxemos a visão de Martín-Baró (1997) sobre a Psicologia, que a PNH se comporta teoricamente tal como esta última. A PNH e a Psicologia Tradicional centram-se nas raízes subjetivas dos problemas em prejuízo da devida consideração dos determinantes sociais destes. Há assim, a nosso ver, a problemática da *psicologicização* na teoria da PNH. Problemática que conduz ao voluntarismo político, e também à fragmentação da realidade social e, portanto, à perda de vista da totalidade.

Aqui acrescentamos um outro elemento na argumentação. Já discutimos sobre o fetichismo da mercadoria. Procuremos apontar agora para a correlação existente entre o fetichismo da mercadoria e a singularização-subjetivismo vistos na PNH e em outras políticas sociais.

O endeusamento do *mundo coisal*, das *diversas*, *fragmentárias* e *efêmeras* mercadorias, faz com que as teorias sociais reproduzam o espírito geral de nossa época. Teorias que perdem de vista a unidade primordial da realidade humana. A empiricidade, fragmentariedade e imediaticidade da mercadoria (empiricidade, fragmentariedade e imediaticidade que também vemos na PNH) influencia diretamente a produção teórica contemporânea, de tal modo que, conforme Tonet (2013, p. 60, 61):

> [...] pode-se dizer que hoje vigora não apenas a centralidade, mas a hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neoiluminismo, o pragmatismo e outras. Todas elas têm em comum a ênfase na subjetividade face a uma objetividade que se recusa – total ou parcialmente – à compreensão. E na ação ela aparece ora como demissão face a uma realidade que parece recusar qualquer possibilidade de transformação radical e em sua totalidade, ora como voluntarismo, objetivando moldar à força essa mesma realidade renitente, ora como politicismo, atribuindo à esfera da política a capacidade de moldar o mundo social de modo a possibilitar a plena realização de todos os indivíduos.

[66] Esta discussão encontra-se no Cap. 1: O método de pesquisa e os pressupostos marxianos.

Constatamos a ´´hipercentralidade da subjetividade´´ na PNH e também verificamos todas as consequências deste ´´hiperfoco subjetivo´´ (mencionadas na citação acima) nas políticas de humanização.

Tópico V. 5: A questão da produção de sujeitos

A PNH ambiciosamente procura produzir saúde, subjetividades *e também sujeitos*:

Ex. 01: ´´A ambiência, enquanto espaço de encontro entre sujeitos, apresenta-se como um dispositivo que potencializa e facilita a capacidade de ação e reflexão das pessoas envolvidas nos processos de trabalho, possibilitando a produção de novas subjetividades´´ (BRASIL, 2010d, p. 12).

Ex.02: ´´Apoio à construção de redes cooperativas, solidárias e comprometidas com a produção de saúde e com a produção de sujeitos´´ (BRASIL, 2010a, p. 21).

A PNH teoriza o papel - pressuposto como fundamental - do trabalho realizado nas unidades públicas de saúde enquanto formador de subjetividades e de sujeitos. É claro que é possível que um profissional da saúde procure engajar um usuário em seu próprio tratamento de diabetes, hipertensão, etc., procurando assim aumentar os graus de autonomia do paciente, tornando-o, neste sentido, mais sujeito.

A PNH também almeja o ´´fazer coletivo de um SUS solidário´´ (BRASIL, 2009a, p. 06), por meio da participação ativa dos cidadãos e da cogestão - gestão democrática - destes nas políticas de saúde do país. O protagonismo social e político é uma marca recorrente nos textos oficiais da PNH e em seus intelectuais.

Porém, procuramos dimensionar corretamente o *ser sujeito* do homem e o papel dos serviços de saúde nesta capacidade do homem para ser sujeito, para ser um sujeito autônomo, com substantivos graus de liberdade e de escolha. Em uma dimensão ampla e muito mais radical do que a dimensão da PNH, a questão sobre a capacidade para ser sujeito encontra-se seriamente afrontada pela coisificação do homem e pelo fetichismo da mercadoria, categorias que tratamos ao longo desta dissertação.

Chasin (2017, p. 92, 93) sobre a fetichização crescente do mundo coisal e o domínio esmagador da coisalidade sobre o homem afirma que:

> O homem vive e sofre o mundo, cada vez mais como produto de seu produto. Converte-se em insignificante, diante da exuberância da mercadoria multiplicada e das forças cada vez mais *misteriosas* que as põem no mundo. Sobre o "véu nebuloso" de um passado recente estende-se uma nova coberta, ainda mais espessa e fantasmagórica. Que intimida e fascina, obnubila e faz prosélitos, reduzindo o homem a subproduto de uma história que anda e desanda à sua revelia. Em suma, *ele desaparece enquanto sujeito*, diante da maravilhosa infinidade da mercadoria partogenética, capaz de se oferecer a uns e de se subtrair a outros, tornando nulo o gesto da mão que avança e da boca que reclama (grifos do autor).

Vemos que a produção de sujeitos ativos e responsáveis, pretendida pela PNH, está seriamente prejudicada pelo homem coisificado joguete do deus Capital. Chasin (1987) fala em *desaparecimento do sujeito*, e a expressão não nos parece um exagero.

Como era de se esperar, damos muito mais peso ao ser sujeito do homem enquanto determinação histórica da sociedade em que ele vive do que como uma consequência dos serviços prestados nas unidades de saúde, desta mesma sociedade. Por ser a comparação entre uma determinação e outra absurda, dizemos que a PNH e os seus teóricos mistificam o debate superdimensionando os poderes, quase mágicos, do trabalho em saúde - este também, inclusive, para dizer a verdade, submetido aos ditames do Capital.

Se a PNH ensina a ´´inseparabilidade entre clínica e política, entre produção de saúde e produção de sujeitos´´ (BRASIL, 2010a, p. 23), nós indagamos: a clínica produz sujeitos mais ou menos do que o Capital? E aliás, a clínica ela mesma não é cada dia mais determinada pelo Capital - como demonstramos no capítulo sobre o trabalho em saúde?

Tópico V. 6: A questão da ênfase na ´´concretude´´ dos sujeitos e do trabalho

A PNH privilegia os sujeitos em ´´carne e osso´´, tais como aparecem imediatamente, e também o mesmo pode ser dito sobre o seu entendimento acerca do trabalho em saúde:

Ex. 01: ´´Orientar as práticas de atenção e gestão do SUS a partir da experiência concreta do trabalhador e usuário, construindo um sentido positivo de humanização, desidealizando “o Homem”. Pensar o humano no plano comum da experiência de um homem qualquer´´ (BRASIL, 2010a, p. 17).

Ex. 02: ´´Não há como falar em saúde desconsiderando os sujeitos concretos nas suas vidas concretas. Assim, falar em território/ambiente saudável somente pode se dar em referência a pessoas reais. Somente pode ser pensado se inserirmos a saúde das pessoas que vivem nestes espaços´´ (BRASIL, 2009b, p. 34).

Ex. 03: ´´Uma equipe se constrói na dimensão concreta das práticas, no que acontece no dia-a-dia dos estabelecimentos de saúde, que se desdobra numa construção em rede e constitui um mundo comum´´ (BRASIL, 2010c, p. 30).

A filosofia da PNH é empirista. A realidade é a que aparece imediatamente aos nossos sentidos, portanto a realidade é fragmentária e fugaz - tal como são as mercadorias. O materialismo da PNH é particularista, não sistemático e não universal. Portanto, a realidade carece de unidade e de totalidade, que não são apreensíveis de forma imediata aos seres humanos, por meio de sua experiência ´´concreta´´.

Como mostramos nos exemplos textuais acima, a PNH visa fugir do idealismo mas cai logo em seguida nos braços do materialismo empirista. Este materialismo é muito diferente do Materialismo Histórico e Dialético. O primeiro está para Feuerbach; o segundo, para Marx.

Mas Marx não nasceu um materialista histórico. Ele mesmo iniciou a sua carreira num materialismo empirista, sob influência direta de Feuerbach, a quem admirava muito. Como sintetiza Frederico (1995, p. 198):

> Mais tarde, Marx irá dedicar-se ao estudo de uma totalidade material que não se confunde mais com a particularidade empírica captável pelos sentidos. A dialética materialista, então, será a teoria racional do movimento dos universais, distante, portanto, do materialismo sensualista de Feuerbach, uma teoria dos seres particulares apreendidos pela intuição imediata, aos quais não é conferida a qualidade de existirem independentemente da consciência que os contempla.

Naturalmente, não iremos procurar explicar novamente o método materialista de Marx, sobre o qual já adiantamos muitas proposições, especialmente no capítulo primeiro desta dissertação.

Acreditamos ser producente resgatar e aplicar nesta oportunidade uma ideia de D. Saviani. Este educador marxista brasileiro fez a distinção entre *aluno empírico* e *aluno concreto*.

O aluno empírico é o *indivíduo imediatamente observável*, que possui determinadas aspirações, inclinações e desejos. O aluno concreto engloba o empírico mas vai além dele. O empírico é apenas um aspecto do concreto. O aluno concreto é a *síntese das relações sociais* da sociedade em que vive, expressas não somente na imediaticidade da empiria. Para compreender esta síntese é necessária a abstração e a teoria (MARSIGLIA, s/d).

Segundo esta concepção que retiramos de Saviani, podemos dizer que na PNH os ´´sujeitos´´ são empíricos e não concretos. A PNH quer que se leve em consideração o usuário, o trabalhador e o gestor em saúde numa forma empírica e não verdadeiramente concreta. Relembremos da expressão *fenomenologia do sujeito doente*, de Campos (2003), para acentuar a importância dada pela PNH e seus teóricos à aparência e à imediatez.

Uma expoente da Psicologia Social brasileira, Silvia Lane (1984, p. 16) arremata no mesmo espírito marxista:

> Se nossa meta é atingir o indivíduo concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social, temos de partir do empírico (que o positivismo tão bem nos ensinou a descrever) e, através de análises sucessivas nos aprofundarmos, além do aparente, em direção a esse concreto, e para tanto necessitamos de categorias que, a partir do empírico (imobilizado pela descrição), nos levem ao processo subjacente e à real compreensão do indivíduo estudado.

Tópico V. 7: A questão da desigualdade socioeconômica na PNH

Vez ou outra a PNH comenta, sempre de passagem e sem relacioná-la com a desumanização ou com a humanização do homem, o problema da desigualdade socioeconômica. No Documento Base, tal desigualdade encontra-se como um desafio para o SUS ´´dar certo´´:

Ex. 1: ´´Especialmente em um país como o Brasil, com profundas desigualdades socioeconômicas, permanecem vários desafios na saúde, como a ampliação do acesso com qualidade aos serviços e aos bens de saúde e a ampliação do processo

de co-responsabilização entre trabalhadores, gestores e usuários nos processos de gerir e de cuidar´´ (BRASIL, 2010a, p. 07).

Ex. 2: É posto como um desafio, para a produção de saúde, que *permanece* ´´Considerar a diversidade cultural e a desigualdade socioeconômica presente no território nacional´´ (BRASIL, 2010a, p. 15).

Marx (2012) em *Crítica do Programa de Gotha* realiza um tratamento interessante da questão da desigualdade social. Ao criticar o programa político do então Partido Operário Alemão, de tonalidade fortemente lassalliana, reformista e estatizante, Marx (2012, p. 39) afirma, fazendo uma citação do programa do Partido:

> No lugar da vaga fraseologia que conclui o parágrafo – "pela eliminação de toda desigualdade social e política" –, dever-se-ia dizer que, com a abolição das diferenças de classes, desaparece por si mesma toda desigualdade social e política delas derivada.

Tal Programa é mais radical do que a PNH, no trato da desigualdade. Ainda assim, Marx (2012) critica-o por esconder atrás de um véu a origem de classe da desigualdade social. Marx aponta o que é fundado e o que é fundante; o que é determinado e o que é determinante. Na PNH, há o mesmo véu: fala-se da existência da desigualdade social (mas ora, isso todo mundo sabe!) porém nada é dito sobre as classes dominantes e as dominadas.

Lessa (2021, p. 58) no mesmo espírito afirma:

> A desumanidade do capitalismo não está apenas na desigualdade social. Isto é a ponta visível do *iceberg*. A desumanidade essencial está em ser uma sociedade na qual o humano não tem lugar – a não ser quando o humano pode ser transmutado em mercadoria.

Mais uma vez: a atenção da PNH enfoca unilateralmente as singularidades individuais, subjetividades e grupos sociais imediatos-empíricos. Já o marxismo, para a humanização, considera primeiramente as classes sociais e a objetividade capitalista, sem negligenciar a individualidade, a subjetividade e os grupos sociais circunscritos e imediatos.

Não é de se surpreender, portanto, que na ocasião em que o Documento Base disserta sobre as *ações que operacionalizam* a humanização do SUS (BRASIL, 2010a, p. 19, 20) nada seja dito sobre as classes sociais ou sobre as relações materiais no sistema do Capital.

Tópico V. 8: A questão da clínica tradicional enquanto causalidade fundamental para a desumanização do setor saúde

A PNH e os seus intelectuais entendem ser a clínica biomédica tradicional uma causalidade - provavelmente a principal causalidade - para os processos de desumanização vistos no setor saúde. Por isso, para eles, é fundamental outra clínica, a Clínica Ampliada[67]:

Ex. 01: O Documento Base ressalta a prioridade de ´´enfrentamento de uma clínica ainda hegemônica que: 1) toma a doença e o sintoma como seu objeto; 2) toma a remissão de sintoma e a cura como seu objetivo; 3) realiza a avaliação diagnóstica reduzindo-a à objetividade positivista clínica ou epidemiológica; 4) define a intervenção terapêutica considerando predominantemente ou exclusivamente os aspectos orgânicos´´ (BRASIL, 2010a, p. 55).

Ex. 02: A Clínica Ampliada deve combater a ´´clínica degradada, reduzida à tecnologia da queixa-conduta´´ (BRASIL, 2009a, p. 49).

Ex. 03: ´´Demonstrou-se que a Medicina opera com um objeto de estudo e de trabalho reduzido, o que traria implicações negativas tanto para o seu campo de saberes quanto para os seus métodos e técnicas de intervenção [...] Além do mais, poder-se-ia constatar hoje, que esta redução autorizaria a Clínica Oficial a se desresponsabilizar pela integralidade dos Sujeitos. Mesmo a Clínica somente se responsabiliza pela enfermidade, nunca pela pessoa do enfermo´´ (CAMPOS, 2003, p. 61).

A desumanização do homem é generalizada. Não é por meio da clínica biomédica tradicional que explicamos as guerras, os homicídios, o egoísmo, o individualismo, a exploração de classe, etc. Entendemos que todos estes fenômenos arrolados, incluindo a clínica tradicional, possuem determinações provenientes da totalidade social a partir da qual se manifestam.

Assim, julgamos que a PNH e os seus teóricos se esquecem de reconhecer a determinação social da clínica tradicional. Em relação à desumanização, a clínica é mais determinada do que determinante; é mais fundada do que fundante. Quando a PNH e seus teóricos enfatizam a clínica tradicional enquanto causalidade da desumanização, eles se prendem à aparência imediata, à esfera da cotidianidade dos serviços de saúde; prendem-se ao aspecto *vis-à-vis* da desumanização.

[67] Delongamo-nos bastante na discussão sobre a clínica tradicional e a ampliada no Cap. 4: A desumanização no setor saúde e as políticas de humanização no Brasil.

O trabalho em saúde (a clínica) possui as suas especificidades, mas isto não lhe coroa com autonomia diante da determinação que o capitalismo impõe sobre o trabalho, de maneira geral. Isto é fácil constatar porque o trabalho médico (a clínica) tem passado, historicamente, na sociedade burguesa, pelas mesmas macrotendências por que passou o trabalho de forma geral (GOMES, 2017; SCHÜHLI, 2020).

Os exemplos destas tendências são muitos: a fragmentação do trabalho e do objeto do trabalho (que leva à especialização crescente), a racionalidade instrumental, a instrumentalização crescente em detrimento dos vínculos, a padronização e a protocolização do trabalho, a ideia de *mecanismo* (o corpo como máquina, e a máquina é algo típico da sociedade industrial), o desenvolvimento da tecnologia de ponta e o centramento nela, a perda de noção do todo do processo produtivo, etc. (GOMES, 2017; SCHÜHLI, 2020).

Mutatis mutandis, são estas as acusações que se fazem contra a clínica tradicional. Falta para a PNH o reconhecimento da vinculação do trabalho em saúde (clínica) com o trabalho em geral; também falta à PNH o combate ao Capital, este Sujeito que determina essas características desumanizadoras tanto no trabalho em saúde quanto no trabalho em geral.

- *Tópico VI: Contribuições da Psicologia aos problemas que se impõem à PNH: Psicologia Tradicional e Psicologia Sócio-Histórica enquanto caminhos em contraposição*

Esperamos apontar de forma suficientemente clara a determinação social e material da personalidade, do caráter e da sociabilidade humana. Esta é também uma das diferenças entre o homem e os demais animais; no caso do homem, a determinação de sua personalidade - o seu padrão de comportamentos - é significativamente *prática*, sendo esta mesma social e histórica (GORENDER, 2011).

Corretamente Marx e Engels (2001, p. 11) afirmam a correlação orgânica entre o modo de produzir, o modo de vida e o modo de ser do homem:

> Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da

> atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Novamente, a esfera determinante da produção, do trabalho e de sua divisão, das classes sociais, etc. é a esfera da sociedade civil e não a esfera do Estado político. Assim, na determinação da personalidade do homem, na determinação das relações sociais (humanizadas ou desumanizadas) e na determinação da história como um todo, a esfera da sociedade civil desempenha maior determinação do que a esfera política do Estado. Em outras palavras, a sociedade civil possui prioridade ontológica sobre o Estado.

Foi com o gradual desenvolvimento, multissecular, das relações sociais capitalistas - todas regidas pela *concorrência* - que o individualismo, a ênfase no indivíduo pôde surgir historicamente e vir a ser predominante.

Sobre isso Marx e Engels afirmam (2019, p. 89, 90):

> A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas também os proletários, apesar do fato de que os une. Portanto, leva muito tempo para que esses indivíduos possam se unir [...]. E, portanto, todo poder organizado em face desses indivíduos isolados, que vivem em condições que reproduzem o isolamento diariamente, só pode ser derrotado após longas lutas. Exigir o contrário significaria o mesmo que exigir que a concorrência não deva existir nesta época determinada da história, ou que os indivíduos devam apagar de sua mente as relações sobre as quais eles, como indivíduos isolados, não têm controle.

Já discutimos como o capitalismo forma uma *individuação individualista* nos processos de socialização e sociabilidade*,* que integram a reprodução social. A comunidade deixa de ser prioritária, neste tipo de sociabilidade. Certamente, a individuação individualista é uma barreira à humanização das relações sociais. A PNH visa humanizar e valorizar tais relações, mas a tendência dominante dos nossos tempos é o individualismo. Diz P. Guareschi (2008, p. 24):

> Dentro de uma cosmovisão individualista, onde o ser humano é considerado como indivíduo (o *indivisum in se et divisum a quolibet alio*, isto é, o que é um/uno, mas que não tem nada a ver com

> qualquer outra coisa), sob o império do liberalismo, fica difícil de se perceber que a ética só pode ser dita das relações e onde ela mesma é sempre uma relação (grifos do autor).

A ênfase, da PNH, no aspecto relacional e sua aposta ética-estética-política são muito mais sintomas da doença instalada do que cura para a doença. O capitalismo (e o seu correspondente ideal, o liberalismo) transformou não apenas a aparência física do mundo mas, também, todas as suas relações sociais. Como ressalta Guareschi (2008), a centralização de tudo no ´´eu´´ perturba os aspectos relacionais e impede uma ética fundamentada na relação.

O paradigma liberal capitalista atomiza as pessoas. Por isso Marx (2010b) defende que a universalidade pretendida pelo Estado é uma universalidade abstrata e o cidadão também é uma abstração do Estado diante da atomizada, particularista e concreta sociedade civil burguesa. O idealismo do Estado não pode fazer frente ao materialismo da sociedade burguesa fazendo surgir a contradição entre o *citoyen* (o cidadão, o homem genérico porém abstrato) e o *bourgeois* (o homem egoísta e concreto da sociedade civil burguesa).

O liberalismo capitalista fez do homem *indivíduo*. Esta noção onipresente de individualidade, diz Guareschi (2008), ressoa até no que se entende por social e por sociedade. A sociedade passa a ser representada ideologicamente como a *sociedade de indivíduos*, a sociedade deixa de possuir estrutura e modo de funcionamento próprios (explicitados pelas categorias marxistas) e torna-se um grande aglomerado de indivíduos, uma soma de individuais.

É justamente este o ´´social´´ que predomina na PNH: os indivíduos concretos e imediatos, trabalhadores, usuários e gestores, familiares dos usuários, apoiadores institucionais, etc. formam o ´´social´´ da PNH. O social da PNH é o social enquanto soma e aglomerado de indivíduos. O social e a sociedade, graças à ideologia, deixa de ser *qualitativamente* diferente da soma de seus membros individuais e, ao mesmo tempo, deixa de ser determinante da vida de todos eles. Na ideologia, o social e a sociedade é apenas um dado *quantitativo*.

O individualismo é o ar que nos cerca e do qual respiramos, e isso obstrui seriamente os objetivos humanizadores e coletivistas da PNH. Humanização e liberalismo não combinam, conforme reitera Guareschi (2008, p. 30):

> O individualismo, nesse contexto, se apresenta na expressão paradoxal de Farr (1991), como uma “representação coletiva”: nada que tenha se tornado tão “coletivo”, do que exatamente esse comportamento “individual”. E na máquina liberal em que nós estamos, sempre tem que haver excluídos. E essa competição deve ser de âmbito mundial. Dentro da filosofia liberal, não há espaço para colaboração, cooperação e solidariedade. Vale a lei do mais forte.

O liberalismo, enquanto a grande ideologia da modernidade, é, simultaneamente, um forte elemento de *influência cultural no texto da PNH* e um poderoso elemento que *limita na prática as suas propostas humanizadoras*. A Psicologia também possui, ela própria, muitas e complexas relações com o liberalismo moderno. Destacamos aqui duas observações, correlacionadas entre si, que julgamos cardeais:

a) A própria Psicologia enquanto *ciência do indivíduo* somente poderia existir na modernidade, na época histórica do capitalismo; por isso não surgiu antes. A Psicologia Tradicional trabalha com este indivíduo isolado nascido somente na modernidade. Para que houvesse Psicologia Científica ou Psicologia Moderna, o ocidente precisou criar a hegemonia da *experiência da subjetividade privatizada* e passar pelas crises desta nova subjetividade, no igualmente novo mundo moderno, como bem apontaram Figueiredo (2021) e Bock (2004).

b) Como era de se esperar, a Psicologia sofreu forte impacto ideoteórico e influência estrutural direta proveniente do liberalismo (BOCK, 2004). Sobre os itens a) e b) nos debruçamos mais a seguir.

É somente na modernidade que surge a ênfase no indivíduo e na vida privada. É no contexto do desenvolvimento e consolidação do capitalismo na modernidade que, conforme diz Bock (2004, p. 03):

> Vamos assistir ao desenvolvimento da noção de vida privada [...] a vida coletiva vai dando lugar a um espaço privado de vida. As casas vão modificando sua arquitetura para reservar locais privados para os indivíduos; os nomes vão se individualizando; marcas vão sendo colocadas em roupas, guardanapos, lençóis permitindo identificação. A vida do trabalho vai saindo da casa para a fábrica, modificando o

> caráter da vida pública. A casa vai se tornando lugar reservado à família, que dentro de casa, vai também dividindo espaços e permitindo lugares mais individuais e privados. Os banheiros saem dos corredores para se tornarem lugares fechados e posteriormente individualizados.

Em paralelo e em consonância com os novos tempos, com o novo modo de vida nas cidades, centrado no comércio e na competição, o homem moderno teve as condições para enxergar-se de outra forma e isto necessariamente teve repercussões em seu modo de pensar teoricamente. Diz Bock (2004, p. 03):

> A noção de eu e a individualização vão nascendo e se desenvolvendo com a história do capitalismo. A idéia de um mundo "interno" aos sujeitos, da existência de componentes individuais, singulares, pessoais, privados vai tomando força, permitindo o desenvolvimento de um sentimento de eu. A possibilidade de uma ciência que estude este sentimento e este fenômeno também é resultado deste processo histórico. A Psicologia vai se tornando necessária.

Na modernidade, a processualidade histórica fez nascer a privatização da vida, da consciência, do homem e da sociedade. É nesta sociedade que se produziu um sujeito dotado de subjetividade, individualidade e de identidade. Claro está que a experiência de sermos intrinsecamente capazes de decisões, sentimentos e emoções privadas somente se aprofunda numa sociedade com determinadas características (FIGUEIREDO, 2021).

Recuperando o que apontamos anteriormente nesta dissertação (p. 10):

> A crítica baroniana (1997) à Psicologia Tradicional conduz-se por algumas vias. Uma via é o fato de que os serviços psicológicos existem quase exclusivamente para os setores mais abastados da sociedade - a crítica sobre a acessibilidade da Psicologia. A outra via - para nós, na presente dissertação, de extrema importância - refere-se ao fato de a Psicologia centrar-se nas ´´raízes pessoais dos problemas´´ [...] esquecendo-se das determinações histórico-sociais imanentes a toda atividade humana.

Ora, partimos da e desenvolvemos a crítica de Souza e Maurício[68] (2018) sobre o fato da PNH centrar-se unilateralmente nos aspectos subjetivos e

[68] Crítica apresentada no capítulo em que efetuamos uma revisão narrativa da literatura crítica das políticas de humanização.

relacionais da desumanização e da humanização, em detrimento da devida consideração a respeito da realidade social capitalista. Articulando a isso o que outros autores disseram sobre o *modus operandi* da Psicologia Tradicional, não podemos deixar de apontar a semelhança entre elas, similitude esta que julgamos ser proveniente do liberalismo que embasa ambas.

Ao se comportar como a Psicologia Tradicional, a PNH se dirige para as consciências, para as relações encapsuladas nas unidades de saúde, para as percepções, para os vínculos profissionais… como se esses se dessem fora de uma sociedade determinada e específica, a sociedade burguesa; como se todos estes fenômenos não estivessem trespassados por todos os lados pela lógica da mercadoria e da mercantilização das relações sociais, pelo individualismo burguês, pela coisificação, alienação e pelo fetichismo da mercadoria.

O liberalismo, desde o seu início, enfoca as ideias de individualidade, liberdade, criatividade, autonomia - todas estas ideias sobejam na PNH e em seus teóricos. Esta é a concepção liberal de ser humano, o homem que se autodetermina ou, como se diz no âmbito empresarial, o *self made man*.

O homem segundo o ideário liberal é representado, por seus críticos, como o *Barão de Münchhausen*: o homem que tenta salvar-se de afundar no pântano puxando a si pelos próprios cabelos. A verdade é o oposto do pensamento liberal: o homem possui as suas características forjadas por seu tempo e pela sua sociedade (FACCI, 2004).

O problema teórico-prático da PNH é que para a humanização ocorrer se enfatiza a reforma da consciência e se secundariza o mundo capitalista e o antagonismo de suas classes sociais. A concepção de homem da PNH é a do Barão de Münchhausen. A nossa proposta é fazer o Barão se afogar e fazer emergir do lamaçal o verdadeiro sujeito da humanização: o homem ativo, histórico e social.

Ao comentar sobre a natureza da Psicologia Tradicional, Bock (1997, p. 39) faz afirmações que nos fazem lembrar bastante da PNH:

> A relação do Indivíduo com a sociedade é uma relação praticamente inexistente. As relações apontadas como necessárias e importantes para o desenvolvimento do homem dizem respeito, fundamentalmente, às relações com os outros homens. Não são, no entanto, relações situadas no tempo histórico, em condições determinadas de vida, permeadas de significações e linguagens específicas, com condições de trabalho e formas de produção da

> sobrevivência. Não há a visão de um conjunto de homens compartilhando esses elementos históricos e sendo determinados por esses elementos. O termo social parece se referir apenas à existência de outros homens.

Nem a PNH nem a Psicologia Tradicional negam a existência física dos homens. Mas entre aceitar os indivíduos singulares empíricos e, por outro lado, compreender que estes formam um conjunto de configuração determinada, tendo como base a produção da vida material, e que esta forma social determinada e específica condiciona o homem para algumas direções, isto é, condicionam o ser e a sociabilidade deste homem, aí já estamos em outro campo e em outra concepção de homem e de sociedade.

Afirmamos a afinidade entre a PNH e a Psicologia Tradicional. A explicação que julgamos correta para esta afinidade é a de que ambas formam-se no contexto de uma sociedade capitalista, onde o *liberalismo* é pano de fundo cultural em comum para ambas.

Outra ideia originariamente e profundamente liberal que encontramos a todo momento na PNH é a ideia de direito, a ideia de que os homens possuem direitos naturais e universais e que estes devem ser respeitados pelo poder político-estatal. A própria *crença* na capacidade civilizatória do Estado Democrático e de Direito é uma crença tipicamente liberal (MORAES, 1997). De igual modo, reiterando, entre a PNH e o liberalismo temos também a ênfase no indivíduo, em sua identidade, em sua singularidade radical e fundante.

Inserimos nosso trabalho numa perspectiva crítica e considerando o compromisso social da Psicologia. Considerando também o seu caráter interdisciplinar, que não encapsula a subjetividade humana nela própria, com leis e regimentos internos próprios. Estando a subjetividade condicionada aos determinantes histórico-sociais, estes últimos devem ser analisados e discutidos. Por isso, Bock (1997) sublinha o caráter de *ciência social* da Psicologia.

A Psicologia Tradicional não se engaja neste itinerário e, portanto, ela não parece ter um papel na humanização do homem (como nós entendemos a palavra

humanização). Na verdade, a Psicologia Tradicional oferece uma via[69] bastante específica diante dos conflitos sociais: mudar o indivíduo e preservar a ordem social. Este é o caminho da individualização/psicologicização e da adaptação. O mesmo caminho, conforme nos parece, é o seguido pelas políticas institucionais de humanização.

A Psicologia Sócio-Histórica, de orientação marxista, segue um enquadramento diferente. É como afirma Bock (1997, p. 38):

> O homem concreto é objeto da Psicologia: A Psicologia deve buscar compreender o indivíduo a partir da inserção desse homem na sociedade. O indivíduo só pode ser realmente compreendido em sua singularidade, quando inserido na totalidade social e histórica que o determina e dá sentido à sua singularidade. A Psicologia não tem trabalhado assim. Tem descolado o homem dessa totalidade que o determina, estudando-o de forma isolada. Com esse procedimento, a Psicologia tem naturalizado o homem e o psiquismo acaba sendo tomado como algo já existente no homem, que se realiza, desabrocha, atualiza-se; o psiquismo é tomado como um *a priori* no homem.

A sociedade e o social não são canteiros, terrenos passivos onde a semente do homem, já pré-programada para ser o que será, se desenvolve e desabrocha. Esta é a visão da Psicologia Tradicional e Liberal contra a qual a Psicologia Sócio-Histórica se insurge. O homem *não* possui, como quer o liberalismo[70], uma natureza humana, uma natureza anistórica e pronta, uma essência situada acima da história e independente dela.

A PNH também parece seguir o liberalismo neste quesito: não há em seu texto o reconhecimento do caráter radicalmente histórico do ser do homem, de sua humanidade, de sua humanização e de sua desumanização[71]. Para o diagnóstico da desumanização do homem e para a proposta de sua humanização, a PNH não

[69] Via bastante diferente da que propomos, a seguir, baseando-nos em autores da tradição marxista.

[70] E como parecem querer ou indicar Gastão Campos (2005) e Rosana Onocko (2004), com os quais já debatemos neste trabalho (*vide* próxima nota de rodapé).

[71] A falta de compreensão a respeito da radical historicidade do ser e da humanidade do homem (e de todas as consequências que isso envolve) fizeram Campos (2005) e Onocko (2004), dois dos maiores mentores da PNH, afirmarem que falar em humanização ou desumanização é algo ambíguo e ilógico, é um problema conceitual. A opinião destes autores é narrada no capítulo 04 e a nossa crítica situa-se no Tópico IV: O problema imposto à PNH pelas categorias da alienação, da reificação e do fetichismo da mercadoria.

considera o peso da história e da sociedade determinada na qual vivemos - a sociedade burguesa que se embasa no modo de produção capitalista.

A Psicologia Sócio-Histórica contribui para dissolver as dicotomias entre subjetividade e objetividade, entre mundo interno e mundo externo, entre indivíduo e sociedade. Esta Psicologia exige a compreensão e o estudo de cada polo destes pares, visto a determinação recíproca existente neles. Assim sendo, o entendimento sobre o fenômeno psicológico exige o entendimento do fenômeno histórico e social (BOCK, 2004).

A subjetividade deixa de ser vista como natural, como um dado biológico (ou de determinação exclusivamente cerebral) ou metafísico (a alma) e passa a estar organicamente vinculada com determinada *práxis* social. Cabe à Psicologia de orientação marxista ´´recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade´´ (LANE, 1984, p. 13).

Esta ampliação do entendimento das determinações do fenômeno psicológico altera não apenas o entendimento puro. Esta redefinição e ampliação da compreensão do fenômeno psicológico exige uma nova postura dos psicólogos. Plenamente cientes da determinação social e histórica de seu objeto de estudo, os psicólogos devem engajar-se para conhecer e transformar tais determinações sociais e históricas, melhorando-as, qualificando-as. A redefinição do fenômeno psicológico traz consigo uma nova visão da Psicologia enquanto *ciência* e enquanto *profissão* (BOCK, 2004).

Isto resulta necessariamente da compreensão de que o sofrimento psicológico, o adoecimento, o conflito de identidades, os conflitos familiares, os preconceitos, o bem-estar subjetivo, a desumanização do homem, etc. são determinações sociais. Neste sentido, Bock (2004, p. 10) levanta ponderações muito pertinentes:

> [...] os sofrimentos psíquicos que temos e que nossos conteúdos e estruturas psíquicas são reflexo de um mundo de competição, de discriminação, de estigmatização, de diferenciação [...] Passamos a perceber a necessidade de nos posicionarmos sobre qual homem e qual sociedade queremos estimular. Isto porque, passamos a pensar que o mundo psicológico não está pronto e nem mesmo tem direção para seu desenvolvimento dada naturalmente. Nossas intervenções

> profissionais são portanto direcionamentos. Qual mundo queremos estimular? Qual sociedade? Qual subjetividade? Qual homem?

A *construção da história* passa a ser incluída entre os mais importantes afazeres profissionais da Psicologia. Assim sendo, a Psicologia e os psicólogos devem lutar por uma sociedade mais humana, ou seja, por uma sociedade que não faça regredir o estatuto humano do homem em direção à coisalidade e à animalidade.

A via ótima para isso, o caminho para as transformações sociais, desde Marx até Dermeval Saviani, é a educação popular e o movimento organizado dos trabalhadores visando a luta política contra a vida desumanizada substanciada pela alienação, pela coisificação e pelo fetichismo da mercadoria. Desde Marx, compreendemos que é a classe trabalhadora a que possui a maior potencialidade em mudar o *establishment*, e assim, só assim, mudar a essência humana.

Temos consciência de que os psicólogos formam a categoria profissional mais associada à PNH. Moreira, et. al. (2015) realizaram uma revisão integrativa de literatura na qual uma das perguntas norteadoras foi a área de formação a qual pertencia os autores dos artigos estudados. O resultado foi que 40% dos autores eram provenientes da Psicologia - a categoria profissional que liderou a produção de artigos sobre a humanização na saúde - e, em segundo lugar, a Enfermagem com 33% dos autores.

Na prática profissional cotidiana também há forte correlação entre a Psicologia e a PNH: muitas vezes são estes profissionais que tomam ´´iniciativas humanizadoras´´; que coordenam Grupos de Trabalho de Humanização; e que são responsáveis por coordenar os trabalhos em grupos e as dinâmicas de grupos relacionados à temática. Parte desta afinidade entre a Psicologia e a PNH pensamos que nós explicitamos nesta dissertação.

Desejamos mostrar aos colegas psicólogos a importância da compreensão da totalidade social e a importância de não perderem-se na fragmentação que a singularização e o subjetivismo trazem para a prática profissional - o mesmo erro da PNH. A Psicologia Sócio-Histórica oferece, como dissemos, a redefinição do fenômeno psicológico que traz transformações para a Psicologia enquanto ciência e

profissão, sendo esta redefinição, se levada à prática pelos psicólogos, capaz de contribuir para um mundo mais humano.

A própria Psicologia busca isolar-se, diferenciar-se - com objetivos mercadológicos - das outras ciências. Para além de preocuparem-se com as *práticas privativas* da profissão, devemos dizer que diante da sociedade posta, os psicólogos deveriam se engajar em atividades comuns, em movimentos sociais, ainda que isto não resulte necessariamente na perda de suas atribuições específicas e de sua identidade profissional.

Em consonância com esta abordagem crítica, progressista e dialética, resgatamos Ignácio Martín-Baró (1997, p. 16), com cujas ideias iniciamos este trabalho:

> Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz assim a possibilidade de uma nova *práxis* que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2023, a PNH completa vinte anos de seu lançamento. Então, em 2003, a política foi lançada no primeiro ano do governo Lula. Após todos os percalços desde então, Lula é reeleito em 2022. É provável que, com Lula novamente no Executivo, a PNH, esta jovem de vinte anos, passe por um reavivamento devido ao plano ideopolítico em que o governo se moverá. É provável que os intelectuais de então, agora mais velhos, sejam nomeados novamente e passem a pensar e repensar a questão da humanização da saúde[72].

Nosso objetivo não é provocar desânimo, mas entendemos a humanização de forma muito mais radical e ampliada. Não só a humanização, segundo a tradição marxista, pressupõe outra sociedade, fora das balizas delimitadas pelo Capital. Mas também afirmamos que mesmo tomando a humanização da PNH, esta mesma encontra-se obstruída em várias direções e possibilidades.

Ou seja, pensar a humanização conforme o Materialismo Histórico nos permite, simultaneamente, vê-la na sua forma mais profunda e também permite questionar o alcance da humanização política, a humanização da PNH, a humanização menos profunda.

Este conjunto de afirmações é cardeal e pertence ao grupo dos principais resultados a que chegamos nesta pesquisa[73]:

1) A humanização política da PNH parte de ideias, concepções e condições para efetivação bastante diferentes da humanização do Materialismo Histórico. Trata-se de tipos diferentes de humanização e de tipos diferentes de condições necessárias;

[72] Houve uma reunião pública e transmitida ao vivo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que contou com a presença de milhares de militantes e do então candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva. Nesta ocasião, quando Rosana Teresa Onocko esteve com a palavra, ela pediu, diante de todos, uma nova oportunidade ao candidato para, se ele eleito, ela atuar novamente na pasta da saúde.

[73] Já anunciamos estas assertivas em outro momento, na ocasião em que nos referimos à polêmica entre Marx e Bruno Bauer, no Tópico II: O problema imposto à PNH pelas categorias do Estado burguês e da emancipação política.

2) Nesta diferença, e ao compará-las, verificamos que a humanização do Materialismo Histórico é muito mais profunda e radical - assim como o são as suas condições necessárias para a efetivação e;

3) A partir da teoria da humanização, segundo o Materialismo Histórico, podemos compreender o porquê de mesmo a humanização restrita da PNH (esta humanização de curto alcance e de poucas pré-condições) achar-se, ao mesmo tempo, tão limitada em suas próprias aspirações iniciais e em sua capacidade real de tornar-se concreta.

Assim, ganhamos duplamente vendo a humanização segundo o pensamento de Marx. Colocar a *humanização efetiva* na conta de uma sociedade pós-capitalista nos retira muitas esperanças, retira-nos, na verdade, muitas ilusões. Mas ao menos não esperamos algo (a humanização real e substantiva) de onde esta não virá. Resta evidente a *contraposição* entre a concepção e efetivação da humanização do homem no marxismo e, por outro lado, nas políticas de saúde do Estado brasileiro.

Esperamos de igual modo contribuir na resposta aos porquês de o que se encontra na ´´Constituição Cidadã´´ de 1988 (e demais documentos, como os da PNH) não se cumprir ou estar longe de uma realização abrangente, consistente e duradoura.

A saúde é um direito *usufruído* por todos? A alteridade dos usuários é reconhecida e valorizada? O profissional de saúde enxerga o seu interlocutor em sua integralidade? Há o desenvolvimento de vínculos solidários entre ambos? O SUS, de fato, é universal e equânime? Tantas perguntas como essas podem servir para observarmos que a ´´realidade real´´ e a ´´realidade escrita´´ são diferentes.

Até que ponto os atos oficiais, na forma de documentos instrutivos e deliberativos, determinam a vida, o trabalho, etc.? Ou são, os documentos, as propostas, as ideias que são, em maior medida, determinadas pela vida social, pelo trabalho, pelas condições objetivadas? Podemos antever que a PNH se parece com o ideário liberal que bradava: liberdade, igualdade e fraternidade! Talvez até seja uma atualização desse ideário[74]. Porém, juntamente com Marx, podemos dizer que

[74] Ressalva-se uma diferença fundamental: o liberalismo clássico possuía claro aspecto revolucionário afinado com a burguesia ascendente e em vias de dominar as demais classes sociais e superar o Antigo Regime. As propostas da PNH não nos parecem revolucionárias. Outra diferença refere-se ao fato de que o liberalismo *clássico (*e, portanto, anterior à decadência ideológica da burguesia) privilegia a igualdade e a PNH, por outro

a igualdade jurídica não é a igualdade real; que a liberdade de compra e venda não é a liberdade verdadeiramente humana; e, podemos indagar: sem igualdade e liberdade reais, qual fraternidade nos resta?

Uma proposição que procuramos aventar é que a PNH se encaminha pela mesma trilha da Psicologia: em seus documentos oficiais há o privilégio do reconhecimento de *singularidades, especificidades, subjetividades* sem a devida atenção aos condicionamentos históricos da desumanização do homem e do trabalhador e usuário da saúde.

De igual modo, ressaltamos a ausência ou a insuficiência do reconhecimento da história para a solução a que a PNH se propõe: a humanização do trabalho em saúde. Assim, não há a notabilidade devida para a ação histórica, para a transformação histórica-social, para o modo de produção atual da existência, para as relações sociais de produção, nem para a natureza do ser social neste tipo de sociedade.

Tivemos, assim, em todo o tempo, muita clareza de que a análise do capitalismo é a base necessária para se compreender a *sociedade burguesa*, como um todo, pois ´´nessa sociedade, o conjunto das relações sociais está subordinado ao comando do capital´´ (NETTO; BRAZ, 2012, p. 37).

A categoria da totalidade também mostrou-se bastante útil, pois, vemos que a desumanização não é especificidade dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde. A desumanização - que no capitalismo assume a forma de desumanização por meio da transformação de tudo, incluindo as pessoas, em *mercadorias, em coisas* - permeia toda a realidade social, toda a sociedade burguesa.

Uma estratégia setorial e parcelar do setor saúde não nos parece habilitada a transformar ´´toda a realidade social´´ nem mesmo a parte dela, no caso o setor saúde, visto que a totalidade possui regência e predominância sobre todas as suas partes constituintes.

Assim, a estratégia possível para se transformar a desumanização generalizada em humanização substantiva só pode ser aquela que vise a transformação da própria totalidade, da própria sociedade como um todo. Todas as

---

lado, privilegia as diferenças e singularidades entre os homens. Maiores comentários sobre a relação entre a PNH e o liberalismo foram fornecidos nos Tópicos V e VI da presente dissertação.

partes da sociedade burguesa (incluindo os serviços de saúde) encontram-se sob as leis gerais da sociabilidade capitalista.

A diferença fundamental entre o Materialismo Histórico e a maior parte da produção sobre a humanização na Saúde Coletiva refere-se à *causa* da desumanização: nesta, a origem é o modelo biomédico de medicina - um modelo determinado de atenção e gestão em saúde - e também aos desequilíbrios de poder existentes nas práticas de saúde. Já no Materialismo Histórico, a desumanização é resultado de processos sociais amplos e generalizados, fundados na propriedade privada, divisão social do trabalho e mercantilização das relações humanas.

A proposta para livrar o homem de sua desumanização também são bastante diversas, se comparados o Materialismo Histórico com as políticas públicas de humanização. No primeiro, busca-se a transformação do modo de produção que fundamenta a vida social e, assim, a transformação da totalidade das relações sociais. Estas relações são entendidas como determinadas historicamente e, portanto, passíveis de transformação.

Já nas políticas de humanização, a humanização do homem é pensada exclusivamente para o homem enquanto em serviços de saúde (gestores, usuários e trabalhadores de saúde) e a superação da desumanização (também pensada de forma restrita ao setor saúde) se dá por uma proposta de igual modo restrita ao próprio setor saúde: a mudança dos modelos de atenção e gestão em saúde.

Uma limitação que podemos estabelecer nos textos oficiais da PNH é que esta levanta uma fronteira mais ou menos rígida entre a desumanização na saúde - e suas causas - e a conexão orgânica entre essas e a sociedade como um todo. Como a desumanização é vista de forma setorialista e parcelar, a superação da desumanização proposta também é concebida de forma setorialista e parcelar. Tudo se passa como se houvesse um novo *cosmos* nos intramuros da saúde, diferente do *cosmos* daqui de fora.

As políticas de humanização, e suas propostas de alterações na atenção e na gestão em saúde, visam combater as contradições da ordem capitalista que se manifestam não somente, mas também, nas relações sociais entre profissionais e usuários de saúde. As políticas de humanização procuram solucionar, com

propostas clínicas, contradições que não nascem na clínica e se espraiam pela sociedade mas que nascem na sociedade e se infiltram na clínica[75].

O marxismo efetua um tratamento oposto ao tema da desumanização: esta ocorre na totalidade social; expressa-se em suas partes (os serviços de saúde é uma das muitas partes da totalidade); e a superação da desumanização se dará se, e somente se, houver a transformação do todo da realidade social, atualmente fundamentada nas relações capitalistas de produção.

Um exemplo do fato da compreensão setorialista da humanização/desumanização, efetuada pelas políticas de saúde, se dá quando a produção de sujeitos e de subjetividades é *majoritariamente* vinculada ao trabalho em saúde[76].

A PNH ensina a inseparabilidade entre a produção de saúde e a produção de sujeitos e subjetividades. Esta noção, entre outras vezes, surgiu conforme o seguinte, na letra da PNH: "Em uma democracia institucional, diz respeito à constituição de sujeitos autônomos e protagonistas no processo de produção de sua própria saúde" (2010a, p. 65).

Não se expõe ou se explicita, porém, o papel central e anterior exercido pela sociedade burguesa tanto na produção de sujeitos e de subjetividades como também na forma como se produz saúde. E também, em um próximo nível, no condicionamento social do que é considerado saúde, saudável, doença, etc.

Algumas reformas na área da saúde mostraram-se importantes ao longo da história. Não desprezamos isso. Mostraram-se enquanto movimentos contra-hegemônicos, avanços e progressos na direção da luta por maior justiça social. Lancetti e Amarante (2006), por exemplo, descrevem a evolução organizacional/sanitária por que passou o campo da saúde mental: desde os

[75] Sobre a determinação social da clínica tradicional, *vide* Tópico V: Uma releitura crítica do Documento Base e das Cartilhas após o desvelamento dos problemas impostos à PNH.

[76] A ênfase recorrente da produção de sujeitos e de subjetividades nos contextos dos serviços de saúde, nos documentos da PNH, nos parece exagerada. Porém, colocamos majoritariamente em itálico porque encontramos a seguinte definição de sujeito/subjetividade (entrada única) no Glossário do Documento Base (2010a, p. 67): ´´Território existencial resultado de um processo de produção de subjetividade sempre coletivo, histórico e determinado por múltiplos vetores: familiares, políticos, econômicos, ambientais, midiáticos, etc´´. Fazemos esta ressalva para não sermos vistos fazendo críticas unilaterais.

manicômios (onde havia *isolamento*, *tratamento moral*[77] e, com frequência maus-tratos) até as atuais redes territorializadas de atenção em saúde mental, livres dos antigos entraves da psiquiatria tradicional e manicomial.

A Política Nacional de Atenção Básica, organizada segundo a Estratégia da Saúde da Família, constitui-se, também, de progressos por meio de reformas e reformulações, que produzem avanços na organização do trabalho e na resolutividade do sistema público de saúde brasileiro. A ênfase na Atenção Básica e a organização dos trabalhadores em equipes de referência e apoio matricial têm implicações práticas importantes e resultados consideráveis. Obviamente, são possíveis progressos relativos por meio de reformas sociais.

O mesmo pode ocorrer, em vários aspectos, com a PNH. Os seus *resultados esperados*, apresentados anteriormente no capítulo em que discorremos sobre o seu Documento Base, podem ser alguns efetivamente alcançados em muitos lugares e outros parcialmente alcançados. Portanto, temos avanços. As experiências divulgadas a partir do projeto ´´SUS que dá certo´´ demonstram avanços inquestionáveis.

Vejam como Marx e Engels (2012), em seu *Manifesto do Partido Comunista*, realizaram na seção *Burgueses e proletários*, ´´um louvor tão extravagante ao capitalismo que beira a admiração pura e simples´´, nas palavras de M. Berman[78] (2012, p. 92). Também entendemos que seja muito útil compreender os avanços materiais e espirituais ocorridos sob o capitalismo com as categorias de emancipação política e emancipação humana, lançadas por Marx (2010b) em *A questão Judaica*.

O devenir histórico e o acúmulo também histórico de riquezas materiais e espirituais fez com que a sociedade se complexificasse, assim como os indivíduos

[77] Os conceitos-práticas manicomiais de isolamento e de tratamento moral não permitem a sua plena compreensão sem recorrer à literatura referida.

[78] Berman (2012, p. 93, 94), mais adiante em seu posfácio ao *Manifesto*, esclarece: ´´Essa primeira parte do texto, “Burgueses e proletários”, tem muitas passagens como essas, escritas em acordes maiores. Mas alguns dos colegas radicais de Marx, como Proudhon e Bakunin, viram nessa apreciação do capitalismo uma traição às vítimas desse mesmo capitalismo. É uma acusação que ainda hoje se ouve e que merece resposta séria. Marx odeia o capitalismo, mas acha também que ele trouxe imensos benefícios reais, tanto espirituais como materiais, e quer que esses benefícios sejam distribuídos e desfrutados por todos, em vez de constituírem monopólio de uma pequena classe governante´´.

que vivem em sociedades complexas devem ser indivíduos mais complexificados e portadores de maiores habilidades (LESSA; TONET, 2011).

O capitalismo e as instituições modernas (entre elas, os sistemas de saúde) são complexos e não se pode rejeitá-los em bloco, menos ainda podemos deixar de encontrar contradições inerentes ao sistema capitalista atual e suas instituições. Com isso em mente, procuramos deixar claro o conceito de *crítica* segundo o referencial marxista, exposto no método desta dissertação.

Que avanços ou retrocessos podem ser feitos por meio de políticas públicas, isto é verdade. O que questionamos é o grau, a extensão, a sustentação de longo prazo, e a natureza desses avanços.

Defendemos que a humanização, no sentido cheio da palavra, no sentido de emancipação humana, e também algumas descrições contidas nos documentos acadêmicos e oficiais sobre a PNH, somente podem ser realizadas sob uma transformação concreta de toda a sociedade, e portanto, do próprio homem.

A título de exemplo, podemos nos referir a Brasil (2004, p. 05) quando propõe que a relação entre profissionais de saúde e usuários não sejam automáticas (baseadas na queixa-conduta) mas sim que seja exercido o ´´*vínculo fundamental* que permite, efetivamente, a responsabilidade sanitária que constitui o ato de saúde´´ (grifo nosso). Mais adiante (2004, p. 09), é dito o seguinte:

> Podemos dizer que a Rede de Humanização em Saúde é uma *rede de construção permanente e solidária de laços de cidadania*. Trata-se, portanto, de olhar cada sujeito em sua especificidade, sua história de vida, mas também de olhá-lo como sujeito de um coletivo, *sujeito da história de muitas vidas* (grifo nosso).

Oferecendo mais exemplos, ainda no mesmo documento oficial (BRASIL, 2004, p. 08) é dito o seguinte acerca do objetivo da humanização da saúde: ´´Trata-se, então, de investir na *produção de um novo tipo de interação entre os sujeitos* que constituem os sistemas de saúde e deles usufruem, acolhendo tais atores e fomentando seu protagonismo´´ (grifos dos autores).

Ou, ainda, quando o Documento Base oferece um dos sentidos para o conceito de *transversalidade* (BRASIL, 2010a, p. 23):

> Transformação dos modos de relação e de comunicação entre os sujeitos implicados nos processos de produção de saúde,

> produzindo como efeito a desestabilização das fronteiras dos saberes, dos territórios de poder e dos modos instituídos na constituição das relações de trabalho.

De maneira semelhante, em Brasil (2010a, p. 8, 9), expressam-se os valores que norteiam a PNH. A nosso ver, serão necessárias transformações sociais significativas para que estes valores se tornem a forma real como as pessoas, e também profissionais de saúde e usuários, se relacionam em seu cotidiano:

> Os valores que norteiam essa política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários, a construção de redes de cooperação e a participação coletiva no processo de gestão[79].

A proposta documental de valores para nortear a vida prática de uma comunidade é, na verdade, dentre as antiguidades uma das práticas mais antigas. As mais diversas religiões são prova disso. Essas diretrizes podem possuir uma autonomia relativa em relação às classes sociais e à divisão social do trabalho em tela, num dado momento histórico. Já dissemos que o que se passa na consciência não é uma derivação mecânica da realidade externa.

Porém, as propostas e normativas que se ancoram em vários aspectos da realidade externa e nos interesses das classes dominantes ou em ascensão possuem muito mais chances de se concretizarem e de se manterem. Cabe questionar as limitações de prescrições que não possuem uma vinculação importante com o real[80].

Da mesma forma que questionamos, por exemplo, as limitações da prescrição do apóstolo Paulo[81] sobre o amor (1 Coríntios 13: 4-7), em uma

[79] A participação coletiva nos processos de gestão, bem como os outros valores, está bastante longe de ser efetivada. Dentro da ordem burguesa, sem sair dela, podemos fazer a distinção entre democracia representativa e a democracia participativa. Esta última está longe de ser a realidade dos processos decisórios brasileiros, como um todo, e em particular, dos processos decisórios no âmbito da saúde pública. A democracia representativa é dominante nas nossas práticas na mesma medida em que o *voto,* no imaginário dos brasileiros, é tido como o principal, senão o único, modo de intervir politicamente.

[80] ´´[...] As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a história quanto a sua impotência quando não encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em prática (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos´´ (LESSA; TONET, 2011, p. 43).

[81] Estudos mais recentes da crítica textual bíblica sugerem que esta passagem (1 Co. 13) não foi escrita pelo apóstolo Paulo, mas sim trata-se de uma interpolação posterior.

sociedade escravista, hierarquicamente fixada e de acentuada dominação do homem pelo homem e de uma nação por outra (BÍBLIA, 2007):

> O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece.
> Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal;
> Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;
> Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

Também este amor - "amarás ao teu próximo como a ti mesmo" - e as demais *virtudes teologais*[82] não impediram de nascer as relações servis do feudalismo ou a industrialização selvagem ocorrida primeiramente na Europa cristã (justo na Europa Ocidental, de tradição arraigada no cristianismo…).

Portanto, cabe questionar a conversão para a vida real de ideias morais, tais como essas, que foram e ainda são tão conhecidas por todos nós, desde a infância. Ao explicar o porquê do homem não viver os belos valores, o religioso diz que isto ocorre devido à sua *natureza humana* pecaminosa. Nós, porém, não descemos do céu para a terra. Permanecemos na terra e é, inclusive, por ela que procuramos entender os céus.

Os princípios e valores da PNH se assemelham aos da denominada Constituição Cidadã e, também, aos da Lei Orgânica da Saúde. Estes marcos jurídicos, anteriores à PNH e importantes para a sua construção, possuem claras limitações em se efetivar. Não estamos, aqui, falando de revolução ou ruptura em direção ao comunismo. Estamos dizendo que o ordenamento jurídico brasileiro e seus valores (baseados na ideia de direitos sociais, no período de redemocratização política) têm encontrado sérias dificuldades em se concretizar.

Avanços jurídicos (documentais, normativos) não constituem avanços reais sem as necessárias transformações econômicas. Behring e Boschetti (2016) descrevem a contradição que há, e que houve, no Brasil a partir da década de 90: a Constituição Cidadã e seus valores democráticos e populares, em evidente reação ao período ditatorial de mais de vinte anos, são valores estes implodidos por

[82] As chamadas virtudes teologais são as encontradas no texto paulino de 1 Co. 13 - supostamente paulino - (*vide* nota de rodapé anterior) e são três virtudes: a fé, a esperança e o amor. A maior virtude de todas seria o amor (BÍBLIA, 2007).

crescentes contrarreformas neoliberais, desde Collor e, principalmente, com Fernando Henrique Cardoso e sucessores.

A *própria* Constituição Cidadã, tão louvada pelos teóricos e pelos textos oficiais da PNH, têm sido fortemente transfigurada, retorcida, virada e desvirada por meio de muitas emendas constitucionais, para o agrado dos interesses das classes dominantes brasileiras. Conforme Dowbor (2017, p. 118) salienta:

> Nem sequer a Constituição sobreviveu aos ataques dos grupos corporativos no Congresso. As sucessivas propostas de emendas constitucionais geraram o monstro deformado atual, com congelamento dos gastos públicos, liberalização do sistema financeiro, deformação da Previdência e assim por diante. O truncamento do Código Florestal e consequente retomada da destruição da Amazônia, o bloqueio da taxação de transações financeiras e tantas outras medidas, ou a ausência delas, como é o caso da imposição sobre fortunas ou capital improdutivo, resultam desta nova relação de forças que um Congresso literalmente comprado permite. O ataque generalizado às políticas sociais, entre outros, provocou em pouco tempo um retrocesso generalizado no país.

A PNH não questiona, a vasta maior parte do tempo, a determinação que o capitalismo exerce sobre a subjetividade e sobre as relações sociais e, muito menos, propõe uma ruptura em relação ao modo de produção hegemônico.

A leitura da primeira edição (BRASIL, 2004) do que seria posteriormente chamado de Documento Base da PNH brindou-nos com um *insight*. Neste documento, na ocasião em que são ofertadas estratégias para a implantação da política de humanização na atenção hospitalar (p. 15) foi proposto ´´dois níveis crescentes (B e A) de padrões para adesão à PNH´´.

Algumas iniciativas e propostas práticas foram agrupadas em dois níveis crescentes de humanização, criando-se assim parâmetros progressivos para dois níveis de humanização hospitalar, a saber, o B (o ´´menos humanizado´´) e o A (o ´´mais humanizado´´). Isto com o objetivo de um hospital implantar, gradativamente, as diretrizes e os dispositivos da política de humanização.

Partindo para um raciocínio inspirado nessa proposta, mas não atrelado diretamente a ela, nós podemos propor que a PNH tem o potencial de trazer alterações positivas nos serviços de saúde - e algumas experiências demonstram que sim. Contudo, devido às limitações que o modo de produção capitalista traz para o homem, também afirmamos que a humanização em graus maiores, ou

paralelamente, a humanização no sentido A e não no sentido B, só é possível com transformações da realidade social como um todo.

Outra proposta que aventamos aqui é a similitude da humanização política da PNH com o conceito marxiano de *emancipação política* e, justamente por isso, a necessidade pela *emancipação humana*, pela qual pode ocorrer a verdadeira humanização do homem (ou, a humanização no sentido A, para continuar com a analogia dos parágrafos anteriores).

A proposta de quatro sentidos teóricos para a ideia de humanização; a ideia de que, no pensamento marxiano, aparecem solidamente entrelaçados dois destes sentidos; e que na humanização política da PNH há apenas um sentido de humanização (o filosófico-abstrato) também nos parece ser uma contribuição desta dissertação.

Campos (2005, p. 400) acerca do conceito de humanização, no setor saúde, afirma o seguinte: "De qualquer modo, é um conceito que tem um potencial para se opor à tendência cada vez mais competitiva e violenta da organização social contemporânea". O presente trabalho, resumidamente, se encaminhou em direção ao seguinte questionamento: em que medida um conceito da área da saúde pode se contrapor, de fato, às tendências gerais de uma dada sociedade?

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Luciana da Silva; VIEIRA, João Marcos Weguelin. Serviço Social e Humanização na Saúde: limites e possibilidades. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 334-348, 2013.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, vol. 38, pp.185-213, 2019.

ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP,** v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.

ALVES, Railda. F. (Org.). **Psicologia da saúde: Teoria, intervenção e pesquisa**. Campina Grande, PB: EDUEPB: 2011.

ANDRADE, Mariana Alves de. **De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital.** In: Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ANTUNES, Ricardo. Introdução: a substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. A constituição do proletariado e a sua práxis revolucionária. In: **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e mercados no Brasil**. In: Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

AUXÍLIO Sim, Desmonte Não! Orçamentos da Saúde e Educação são conquistas do povo brasileiro e não podem ser mexidos. ABRASCO. Publicado em 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/auxilio-sim-desmonte-nao-manifesto-orcamento-saude-educacao/56302/. Acesso em: 07/02/2021.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. Modalidades de pesquisa: um estudo introdutório. **Pedagogia em foco: fundamentos da educação**, 2002.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2016.

BERMAN, Marshall. Rasgando os véus: o Manifesto Comunista. Posfácio. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Editora Companhia das Letras, 2012.

BÍBLIA SAGRADA. Almeida Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 17, p. 37-42, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. **Psicologia para América Latina**, n. 1, p. 1-10, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 1988.

BRASIL; Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Documento Base para gestores e trabalhadores do SUS**. Editora do Ministério da Saúde, Brasília, 4° edição, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília, 2004.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Clínica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular**. Editora do Ministério da Saúde, Brasília, 2° edição, 2008a.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Trabalho e redes de saúde/Valorização dos trabalhadores da saúde**. Editora do Ministério da Saúde, Brasília, 2° edição, 2008b.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde**. Editora do Ministério da Saúde, 2° edição. Brasília: 2010b.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Redes de produção de saúde**. Editora do Ministério da Saúde, 1° edição. Brasília: 2010c.

BRASIL. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Gestão Participativa e Cogestão**. Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília: Ministério da Saúde; 2009a.

BRASIL. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **O HumanizaSUS na Atenção Básica**. Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília: Ministério da Saúde; 2009b.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Ambiência**. Editora do Ministério da Saúde, Brasília, 2° edição, 2010d.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. In: **Saúde Paidéia. São Paulo: Hucitec**, p. 51-67, 2003.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Humanização na saúde: um projeto em defesa da vida? **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.9, n.17, p.389-406, mar/ago 2005.

CHASIN, José. Marx, hoje: da razão do mundo ao mundo sem razão. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. v. 23. n. 1. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson; Texto de orelha. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo: 1981.

DA MATA, Vilson Aparecido. Emancipação e Educação em Marx: Entre a emancipação política e a emancipação humana. **V Encontro Brasileiro De Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

DE CARVALHO, Henri. Categoria simples na crítica de Marx. **Revista USP**, n. 95, p. 160-163, 2012.

DE CASTRO, Marina Monteiro et al. Resumo expandido: Humanização em saúde: problematizações críticas. 12º Congresso Internacional da Rede Unida, 2016.

DE MARCO, Mario Alfredo et al. **Psicologia médica: abordagem integral do processo saúde-doença**. Artmed Editora, 2009.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. **Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho**. In: Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, p. 119-145, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2004.

DICIO, Dicionário On-line de Português. Disponível em: https://www.dicio.com.br. Acesso em: 12/06/2021.

DOS SANTOS, Girlan Guedes; DA SILVA, Alessandra Ximenes. Intelectuais coletivos e o processo de contrarreforma na política de saúde brasileira. **Ser Social: Estado, Democracia e Saúde**. Brasília, 2020.

DOURADO, Victor Vilela. O Papel da saúde na sociedade Capitalista: como a medicina contribui na reprodução do Capital. Relatório de Projeto de Pesquisa. Mimeo. Campinas: 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Nova arquitetura do poder-dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 89-110, 2006.

ENDERLE, Rubens. **Apresentação**. In: MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Rio de Janeiro: Global, 1990.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2° edição. Edipro, São Paulo: 2017.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Boitempo Editorial, São Paulo: 2012.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma psicologia marxista da educação. In: **Crítica ao fetichismo da individualidade**, v. 2, p. 87-103, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. rev. e ampl. Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M.; DE SANTI, Pedro L. Ribeiro. **Psicologia: uma (nova) introdução**. EDUC–Editora da PUC-SP, 2021.

FIM da estabilidade e redução salarial de servidores serão prioridades na câmara. InstaMS. Publicado em 06/02/2021. Disponível em: https://instams.com.br/noticias/brasil/fim-da-estabilidade-e-reducao-salarial-de-servidores-serao-prioridades-na-camara. Acesso em: 07/02/2021.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. Trabalho em saúde. **Dicionário da educação profissional em saúde.** Organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Estação de Trabalho Observatório de Técnicos em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 276-282, 2006.

FREDERICO, Celso. O Marxismo de Lucien Goldmann. **Cronos**, Natal, v. 5/6, n. 1/2, pp. 147-156, jan./dez. 2004/2005.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social**. Editora Cortez. São Paulo, 1995.

FROMM, Erich. **A arte de amar**. Editora Martins Fontes, 2. ed. São Paulo, 2015.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1967.

GARCIA, Adir Valdemar; et. al. Humanizar o humano: bases para a compreensão da
proposição de humanização na assistência à saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**. Florianópolis, v.2, n.01, p. 70 – 90, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **A filosofia explica Bolsonaro**. Editora Leya, São Paulo: 2019.

GOLDMANN, Lucien. A Reificação. In: **Dialética e cultura**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

GOMES, Renato de Brito. **O pensamento do jovem Marx: A perspectiva de classe, a teoria da revolução e o materialismo histórico**. Monografia de bacharelado, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 95. 2013.

GOMES, Rogério Miranda. **Humanização e desumanização no trabalho em saúde**. Editora Fiocruz, 2017.

GOMES, Rogério Miranda; SCHRAIBER, Lilia Blima. A dialética humanização-alienação como recurso à compreensão crítica da desumanização das práticas de saúde: alguns elementos conceituais. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação,** v. 15, p. 339-350, 2011.

GORENDER, Jacob; Introdução: o nascimento do materialismo histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Martins Fontes. São Paulo: 2001.

GRESPAN, Jorge. A crítica da Economia Política, por Karl Marx. In: **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

GUARESCHI, Pedrinho A. Ética e paradigmas na psicologia social. In: PLONER, Kátia Simone et al. **Ética e paradigmas na psicologia social**. Scielo Books. Rio de Janeiro, 2008.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro: 2001.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** Brasiliense, 2017.

KONDER, Leandro. Apêndice: Cristo existiu? In: **O cristianismo primitivo**. ENGELS, Friedrich. Editora Laemmert: Rio de Janeiro, 1969.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 6. ed. rev. e ampl. Editora Atlas, São Paulo, 1990.

LANCETTI, Antônio; AMARANTE, Paulo. Saúde mental e saúde coletiva. In: **Tratado de saúde coletiva**, p. 615-634, 2006.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: **Psicologia social: o homem em movimento**, v. 13, p. 10-19, 1984.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Coletivo Veredas, 4. ed. Maceió, 2016.

LESSA, Sérgio. **Amor em tempos de crise estrutural**. Coletivo Veredas. 1. ed. Maceió, 2021.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo; **Introdução à filosofia de Marx**. Editora Expressão Popular, 2° edição. São Paulo: 2011.

LÖWY, Michael. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. **Blog da Boitempo.** Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia. 2020.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **A pedagogia histórico-crítica no contexto da educação brasileira**. Texto digitalizado, s/d. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/367.pdf. Acesso em: 05/10/2022.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, p. 7-27, 1997.

MARTINS, Catia Paranhos; LUZIO, Cristina Amélia. Política HumanizaSUS: ancorar um navio no espaço. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2017, v. 21, n. 60 [Acessado 24 Outubro 2021] , pp. 13-22. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0614>. Epub 03 Nov 2016. ISSN 1807-5762. https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0614.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **29º Reunião Anual da ANPED**, 2006.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013a.

MARX, Karl. **Introdução**. In: Crítica da filosofia do direito de Hegel. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013b.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo Editorial. São Paulo, 2010a.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Boitempo Editorial. São Paulo: 2012.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. In: A Ideologia Alemã. Editora Martins Fontes. São Paulo: 2001.

MARX, Karl; **Glosas críticas marginais ao artigo ´´O rei da Prússia e a reforma social´´, de um prussiano**. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2010c.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, São Paulo: 2010b.

MARX, Karl. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da economia política**. Editora Expressão Popular, 2. ed. São Paulo, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família: ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Editora Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Martins Fontes. São Paulo: 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Vozes. Petrópolis: 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

McCHESNEY, Robert. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.

MONGIOVI, Vita Guimarães et. al. Reflexões conceituais sobre humanização da saúde: concepção de enfermeiros de Unidades de Terapia Intensiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, p. 306-311, 2014.

MORAES, Reginaldo C. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. **Primeira versão**, v. 73. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

MOREIRA, Márcia Adriana Dias Meirelles et al. Políticas públicas de humanização: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2015, v. 20, n. 10 [Acessado em 15 de julho de 2020] , pp. 3231-3242. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152010.10462014>.

NAVES, Márcio Bilharinho. Prefácio. In: ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Boitempo Editorial, São Paulo: 2012.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular: São Paulo, 2011a.

NETTO, José Paulo. Entrevista: José Paulo Netto. **Trab. Educ. Saúde**, v. 9, n. 2, p. 333-340, 2011b.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo: 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 8. ed. São Paulo, 2012.

NETTO, José Paulo. O Manifesto Comunista: limites e grandeza teórico-política. In: **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

NEULLS, Talita Fernandes; DIAS, Marly de Jesus Sá. Humanização em saúde: possibilidades e limites em tempos de desumanização do trabalho. **Revista Praia Vermelha**, v. 28 n. 1 p. 199-227, 2018.

OLIVEIRA, Olga Vânia Matoso de. **Política Nacional de Humanização: o que é e como implementar (uma síntese das diretrizes e dispositivos da PNH em perguntas e respostas)**. Ministério da Saúde. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Luciana Carla Barbosa de; ARAÚJO, Priscilla Cristhina Bezerra de; MAIA, Eulália Maria Chaves. Análise crítica da humanização direcionada aos profissionais de saúde. UFRN, sem data.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Reflexões sobre o conceito de humanização em saúde. **Saúde em Debate**, v. 27, n. 64, p. 123-30, 2003.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Humano, demasiado humano: uma abordaje del mal-estar em la institución hospitalaria. In: SPINELLI, H. (Org.) **Salud Colectiva**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2004. p.103-21.

ONOCKO-CAMPOS Rosana Teresa; CAMPOS Gastão Wagner de Sousa. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: Akerman M, Campos GWS, Carvalho YM, Drumond Junior M, Minayo MCS, organizadores. **Tratado de saúde coletiva**. p. 669-88. Hucitec. São Paulo: 2006.

PASCHE, Dário Frederico; PASSOS, Eduardo. A Importância da humanização a partir do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis. v. 1, n. 1, jan./jun 2008.

PEREIRA, Maria Eliza; GIOIA, Sílvia Catarina. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, Maria Amália et. al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. Editora Garamond. Rio de Janeiro: 2007.

QUEIROZ, Renato. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Rio de Janeiro: Global, 1990.

RODRIGUES, Bruno Alysson Soares. Ser social e [des] humanização do homem: um estudo preliminar sobre as bases ontológicas da psicologia de Leontiev. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, 2014.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. V. 20, n. 2, pp. v-vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1982-0194. https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001. Acesso em: 14/12/2022.

SAVEDRA, Paloma; Governo planeja mais tempo de congelamento salarial de servidores em todo o país. O Dia. Publicado em 28/01/2021. Disponível em: https://odia.ig.com.br/colunas/servidor/2021/01/6073411-governo-planeja-mais-tempo-de-congelamento-salarial-de-servidores-em-todo-o-pais.html. Acesso em: 07/02/2021.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: para além da “teoria da curvatura da vara”. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, v. 5, n. 2, p. 227-239, 2013.

SAVIANI, Dermeval. As teorias da educação e o problema da marginalidade. In: **Escola e democracia**. São Paulo, 1983.

SCHÜHLI, Vitor Marcel. Tendências e contratendências do trabalho com grupos no contexto de disputa de modelos de atenção em saúde mental: uma análise a partir de dois Centros de Atenção Psicossocial (tese de doutoramento). Botucatu, 2020.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Editora Vozes Limitada, 2017.

SOUZA, Kátia Maria Oliveira de; DESLANDES, Suely Ferreira. Assistência humanizada em UTI neonatal: os sentidos e as limitações identificadas pelos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 471-480, 2010.

SOUZA, Diego de Oliveira; MAURÍCIO, Jane Carla. A antinomia da proposta de humanização do cuidado em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 495-505, 2018.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. Instituto Lukács, São Paulo: 2013.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas”. In: Glosas críticas marginais ao artigo ´´O rei da Prússia e a reforma social´´, de um prussiano. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2010.

VIANA, Nildo. Existe um marxismo heterodoxo? **Revista Posição**, v. 5, n. 16-19, pp. 15 - 27. Goiás: 2018.

WAITZKIN, Howard. **Uma visão marxista sobre atendimento médico**. Editora Avante. São Paulo, 1980.

WOLF, Martin. Por que o capitalismo rentista prejudica a democracia liberal. Folha de São Paulo. Publicado em 22/09/2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5575874/mod_resource/content/1/martin-rentista.pdf. Acesso em: 27/10/2021.

WOLFF, Fausto. A utopia possível. In: CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2010.